

Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro

22 DILEMAS VIVIDOS POR DIRETORES,
COORDENADORES E PROFESSORES
EM ESCOLAS DE TODO O BRASIL

COORDENAÇÃO
KATHERINE K. MERSETH

ORGANIZAÇÃO
INSTITUTO PENÍNSULA

Fundação **Santillana**



Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro

Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro

22 DILEMAS VIVIDOS POR DIRETORES,
COORDENADORES E PROFESSORES
EM ESCOLAS DE TODO O BRASIL

COORDENAÇÃO

KATHERINE K. MERSETH

ORGANIZAÇÃO

INSTITUTO PENÍNSULA

Fundação **Santillana**

 **MODERNA**

PRODUÇÃO EDITORIAL

Fundação Santillana

Direção

André de Figueiredo Lázaro

Editora Moderna

Diretoria de Relações Institucionais

Luciano Monteiro

Karyne Arruda de Alencar Castro

Edição

Ana Luisa Astiz e Sibelle Pedral

AA Studio

Preparação

Gláucia Teixeira e Marcia Menin

AAStudio

Revisão

Cida Medeiros e Lessandra Carvalho

AA Studio

Projeto Gráfico

Paula Astiz

Editoração Eletrônica

Paula Astiz Design

Nota

Os nomes dos personagens, das escolas e das cidades dos casos são fictícios.

PROJETO EDITORIAL

Instituto Península

Gerente do projeto

Daniela Kimi

Coordenação editorial

Katherine K. Merseeth

Autores

Ana Paula Faria

Anderson de Jesus Menezes

Ayodele Floriano Silva

Cristina Nogueira Barelli

Darlete Souza do Nascimento

Denise Rampazzo

Diana Tatit

Elisa Pinheiro

Fabiana Costa

Fernando Nunes de Vasconcelos

Flávia Pereira Lima

Franciele Busico Lima

Jeferson Farias

Juride Aparecida Luz de Quadros

Marcelo Ganzela

Margareth Pires

María del Pilar Tobar Acosta

Rosiane Ribeiro Justino

Sonia Maria Pereira Vidigal

Tarcila Idalgo

Tarcilene Idalgo

Zelda Simplicio de Sales Caldas

Tradução

Silmara de Oliveira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Desafios reais do cotidiano escolar brasileiro : 22 dilemas vividos por diretores, coordenadores e professores em escolas de todo o Brasil / coordenação Katherine K. Merseeth ; organização Instituto Península. — São Paulo : Moderna, 2018.

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-16-11190-8

1. Cotidiano escolar 2. Educação – Brasil 3. Escolas – Brasil 4. Gestão escolar 5. Papel da escola 6. Professores – Formação 7. Qualidade do ensino 8. Sala de aula – Direção I. Merseeth, Katherine K. II. Instituto Península.

18-15071

CDD-370.981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Cotidiano escolar : Desafios : Educação 370.981

9	Apresentação ANA MARIA DINIZ
11	Introdução KATHERINE K. MERSETH
17	Sinopses dos casos

PARTE I:
ASPECTOS INTERNOS

27	Um dilema de acesso ao Ensino Superior
35	Um dilema de inclusão no Ensino Superior
41	Adequação de alunos à escola de tempo integral
55	<i>Bullying</i> em sala de aula e a postura do professor
67	Inovação na escola pública
75	O papel dos afetos no cotidiano escolar
85	Efeitos dos problemas pessoais do professor sobre a classe
93	O professor sob ameaça: como enfrentar a violência?
103	A exclusão na inclusão escolar
111	Desafios do ensino inovador na Educação Infantil

PARTE II:
ASPECTOS EXTERNOS

- 123 **Drogas na escola: problema de quem?**
- 133 **Escola é lugar de agressão?**
- 139 **Cotidiano em áreas conflagradas:
qual o papel da escola?**
- 149 **Repercussões da violência doméstica
no ambiente escolar**
- 157 **Poucos alunos, Ideb alto:
a escola que não podia fechar**

PARTE III:
PAUTAS IDENTITÁRIAS

- 169 **Quando professor e aluno têm visões
de mundo conflitantes**
- 181 **Entrosamento de estrangeiros na escola:
como lidar?**
- 187 **Entre as fronteiras: situações de xenofobia
em uma escola de Roraima**
- 193 **Gênero e preconceito na Educação Infantil**
- 205 **Um coletivo feminino e
seus desdobramentos na escola**

PARTE IV:
EQUIDADE

- 211 **O significado do zero no boletim:
 quem falhou?**
- 217 **Acesso não é sinônimo de aprendizagem**
- 227 **Agradecimentos**
- 229 **Parceiros**

Apresentação

ANA MARIA DINIZ

Empresária e graduada em Administração de Empresas, com especialização pela Harvard Business School no programa Owner & President Management. Empreendedora na área de Educação, energia e bem-estar, é também conselheira da Península Participações e preside o Conselho do Instituto Península, braço social dos negócios de sua família. O Instituto Península mantém desde 2010 o Instituto Singularidades, instituição que atua na formação inicial e continuada de professores com foco nas didáticas. É também uma das fundadoras do movimento Todos Pela Educação, parceria público-privada que visa melhorar a qualidade da educação pública no Brasil, e conselheira da Parceiros da Educação, ONG que administra parceria entre escolas públicas adotadas por empresas e empresários.

Muito se tem falado sobre a urgência de reinventar as escolas e os sistemas de ensino para que atendam às necessidades de formação das crianças e dos jovens. No entanto, nenhuma ação nesse sentido será efetiva se não for dada a devida atenção e importância ao professor. Das poucas certezas na área da Educação, duas giram em torno desse profissional e são inquestionáveis: nenhum fator isolado impacta mais o sucesso de um aluno na escola do que um bom professor; um professor não nasce bom, torna-se bom.

O bom professor é aquele preparado para agir em sala de aula diante de diferentes desafios e para conduzir os alunos a uma aprendizagem que lhes faça sentido. Não há, porém, uma definição única desse perfil. Afinal, a todo momento o professor depara com situações singulares e com a unicidade de cada ser humano. Por isso, quanto mais ele tiver referências de episódios reais e repertórios acerca dos conteúdos a ensinar, quanto mais estiver preparado emocionalmente, em termos de autoconhecimento e de relações interpessoais, mais poderosa será sua atuação.

Escrito por professores e gestores de escolas de todo o Brasil, este livro traz situações da realidade que foram trabalhadas de maneira produtiva e inspiradora. Espero que essa metodologia de registro de casos sirva não só de exemplo e conforto para inúmeros

profissionais que vivem circunstâncias parecidas, mas também de inspiração para que outros tantos compartilhem suas histórias. Com isso, será possível criar um círculo virtuoso em torno de uma Educação de qualidade e da troca de experiências ricas, que permitam aos professores conduzir cada aluno a seu máximo potencial.

Introdução

KATHERINE MERSETH

Professora sênior na Faculdade de Educação da Universidade de Harvard. Seu trabalho tem como foco a formação de docentes, o ensino de matemática e a instrução na metodologia de casos. Autora premiada, atua no desenvolvimento da Iniciativa para Crianças de Harvard e nos programas de Liderança Escolar e de Formação de Professores do Harvard Teaching Fellows. Possui experiência em estudos educacionais dos segmentos equivalentes ao Ensino Fundamental II e ao Ensino Médio do Brasil. Seu curso para alunos de graduação está entre os mais procurados e bem avaliados na Faculdade de Educação de Harvard.

Ao redor do mundo, legisladores, líderes da Educação, políticos locais, regionais e nacionais, famílias e comunidades parecem concordar em um ponto: o que acontece nas salas de aula, durante a Educação Básica, é significativo e influencia o que e como as crianças aprendem, e suas experiências na escola impactam decisivamente não apenas seu futuro, mas também o da sociedade em que vivem. Como o professor exerce papel fundamental nessa aprendizagem, ele deve receber formação e apoio excepcional tanto de instituições especializadas quanto da escola em que ensina.

O objetivo desta publicação é justamente apoiar e preparar professores diante dos desafios e oportunidades encontrados nas salas de aula. Trata-se de um conjunto de casos escritos por docentes e gestores escolares de todo o Brasil com base em experiências reais e de diferentes perspectivas sobre questões fundamentais da Educação, visando ajudar os professores a examinar e discutir possíveis iniciativas para o sucesso de seu trabalho.

Antes de explorar os casos, é fundamental compreender o contexto da Educação no Brasil. Nas últimas décadas, houve importantes avanços na área. Um deles foi a garantia de acesso à Educação Básica, e hoje quase 100% das crianças e jovens de 5 a 14 anos estão na escola. Outro foi a aprovação, em 2017, depois de longo ciclo que mobilizou milhões de pessoas pelo país, da Base

Nacional Comum Curricular (BNCC), que estabelece o conjunto de aprendizagens essenciais e indispensáveis a que todos os estudantes têm direito.

No entanto, há muito a fazer ainda, sobretudo no que se refere à qualidade da Educação. Na última edição do Pisa (Programme for International Student Assessment, ou Programa Internacional de Avaliação de Estudantes), de 2015, o Brasil se posicionou no último sextil do ranking de 72 países participantes nos três componentes avaliados: matemática, leitura e ciências. Os dados nacionais refletem a mesma realidade: em 2017, a Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) revelou que 55% dos alunos de 8 anos da Educação pública têm proficiência insuficiente em matemática e leitura.

Também são grandes os desafios a superar quanto à profissão docente. O salário inicial de um professor no Brasil, com base em qualificações mínimas, é de R\$ 3.500 para os Ensinos Fundamental e Médio, valor bem inferior ao da média dos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de R\$ 8.750. Embora os salários reais variem significativamente de acordo com o nível da Educação, a rede de ensino e até a área geográfica, esse dado pode esclarecer a baixa atratividade da profissão no país, mesmo quando comparado a outras nações latino-americanas, como Chile, Colômbia e México.

Apesar disso, o Brasil tem uma proporção considerável de jovens na profissão. A média de idade dos professores dos Ensinos Médio e Superior é de 40 anos, e mais de 80% dos docentes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental têm menos de 50 anos, enquanto a média da OCDE é de 65%. Contudo, manter um indivíduo altamente qualificado e proporcionar a ele oportunidades de desenvolvimento profissional contínuo ainda são objetivos importantes.

O apoio aos professores é necessário para melhorar as condições que influenciam a aprendizagem dos alunos. Ganhos reais serão conquistados em salas de aula e escolas cujos docentes e diretores tenham acesso a programas exemplares de desenvolvimento profissional, que lhes ofereçam uma compreensão profunda e completa sobre liderança, estrutura da rede de ensino, sistemas de avaliação e planejamento estratégico para abrir janelas de evolução de sua prática educacional.

CASOS DE ENSINO

Por meio de uma poderosa colaboração entre o Instituto Península, o Instituto Singularidades e o David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS), da Universidade de Harvard, este livro apresenta materiais didáticos chamados *casos de ensino*, em uma abordagem pedagógica denominada *método de instrução de casos*, com o objetivo de contribuir para o aprimoramento profissional dos professores e inspirá-los.

Nos Estados Unidos, os casos são materiais didáticos populares nas áreas de negócios, direito, medicina e Educação. É estimulante transferir esse conceito agora para a formação de professores (Merseth, 1991, 1996; Shulman, 1992; Sykes, 1989). Na visão de pesquisadores, a aprendizagem baseada em casos ajuda os profissionais a desenvolver as habilidades de diagnosticar problemas, reconhecer múltiplas influências e perspectivas e se envolver no exercício de sugerir e analisar possíveis soluções.

As discussões de casos oferecem aos participantes um ambiente de investigação seguro para “experimentar” novas ideias e abordagens, sem a preocupação de que a aplicação de suas ideias não funcione, e a oportunidade de construir uma compreensão ao ouvir as interpretações e sugestões dos outros.

As situações descritas nos casos deste livro representam experiências reais de professores de escolas urbanas e rurais de todo o Brasil, desde Roraima, na fronteira com a Venezuela, até Santa Catarina, constituindo ricos retratos da Educação no país. Cada caso é, ao mesmo tempo, específico e geral, muitas vezes delineando um dilema ou tensão que exigem exploração e resolução.

Aqueles que tratam explicitamente de temas como a estrutura e a dinâmica dos sistemas educacionais e das escolas e crenças filosóficas permitem que os professores reconheçam a grande influência de tais questões em seu cotidiano e que a equipe escolar as examine de maneira mais profunda e cuidadosa do que o habitual. Esse reconhecimento e esse exercício são imprescindíveis para o desenvolvimento profissional dos docentes.

O QUE SÃO CASOS DE ENSINO E MÉTODO DE INSTRUÇÃO DE CASOS?

Embora haja várias definições possíveis, casos de ensino, neste livro, são narrativas que tentam descrever práticas reais da Educação do modo mais completo possível. Eles procuram apresentar múltiplas perspectivas dos diferentes atores de uma escola e podem incluir comentários e observações específicas do ponto de vista de professores, alunos, gestores e membros da comunidade. Os bons casos trazem um “pedaço da realidade” para ser examinado, explorado e usado como prática por participantes e facilitadores. Os casos aqui expostos não apresentam uma crítica ou análise da situação – isso cabe ao leitor.

O método de instrução de casos refere-se, com frequência, à maneira como os casos são utilizados. Eles podem ser abordados individualmente, para reflexão e conhecimento mais profundo de distintas estratégias, ou em grupo, para uma discussão ativa e viva das situações, conduzida ou não por facilitadores. Seja qual for a abordagem, é importante ressaltar que “casos” e “método de instrução de casos” estão intimamente relacionados.

Os tipos e os objetivos dos casos podem diferir, às vezes significativamente. Na formação profissional, destacam-se três categorias gerais de casos: exemplos para retratar, estudar e exercitar melhores práticas; dilemas ou enredos para praticar habilidades de análise e tomada de decisão; e peças para aprofundar o pensamento e a reflexão pessoal (Merseth, 1996).

Os casos deste livro pertencem à segunda categoria. Tentam retratar um ponto de vista equilibrado, oferecendo diferentes perspectivas e experiências de vários participantes e buscando estimular a discussão ativa sobre situações difíceis, complexas e dilemáticas. Respostas e soluções específicas não fazem parte do conceito dessa metodologia.

ORIENTAÇÕES PARA PARTICIPANTES DE DISCUSSÕES DE CASOS

Há várias diferenças entre o formato de discussão de casos e o de eventos mais tradicionais, como palestras e seminários. Por exemplo, é essencial que os participantes estejam preparados. Antes da

discussão, eles precisam ler o caso e refletir sobre as questões iniciais para conhecer a história, os atores, os problemas e os dilemas apresentados. Devem, portanto, envolver-se com o material e estar prontos para compartilhar ideias, premissas e reflexões.

Outro fator importante nas discussões de casos é uma comunidade de aprendizagem bem estabelecida. Suas características incluem o respeito por diferentes pontos de vista, ideias e interpretações e a capacidade de ouvir, que é tão importante quanto falar. Além disso, uma comunidade de aprendizagem produtiva é aquela em que todos se baseiam nas contribuições dos outros para criar um entendimento mais profundo e robusto dos casos.

Após uma discussão de caso em um grande grupo, os participantes têm de refletir individualmente sobre o que ouviram e o que aprenderam. Às vezes, isso é essencial para começar a entender por que uma perspectiva foi negligenciada e alguns fatores que antes pareciam sem importância agora precisam ser considerados. Ao longo de todo o processo, os participantes devem tentar refletir, além de estar sensíveis ao exterior. Aprender com o método de casos pode ser uma forma extremamente poderosa e agradável de adquirir novos conhecimentos e crescer como profissional.

ORIENTAÇÕES PARA FACILITADORES DE DISCUSSÕES DE CASOS

Na escolha de um caso, o facilitador deve ter claro o objetivo da discussão, antecipar os caminhos que ela pode tomar e considerar o perfil, os interesses e os conhecimentos dos participantes, para planejar a probabilidade de surgirem certos tópicos.

Preparar e conduzir uma discussão de caso requer um trabalho significativo. O facilitador tem de estar bem familiarizado com o caso, entendendo os personagens, suas crenças e posições e refletindo sobre a influência do contexto e os possíveis pontos de dilemas ou tensões. Precisa, também, identificar relações políticas e de poder entre os participantes e pensar em alternativas plausíveis de resolução. Nesse aspecto, deve ter cuidado com as possíveis consequências das diferentes soluções levantadas. O objetivo é determinar a estratégia de ação mais adequada, que nem sempre será óbvia, e por quê.

Bons facilitadores fazem perguntas abertas que ajudam a mover a discussão, garantindo maior participação dos envolvidos. Facilitadores de casos não são palestrantes nem provedores de conteúdo, tampouco determinam estratégias de ação – esse trabalho é do grupo de discussão. Cabe ao facilitador monitorar o tempo, engajar os participantes, estimulá-los a pensar por meio de um questionamento cuidadoso, garantir que todos se manifestem e ajudá-los a praticar um método de análise e avaliação para que, quando confrontados com novos problemas, tenham aprendido uma abordagem para buscar sua resolução.

Tornar-se um bom facilitador é, portanto, resultado de muita prática na liderança de discussões de casos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

MERSETH, Katherine K. *Cases in educational administration*. Boston: Addison Wesley Longman, 1996.

_____. *The case for cases in teacher education*. Washington: American Association of Colleges of Teacher Education; American Association of Higher Education, 1991.

SHULMAN, Judith H. (Ed.). *Case methods in teacher education*. New York: Teachers College Press, 1992.

SHULMAN, Lee S. Those who understand: knowledge growth in teaching. *Educational Researcher*, v. 15, n. 2, 1986, p. 4-14.

SYKES, Gary. Learning to teach with cases. *Colloquy*, v. 2, n. 2, 1989, p. 7-13.

Sinopses dos casos

PARTE I: ASPECTOS INTERNOS

UM DILEMA DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

A legislação brasileira, visando à igualdade das oportunidades educacionais, prevê a inclusão de pessoas com necessidades especiais na escolarização formal na Educação Básica, mas pouco se tem pesquisado e discutido sobre a inclusão no Ensino Superior. Em uma faculdade de Educação e Formação de Professores situada em um grande centro urbano do país, uma candidata autointitulada portadora de necessidades especiais por possuir dificuldades de desenvolvimento emocional e cognitivo é reprovada ao tentar uma vaga no curso de Pedagogia. Surge assim uma situação constrangedora para Mário, o coordenador do curso.

UM DILEMA DE INCLUSÃO NO ENSINO SUPERIOR

Uma professora universitária está diante de um grande desafio: garantir que seu único aluno cego se aproprie dos conhecimentos teórico-práticos necessários para a formação de um professor de português. Ocorre que as teorias sintáticas mais canônicas se estruturam em esquemas visuais, e a professora se vê instigada a pensar em possíveis adaptações para que o aluno os compreenda.

ADEQUAÇÃO DE ALUNOS À ESCOLA DE TEMPO INTEGRAL

Paloma é uma excelente diretora que faz de tudo para que sua equipe obtenha o máximo sucesso. Pedro Henrique é uma criança que precisa de atenção especial e, por encaminhamento do conselho tutelar, passa a estudar na escola de tempo integral onde Paloma

é a gestora. A chegada do novo aluno desencadeia conflitos entre os professores, alunos e seus pais. Até mesmo Paloma está dividida: ela deve apoiar a permanência do aluno na escola de tempo integral ou seguir as sugestões da maioria dos professores e dar a transferência compulsória para a criança?

BULLYING EM SALA DE AULA E A POSTURA DO PROFESSOR

Uma gestora assumiu interinamente a gestão de uma escola de grande porte que oferece o Ensino Fundamental e Médio e encontra-se sob intervenção. No entanto, deparou com um problema social ao receber a denúncia de uma mãe contra uma professora que estaria praticando *bullying* com seu filho. A gestora convocou o conselho escolar para resolver a situação coletivamente. Para sua surpresa, antes da deliberação, a professora se esquivou de permanecer na assembleia.

INOVAÇÃO NA ESCOLA PÚBLICA

Priscila, diretora de uma escola pública do interior de Minas Gerais, vive um dos maiores dilemas de sua vida profissional: de um lado, uma professora em estágio probatório que se desenvolve de maneira ética por meio das ações de um projeto de inovação desenvolvido na escola; de outro, um sistema de gestão opressor e manipulado politicamente. Priscila tem de tomar uma decisão que pode impactar a vida pessoal e o desenvolvimento profissional da professora: entregar ou não o documento de estágio probatório solicitado pela gestão da Educação? Vive-se na cidade um momento político delicado: os professores estão prestes a entrar em greve, o que afetará a estrutura do município. Sabe-se que há perseguições políticas nesses momentos e Priscila entende que a solicitação do relatório pode ter motivação alheia à Educação.

O PAPEL DOS AFETOS NO COTIDIANO ESCOLAR

Paulo, professor de uma escola da periferia, vive alguns conflitos com seus alunos do 8º ano, e uma crise vem à tona quando uma estudante, Carla, acompanhada da mãe, procura a diretora, Vilma. Abalada por algumas situações vivenciadas na sala de aula, Carla faz uma queixa contra o professor. Ele fica indignado, pois sempre acreditou que sua função era ensinar, sem a necessidade de criar laços afetivos. Agora depara com a cobrança de que deve gostar de seus alunos. Vilma reflete sobre quem tem razão e como resolver o problema.

EFEITOS DOS PROBLEMAS PESSOAIS DO PROFESSOR SOBRE A CLASSE

A professora Ana descobre que sua colega Helena, sobrecarregada e às voltas com um filho doente, deixa de cumprir suas obrigações como docente, prejudicando o desenvolvimento de seus alunos. Como Helena não demonstra disponibilidade para o diálogo, Ana enfrenta um dilema: não sabe se expõe a colega, que costumava ser uma profissional responsável, mas está passando por um momento difícil, ou se fica calada e fecha os olhos para o fato de que os alunos são afetados pela má conduta da professora.

O PROFESSOR SOB AMEAÇA: COMO ENFRENTAR A VIOLÊNCIA?

O jovem e dedicado professor André enfrenta um momento difícil quando passa a receber ameaças, inclusive de morte, de um de seus alunos. André avalia algumas possibilidades de lidar com a situação: ignorar as ameaças, fazer boletim de ocorrência, conversar com os responsáveis pelo aluno e se afastar de suas atividades profissionais; porém, percebe que não resolvem o problema. A violência na escola torna o trabalho do professor penoso e estressante.

A EXCLUSÃO NA INCLUSÃO ESCOLAR

Em uma escola pública da região metropolitana de Porto Alegre, um aluno chama a atenção da recém-chegada professora Marta por seu comportamento agressivo e inadequado. Ao questionar a gestão sobre um possível diagnóstico psicológico para o garoto e maneiras de promover sua inclusão, ela provoca desconforto e irritação entre seus colegas. O problema ganha nova dimensão quando o menino tem um surto no ambiente escolar e põe em risco a integridade física de alunos e professores. A transferência para uma escola capaz de atender às necessidades educativas especiais daquele estudante provoca frustração na professora e evidencia falhas na formação docente.

DESAFIOS DO ENSINO INOVADOR NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marta é a diretora da Escola da Mata, uma instituição de Educação Infantil mantida por uma indústria. A escola, conhecida por suas práticas inovadoras, tem como princípios a relação próxima com a natureza, o desenvolvimento integral e o brincar. No entanto, a inovação está sendo ameaçada pelas exigências dos patrocinadores, influenciados por algumas famílias que reivindicam alterações drásticas na proposta da escola. Por outro lado, professores e funcionários pressionam a diretora para que ela mantenha os princípios que fazem daquela escola uma instituição à frente de seu tempo.

PARTE II: ASPECTOS EXTERNOS

DROGAS NA ESCOLA: PROBLEMA DE QUEM?

Carolina é coordenadora pedagógica de uma das maiores escolas de Ensino Médio de sua cidade. Certo dia, viu-se em uma situação inusitada: uma revista policial em uma das salas de aula. A providência fora necessidade ou exagero? Os professores não par-

ticiparam da decisão de autorizar a ação, agravando ainda mais o descontentamento. Além disso, levantou-se uma suspeita de envolvimento de funcionários. A coordenadora precisa decidir de que lado ficará.

ESCOLA É LUGAR DE AGRESSÃO?

Este caso trata da distância e incoerência presentes, muitas vezes, entre o que os adultos falam e o que fazem. Em uma escola pública de Ensino Fundamental havia grande preocupação com a orientação aos estudantes para que não se envolvessem em agressões. No entanto, em determinada situação, a coordenadora pedagógica, apesar de seu discurso, não consegue se controlar.

COTIDIANO EM ÁREAS CONFLAGRADAS: QUAL O PAPEL DA ESCOLA?

O diretor de uma escola localizada em uma das comunidades mais violentas da zona oeste do Rio de Janeiro enfrenta um dilema: em um dia de conflito entre traficantes e policiais, deve ou não abrir a escola? Seria mais seguro para os jovens ficarem dentro da instituição ou em casa? Esse caso mostra a angústia de um gestor que, mesmo tomando a decisão com o “Conselho Escola Comunidade”, fica com a sensação de que fez uma escolha errada.

REPERCUSSÕES DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA NO AMBIENTE ESCOLAR

Um garoto é agredido pelo pai e quebra a mão. Ao descobrir a agressão, cabe à professora e à instituição escolar decidir sobre denunciar ou não o fato ao Conselho Tutelar. Muitas questões de família precisam ser consideradas. A decisão não é simples, pois a denúncia pode fazer com que o garoto e a irmã caçula sejam encaminhados para um abrigo de menores ou obrigados a mudar para uma escola na qual serão menos acolhidos e cuidados.

POUCOS ALUNOS, IDEB ALTO: A ESCOLA QUE NÃO PODIA FECHAR

Terezinha inicia seu segundo ano como diretora em um clima de instabilidade: a Secretaria de Educação anunciara o fechamento da escola Robson Garcia com o argumento de que o número de alunos era muito pequeno. Isso não se concretizou devido à mobilização da comunidade, que via na escola o melhor local do bairro, havia muito negligenciado pela prefeitura. No entanto, a diretora ouviu de seus gestores que não poderia perder nenhum de seus alunos, sob risco de ter mesmo de encerrar as atividades. Nesse meio-tempo, a relação conflituosa de uma professora com seus alunos passa a gerar insatisfação nos familiares, que cogitam pedir a transferência de algumas crianças, abalando a frágil conquista de Terezinha e da comunidade.

PARTE III: PAUTAS IDENTITÁRIAS

QUANDO PROFESSOR E ALUNO TÊM VISÕES DE MUNDO CONFLITANTES

Em uma escola de Ensino Médio na periferia de Brasília, uma professora de língua portuguesa com alguns anos de docência, mas recém-chegada ao magistério público, depara-se com um impasse. Quando solicita a suas sete turmas a realização de um projeto de pesquisa sobre narrativas históricas e literárias do século 19, uma aluna se recusa a refazer o trabalho após a revisão da professora. A questão central é a defesa de posicionamentos fascistas por parte da aluna e a recusa da professora em permitir que ela seguisse naquela linha de pensamento ao realizar uma atividade avaliativa.

ENTROSAMENTO DE ESTRANGEIROS NA ESCOLA: COMO LIDAR?

A diretora de uma escola na região Norte de São Paulo está preocupada com a indisciplina e o baixo rendimento de seus alunos. Suas

inquietações se agravam com a chegada de imigrantes à unidade; os novos estudantes desencadeiam uma onda de conflitos culturais, atos de *bullying* e dificuldades por parte dos docentes em adequar as práticas pedagógicas e acolher o novo público.

ENTRE AS FRONTEIRAS: SITUAÇÕES DE XENOFOBIA EM UMA ESCOLA DE RORAIMA

Paulo é professor de geografia em uma instituição de ensino público de uma cidade fronteiriça com a Venezuela. Em razão do agravamento da crise socioeconômica naquele país, muitas famílias se deslocaram para lá. Consequentemente, a população urbana aumentou de maneira abrupta e desordenada, causando problemas sociais, como desemprego e, sobretudo, estranheza diante dos imigrantes. O número de alunos estrangeiros na escola de Paulo cresceu, e fazer com que a convivência entre brasileiros e venezuelanos seja harmônica e respeitosa tornou-se um desafio.

GÊNERO E PRECONCEITO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Em uma pequena cidade do interior de São Paulo há escolas urbanas e rurais. A escola rural, de período integral, embora localizada a 30 minutos da cidade, recebe muitos alunos vindos da zona urbana e tem como diretora Elizabete, que assumira a gestão escolar dois meses antes do episódio que se narra. Até sua chegada, a escola, tranquila e sem problemas graves, não registrara conflitos que pedissem discussões aprofundadas. Porém, com a entrada de um novo aluno da Educação Infantil, muitos conflitos começam a surgir. A mãe acusa a escola de influenciar a sexualidade de seu filho, uma vez que, após começar a frequentá-la, começou a ter atitudes “diferentes e estranhas”. Ela exige que o aluno deixe de participar das aulas de atividades rítmicas e da “hora do brinquedo”, durante a qual o menino só queria brincar com bonecas. Inicialmente a diretora discordou, mas, com o passar do tempo e diante de ameaças, resolve acatar as “ordens” da mãe. O problema se agra-

va quando o aluno sofre ao se ver excluído de algumas atividades curriculares. Os professores insistem em não aceitar sua exclusão, a mãe insiste em não querer que o filho seja “incentivado” a “fazer atividades de meninas”, e Elizabete vê-se em uma encruzilhada: qual o melhor caminho a tomar?

UM COLETIVO FEMININO E SEUS DESDOBRAMENTOS NA ESCOLA

O cotidiano de uma escola é transformado pelo relacionamento amoroso entre duas meninas. O caso evidencia olhares diversos sobre a questão, bem como sugere uma multiplicidade de caminhos para enfrentá-la e, nesse sentido, traz reflexões de várias ordens. Serve ainda como pano de fundo para discussões e debates variados sobre ideologia de gêneros, transexualidade, *bullying* e violência, entre tantos outros. A apresentação da narrativa, dos sujeitos envolvidos na comunidade e de como estes se posicionaram frente à questão, sem, contudo, oferecer uma conclusão ou o fechamento para o caso, tem como objetivo potencializar a reflexão e buscar o diálogo, ampliando a força da discussão.

PARTE IV: EQUIDADE

O SIGNIFICADO DO ZERO NO BOLETIM: QUEM FALHOU?

Uma jovem coordenadora reflete sobre o processo de avaliação escolar ao ter de justificar para a família de um aluno uma nota zero atribuída a ele pelo professor da disciplina “Corpo em Movimento”. O professor alega ter dado a nota porque o estudante não participou de suas aulas.

ACESSO NÃO É SINÔNIMO DE APRENDIZAGEM

Este caso explora a reflexão de uma coordenadora pedagógica que precisa discutir dialogicamente os resultados de aprendizagem. Como ela pode dar suporte a sua equipe e, ao mesmo tempo, exigir alto rendimento? É possível oferecer aprendizagem com qualidade e equidade? Como recuperar a aprendizagem de maneira eficaz? A situação é uma oportunidade para discutir um circuito de gestão com foco na aprendizagem.

Aspectos internos

Um dilema de acesso ao Ensino Superior

CASO

Aquela faculdade já havia recebido estudantes que se autointitulavam portadores de necessidades especiais, alguns com ritmo de aprendizagem mais lento, que concluíram o curso alcançando os objetivos mínimos esperados. Teve um aluno cego e naquele momento havia um estudante e docentes surdos. Ou seja, apresentava-se como instituição que procura promover a inclusão.

Certo dia, Solange, aluna do último ano de Pedagogia, solicitou uma conversa com Mário, o coordenador do curso. Ele esperava que a aluna fosse relatar algum problema particular na faculdade, portanto se surpreendeu quando ela disse que queria falar de Lia, sua filha. Mário não sabia que Solange tinha uma filha e, inicialmente, não fazia ideia de como poderia ajudá-la. Ela explicou que Lia era “especial”, e Iara, sua professora na faculdade, havia-lhe sugerido que mãe e filha frequentassem o mesmo curso de Pedagogia; afinal, como todos sabiam, aquela era uma instituição inclusiva. Solange, por estudar ali, achava isso também. Mário, então, pediu:

– Solange, fale um pouco de Lia.

Solange parecia tranquila e confiante ao contar a Mário sobre a filha.

– Bem, Lia é uma menina muito doce, tímida, tem 21 anos. Já faz um ano que ela trabalha no escritório do pai, que lhe passa alguns serviços de digitação no computador. Sempre teve dificuldades para acompanhar a escola, mas conseguiu terminar o Ensino Médio, apesar de ser uma jovem com necessidades especiais.

– Quais são as necessidades especiais dela, por exemplo? – perguntou Mário.

– Ela tem dificuldades de compreensão e produção de texto e demora para aprender algumas coisas. Mas, de modo geral, se dá bem com todo mundo, apesar de ser tímida.

– Entendi! Pelo que você relata, acho que precisaríamos fazer um processo de ingresso diferenciado para Lia – afirmou o coordenador, entusiasmado com a possibilidade de promover um processo seletivo diferenciado.

Mário disse a Solange que gostaria de conversar com Lia antes de ela participar do processo seletivo, procedimento que costumava adotar nos casos em que o candidato declarava ter alguma necessidade “especial” sem especificá-la. A intenção era conhecê-la melhor para entender o que era esse “especial” trazido pela mãe. Ele, então, pediu a Solange que orientasse a filha a escrever um e-mail marcando um horário para o encontro. A ideia era provocar uma situação em que a jovem pudesse demonstrar autonomia, de modo que a conversa passasse a ser com a candidata e não mais com a mãe. Mário ainda instruiu Solange a dizer a Lia que visitasse o site da faculdade, verificasse a matriz curricular e estudasse um pouco sobre o curso. O objetivo era saber se ela manifestaria interesse e se teria autonomia para tanto. Na conversa, Mário pretendia verificar se Lia conseguiria expressar sua opinião com base nas informações disponíveis para todos os candidatos. Isso, para ele, já faria parte da avaliação do processo seletivo.

Uma semana depois, Lia enviou um e-mail para Mário dizendo que gostaria de marcar uma conversa. Ele respondeu prontamente, e definiram um horário. No dia combinado, Mário pediu que Karen, sua assistente, também formada em Pedagogia, participasse da conversa e lhe expôs suas preocupações:

– Qual será realmente a necessidade especial de Lia? Solange disse que ela não tem um laudo e que não está fazendo terapia porque eles estão com problemas financeiros. Como poderemos ajudá-la?

A CONVERSA

Lia chegou no horário marcado. Tinha uma aparência diferente, que poderia ser característica de alguma síndrome. Durante a conversa, não teve iniciativa para expressar dúvidas. Mário foi, então,

fazendo-lhe perguntas. Constatou que ela não havia consultado o site da instituição para conhecer melhor o curso.

– Você quer ser pedagoga? – indagou.

– Sim! – Lia, apesar de falar pouco, mostrava-se feliz e animada com a perspectiva de ingressar no Ensino Superior.

– Há alguma coisa em especial que você queira esclarecer sobre o curso?

– Não.

Com essas respostas monossilábicas, Mário não conseguiu saber mais sobre a candidata e, para ele, a dificuldade de interação parecia ser mesmo indício de uma síndrome. Perguntou a ela o que fazia e onde morava, querendo conhecê-la um pouco melhor e entender por que o diálogo não fluía. As respostas de Lia mantiveram-se monossilábicas. Para falar de seu cotidiano, ela demonstrou algumas dificuldades de coerência entre o que dizia e o que seria a realidade. Afirmou, por exemplo, que trabalhava perto da faculdade, mas o bairro onde ficava a empresa do pai era bem longe dali. Também lhe foi difícil definir o que fazia, embora conseguisse descrever certas ações.

Mário, então, explicou a Lia como seria o processo seletivo. Contou que a prova não exigia conhecimentos específicos do Ensino Médio e avaliava apenas habilidades de compreensão e produção de texto, além de conhecimentos sobre atualidades. Disse que faria a prova em uma tarde e que Karen, sua assistente, a acompanharia. Comentou que ela teria tempo adicional para responder às questões e que poderia expor as dúvidas que tivesse, para compreender melhor a prova. Sua intenção, com esse procedimento, era identificar as dificuldades de compreensão da jovem na execução da prova, não considerando somente o resultado. Ele também levaria em conta a postura de Lia durante o processo, ou seja, caso ela tivesse dúvidas, se conseguiria elaborar as perguntas necessárias e manter-se concentrada.

A PROVA E O RESULTADO

Karen acompanhou a prova e procurou Mário assim que Lia terminou. Contou que ela não tinha feito nenhuma pergunta, ficando

em silêncio o tempo todo e parecendo bem concentrada, o que, para o coordenador, indicava que ela não tivera dúvidas.

Dois dias depois, o resultado foi divulgado: Lia havia sido reprovada. Imediatamente Mário preocupou-se com Solange, que alimentava altas expectativas sobre o ingresso da filha no mesmo curso que frequentava.

Ele, então, procurou-a na faculdade e, em uma sala reservada, com a presença de Karen, informou-a da reprovação. Detalhou todo o processo, desde a conversa inicial com Lia até seu comportamento durante a prova. Solange começou a chorar. Disse que a vida inteira tinha escutado sobre o desempenho escolar insatisfatório da filha. Declarou que a faculdade não era inclusiva como dizia e ensinava aos estudantes e que, portanto, estava sendo incoerente. Também estranhou o fato de Lia não ter perguntado nada durante a prova. Mário sugeriu que talvez ela não conseguisse formular suas dúvidas. Ponderou que Lia havia passado por um processo seletivo diferenciado, com um tempo estendido para a realização da prova e a oportunidade de perguntar sobre o que não tivesse entendido, e que o conteúdo, como a própria Solange sabia, visava verificar habilidades básicas e não conhecimentos específicos do Ensino Médio. Lia tinha demonstrado que a compreensão e a produção de texto ainda lhe eram um grande desafio. Desse modo, talvez fosse até mais frustrante para ela ser aprovada e não conseguir acompanhar o curso. Solange insistiu que a instituição estava errada em reprová-la e afirmou:

– Vocês são uma faculdade de Pedagogia, então precisam fazer o que falam, ou seja, aceitar todos com necessidades especiais.

Mário perguntou como ela achava melhor comunicar o resultado a Lia. Contou que, normalmente, a faculdade telefonava para o candidato. Solange disse que preferia dar a notícia, pois sabia que a filha ficaria muito frustrada, por culpa da instituição. Se soubesse que Lia seria reprovada, disse, nem a teria incentivado a realizar a prova. Com esse resultado, ela regrediria emocionalmente, e a família não tinha condições de pagar um profissional para acompanhá-la. Mário aguardou Solange se recompor. Quando ela se acalmou, voltou para a sala de aula.

O DIA SEGUINTE

Um dia depois, Mário teve uma reunião com docentes do curso de Pedagogia e expôs o caso, porque Solange era estudante da instituição e eles tinham de saber o que havia ocorrido.

Na conversa com o grupo, surgiram diferentes perspectivas sobre a situação.

Mirna, professora da disciplina “Educação Inclusiva”, disse que a estudante estava equivocada ao falar “Vocês são uma faculdade de Pedagogia, então precisam fazer o que falam, ou seja, aceitar todos com necessidades especiais”. Observou ainda que a disciplina “Educação Inclusiva” discutia sobre os estudantes da Educação Básica e que o Ensino Superior precisava ser contextualizado de outra maneira.

Na opinião de Fábria, que, além de professora da faculdade, era diretora de uma escola voltada para jovens e adultos com defasagem idade/série, Solange tinha razão, pois Lia poderia fazer o curso em mais tempo e, mesmo que não atingisse todos os objetivos esperados para o egresso, o mercado de trabalho é que diria se ela seria uma boa profissional. A jovem poderia ser auxiliar de classe, por exemplo.

Mário questionou Fábria:

- Mas, se fosse um curso de Medicina, ela entraria?
- Não. – respondeu a professora.
- E Direito?
- Não.
- Então, por que ela pode fazer Pedagogia?

Fábria ficou pensativa.

Iara, que havia sugerido para Solange que Lia fizesse o curso de Pedagogia, estava na reunião, mas não se manifestou.

Nilma se posicionou:

– Esse é um curso profissionalizante. Ela não acompanharia o ritmo e seria “café com leite”.

OUTRA IDEIA

Nilma, então, revelou uma informação fornecida por Solange, sua aluna:

– Lia não consegue ler e escrever textos simples, mas gosta de artes. Ela poderia fazer um curso da área.

Betina acrescentou:

– É a mãe que quer que ela faça Pedagogia, não ela. Além disso, todo mundo pode ser reprovado no processo seletivo. Por que um candidato com necessidades especiais não poderia?

Mário estava bastante incomodado com a situação, principalmente com o que havia sido apontado por Fábia. O processo seletivo teria correspondido às possibilidades efetivas da candidata? Deveria ser mais adaptado do que havia sido? Se aprovada, como a candidata poderia acompanhar o curso de maneira a se profissionalizar efetivamente?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Como realizar um processo de seleção diferenciado para ingresso no Ensino Superior? Isso comprometeria, de algum modo, a formação pretendida pelo curso?
2. Quais podem e devem ser os critérios para reprovação de um aluno com necessidades especiais em um processo seletivo para o Ensino Superior?
3. Como conciliar a profissionalização que se busca no Ensino Superior com as demandas do mercado de trabalho e as necessidades especiais de alguns estudantes? De que maneira a faculdade se responsabilizaria por isso?
4. É possível ter uma conduta generalizada em situações como a descrita neste caso ou cada caso deve ser analisado em sua especificidade?
5. A legislação sobre Educação Inclusiva poderia abranger de modo mais consistente o Ensino Superior? Se sim, em quais aspectos?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Quais foram os erros e acertos na conduta do coordenador do curso?
2. Basear-se na legislação sobre Educação Inclusiva seria suficiente para resolver a situação?
3. O processo de seleção foi diferenciado? Por quê?
4. O que considerar a respeito do posicionamento de Solange, estudante do curso, sobre a reprovação de Lia?
5. Os outros professores da equipe poderiam ter colaborado mais para solucionar o problema?

Um dilema de inclusão no Ensino Superior

CASO

Renata sempre quis ser professora. Na infância, uma de suas brincadeiras preferidas era “escolinha”, dando aulas para as crianças vizinhas ou mesmo para alunos imaginários. Ao concluir o Ensino Médio, não teve dúvida: procurou um curso de licenciatura em Letras. Assim que se formou, passou a lecionar em escolas públicas de sua cidade e, apaixonada pela profissão, logo continuou seus estudos e investigações sobre formação de docentes. Após dez anos de carreira na Educação Básica, começou a trabalhar no Ensino Superior, preparando pessoas para atuar naquela profissão que considerava a mais bonita, a mais poética, a mais encantadora: a de professor.

O DESAFIO

Houve muitos desafios na carreira de Renata, mas nenhum como aquele. Sentada diante de sua mesa de trabalho, em casa, sofria uma angústia intensa enquanto planejava as aulas para sua turma de “Sintaxe da Língua Portuguesa”, do curso de Letras. Ela trabalhava em uma pequena faculdade de formação de professores na cidade de São Paulo que se orgulhava de primar pela diversidade e pela equidade na Educação. Seu lema era: “Nenhum estudante a menos”, ou seja, ninguém poderia ficar para trás; todos tinham o direito de aprender. Renata costumava sentir-se muito feliz por lecionar ali, formando novos professores. No entanto, desde que assumira a turma de “Sintaxe”, da qual André fazia parte, seu prazer pelo trabalho vinha sofrendo sérios abalos.

Primeiro estudante cego da instituição, André sonhava tornar-se professor de português e estava no terceiro semestre do curso. Já formado em Biblioteconomia, essa seria sua segunda graduação. Naquele semestre, ele e Renata se encontraram nas aulas de “Sintaxe da Língua Portuguesa”.

A professora gostava de ensinar sintaxe. Para ela, era empolgante levar os alunos a visualizar as estruturas internas das frases e entender as relações hierárquicas e de encaixamento entre os pequenos fragmentos linguísticos. Uma das teorias que todo estudante de Letras aprende, por exemplo, é o esquema arbóreo, uma representação gráfica, visual, de como os elementos da frase se relacionam. É como a matrioska, boneca da Rússia dentro da qual existem outras duas bonecas ou mais. A “árvore sintática” lembra a química orgânica, com esquemas, flechas e desenhos simulando os galhos.

Era exatamente esse aspecto visual, tão empolgante para Renata, que a angustiava em seu escritório, em casa: como fazer para que André, seu único aluno cego, compreendesse a beleza do esquema arbóreo? Afinal, ela só conseguia pensar em sintaxe visualmente.

Por acreditar no lema da faculdade (“Nenhum estudante a menos”), a professora sempre achou possível garantir as condições necessárias para cada estudante atingir seu potencial. Agora, sentia-se envergonhada por se questionar se André poderia aprender o mesmo que seus colegas de classe.

TENTATIVA DE SOLUÇÃO

Renata buscou a solução para o problema de todas as maneiras que imaginava possíveis. Primeiro, entrou em contato com as editoras que publicavam a bibliografia básica de seu curso para saber se dispunham de exemplares em braile e alto-relevo. A resposta foi a mesma: não tinham livros desse tipo; na melhor das hipóteses, podiam fornecer o arquivo das obras para que o texto fosse convertido em áudio por programas de computador. Contudo, esses softwares eram inúteis para o tipo de conteúdo que ela lecionava, pois nenhum deles traduzia, em linguagem verbal sequencial, o que um esquema representava. A professora se revoltou: por que

ninguém, até então, havia se preocupado com a acessibilidade de pessoas com baixa visão ou cegas aos conteúdos de sintaxe? Ao mesmo tempo, inconformada por ser a primeira vez que se preocupava com isso, começou a imaginar todos os desafios que André teria enfrentado em seus 40 anos de vida para concluir seus estudos e mesmo viver de maneira digna em sociedade.

Determinada, continuou a pensar em uma saída. Imprimir seus materiais em braile e alto-relevo em uma gráfica não era viável. A produção, além de caríssima (a instituição não teria condições de arcar com o custo, sobretudo porque seu curso era pequeno e financeiramente não sustentável), levaria muito tempo, e até lá André talvez já estivesse formado.

Outro aspecto angustiante era que, em sua matéria, havia muitos exercícios cuja resolução, por tentativa e erro, requeria o uso de lápis e borracha. Renata não achava justo que André escrevesse as respostas em braile para depois, por conta de um erro, fazer tudo de novo, já que não existe a prática de “passar a borracha” em braile.

Então, sentou-se ao lado do aluno para verbalizar os exercícios e acompanhá-lo na resolução, feita oralmente. André levantava hipóteses e as apresentava a Renata, que fazia as intervenções necessárias para levá-lo às correções. Ela tentou isso por duas aulas e viu bastante avanço. No entanto, os outros estudantes da turma, sentindo-se em segundo plano, começaram a exigir sua atenção – afinal, também eram alunos dela! Por fim, a professora chegou à conclusão de que não podia dar aula particular a André.

MAIS COMPLICAÇÕES

Outro elemento complicava a situação: o comportamento de André. Embora não houvesse laudo médico, os professores suspeitavam que ele tinha algum grau de autismo, porque demonstrava grande dificuldade de socialização, era bastante sistemático com normas e acordos, poucas vezes sorria ou interagia com os colegas e falava em sala apenas se fosse chamado pelo nome.

No decorrer dos semestres, os outros alunos da turma afastaram-se de André, pois procuravam “ajudá-lo” descrevendo-lhe

imagens e situações e ele não se mostrava uma companhia agradável. A sala de aula de Renata era organizada em mesas com grupos de estudantes e, por ser cego e sistemático, André sempre ocupava o mesmo lugar. Nos últimos meses, os colegas evitavam ao máximo sentar-se perto dele.

Renata acreditava que uma Educação inclusiva era possível e queria que seus alunos, futuros professores, também tivessem essa crença. Justamente por isso, ela se cobrava ser um modelo para eles. Contudo, quanto mais as aulas avançavam, mais ela se sentia fracassada em relação a André. Como era o primeiro aluno cego da instituição, ninguém sabia muito bem como lidar com ele.

Esgotada, Renata deixou o planejamento das aulas de lado, já que não encontrava caminhos para dar a André a oportunidade de aprender certos conteúdos, e resolveu tomar um banho. Por alguns minutos, ela ia tentar fugir daquela angústia. Quem sabe seu sofrimento não ia embora pelo ralo junto com a água?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Existem conteúdos cuja natureza realmente inviabiliza o aprendizado por determinados estudantes?
2. Quais são as responsabilidades de cada ator envolvido no processo educativo para garantir a aprendizagem de estudantes com deficiência?
3. Em sua opinião, que porcentagem do tempo de aula poderia ser dedicada à personalização (para o atendimento específico, individual), considerando que esse mesmo tempo também deve contemplar as necessidades de aprendizagem dos outros estudantes da turma?
4. Há conteúdos e habilidades que podem ser desconsiderados, enquanto direitos de aprendizagem, por conta de alguma deficiência?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Em casos como esse, como engajar professores e instituição em busca de uma solução?
2. De que modo a professora poderia garantir a personalização no ensino considerando as necessidades de toda a sua turma?
3. Quem poderia ajudar a professora a solucionar seu problema?
4. Como se trata de um adulto, que expectativas a professora poderia e deveria ter em relação ao engajamento dele?
5. Por que o problema deste caso parece ser da professora e não da instituição?

Adequação de alunos à escola de tempo integral

CASO

Era setembro de 2015. Paloma estava em sua sala, inquieta, olhando para um documento que precisava assinar, enquanto batia a caneta na mesa com insistência. Ela se questionava, em seus pensamentos mais profundos, se reunir ou não o conselho escolar seria a solução ideal para o conflito que se instalara em sua escola.

Formada em Pedagogia e Letras, Paloma tinha 52 anos. Era baixa, magra, com cabelos pretos na altura dos ombros. Vaidosa, estava sempre elegantemente vestida, de salto alto, e chamava a atenção por onde passava. Por ser muito dedicada ao magistério, fora promovida a diretora estadual e, depois de ocupar o cargo por 16 anos em uma escola de uma pequena cidade, conseguira transferência, em 2011, para um município maior, em uma instituição pública de tempo integral que acolhia 350 alunos do 2º ao 5º ano.

Paloma tinha muita autonomia e liderança no trabalho e nunca enfrentara grandes problemas em seus 20 anos como diretora. Ultimamente, no entanto, estava preocupada, pois vinha sendo pressionada por todos ao redor e sabia que precisava tomar uma decisão com urgência.

Sua escola era bastante requisitada, pois acolhia as crianças em um tempo diário de nove horas e ampliava as possibilidades de aprendizagem em projetos de oficina. Surgida de uma proposta do governo estadual, fora uma das primeiras da cidade a receber o programa Escola de Tempo Integral. Atendia os alunos das 7 às 16 horas: de manhã, eles frequentavam aulas do ensino regular, de artes e de educação física; à tarde, participavam das oficinas curri-

culares de dança, informática, língua estrangeira, saúde e qualidade de vida, atividades esportivas e de leitura. Além disso, a escola oferecia três refeições e tinha um recreio muito bem planejado, com jogos de mesa, videogame, pingue-pongue e livros, o que mantinha as crianças ocupadas, evitando que apenas corressem durante o tempo livre. Muitas famílias demonstravam interesse em matricular seus filhos ali. Embora localizada em um excelente bairro considerado de classe média-alta, seu público, crianças de 7 a 11 anos, não vivia nas redondezas, fator que afetava a relação entre as famílias e a escola. Dos alunos matriculados, 75% moravam em bairros distantes, caracterizados como de periferia e baixo nível socioeconômico, e se deslocavam até lá em vans de transporte escolar ou em veículos particulares.

Em agosto de 2015, na volta das férias, as crianças foram muito bem recebidas pelos professores e pela diretora. A equipe explicou as normas disciplinares do regulamento escolar, bem como as regras e combinados internos. Paloma sempre tentava solucionar os pequenos problemas por meio do diálogo com os alunos, acolhendo-os da melhor maneira possível, e desenvolvia com seu pessoal projetos com alta carga de afetividade voltados para aqueles que apresentavam comportamento inadequado. Sua preocupação teve início duas semanas depois do retorno dos alunos às aulas, em uma segunda-feira. Ela estava em sua sala sempre organizada, executando as tarefas diárias, quando Carla, a secretária da escola, interrompeu-a para lhe falar algo importante.

UM PEDIDO

– Dona Paloma, um conselheiro tutelar está aqui e deseja falar com a senhora. Posso mandá-lo entrar?

Paloma ficou curiosa e, ao mesmo tempo, preocupada, pois, em seus quatro anos como diretora daquela escola, nunca fora procurada pelo Conselho Tutelar. Então, pediu que Carla o encaminhasse até sua sala.

Quando viu o conselheiro, sua curiosidade cresceu, porque ele estava acompanhado de um menino. Deu as boas-vindas aos dois e ouviu:

– Bom dia, dona Paloma. Sou Roberto e venho com um pedido da Diretoria de Ensino para que Pedro Henrique seja matriculado nesta escola. Ele tem 9 anos e precisa de uma vaga no 4º ano.

– Por que ele está sendo encaminhado para cá e de onde vem?
– perguntou a diretora, demonstrando interesse.

Roberto respondeu:

– Pedro Henrique precisa estudar em uma escola de tempo integral, porque sua mãe, que passou por um processo de recuperação de alcoolismo, conseguiu um emprego e não tem com quem deixá-lo. Durante o tratamento da mãe, Pedro viveu com a avó, mas ela é muito idosa e não dá mais conta de cuidar do menino.

Paloma comoveu-se com a história do pequeno Pedro Henrique e, mesmo não tendo a vaga, concordou em matriculá-lo, por ser uma solicitação da Diretoria de Ensino. Ela estava certa e confiante de que Pedro Henrique se sentiria bem e, assim como a maior parte das outras crianças, logo se adaptaria às regras e aos combinados do ambiente escolar. Não tinha ideia do transtorno que se instalaria em sua escola.

No dia seguinte, uma terça-feira, por volta das seis e meia da manhã, Rita, a inspetora, observava o fluxo de vans e outros veículos no estacionamento. As crianças desciam deles com a mochila e a lancheira e acenavam para ela, que lhes dava as boas-vindas e as encaminhava para o pátio. De repente, viu uma desconhecida caminhando em sua direção de mãos dadas com um menino, ambos em silêncio. Ao aproximar-se da inspetora, a mulher deu um sorriso, revelando os dentes malcuidados, e disse:

– Bom dia, sou Patrícia, mãe do Pedro Henrique. Ele vai começar os estudos hoje. Você pode verificar a sala dele?

Rita, atenciosa, disse “oi” para o menino, que retribuiu o cumprimento, sem demonstrar alegria.

– Pois não, Patrícia. Pode deixar que o levarei até a sala na qual ele foi matriculado.

As primeiras atividades do dia transcorreram normalmente. Logo após o intervalo, porém, a professora Eduarda apareceu na diretoria dizendo que precisava conversar com Paloma sobre o novo aluno, Pedro Henrique. A diretora não ficou surpresa, achando que Eduarda falaria sobre a hipótese de escrita em que Pedro se encontra-

va, como era de costume. Contudo, não foi bem isso que aconteceu.

A professora deu um profundo suspiro e começou:

– Paloma, faz exatamente três horas que Pedro Henrique veio para nossa escola e já causou dois conflitos. Não para quieto e mexe com todos os colegas, interrompendo o silêncio da sala. Além disso, alguns alunos o viram “roubar” o lanche dos menores durante o recreio. Ele não vai dar certo na minha classe.

Paloma ficou sem reação, incrédula de que em apenas três horas tudo isso teria acontecido, e perguntou:

– Eduarda, Pedro se recusou a fazer as atividades?

– Não, ele realizou tudo, no tempo dele, mas não parou quieto.

A diretora lhe sugeriu que esperasse passar o dia, para ver como o aluno se comportaria à tarde, durante as oficinas curriculares. A professora concordou com a sugestão, despediu-se com um aceno e subiu a rampa de acesso para a sala de aula.

Paloma, então, decidiu entrar em contato com a escola na qual Pedro estudara para saber sobre seu comportamento; por descuido, ela não perguntara nada sobre o assunto ao conselheiro tutelar. Tomou seu café, já frio, e pediu à secretária:

– Carla, você poderia pegar a ficha de encaminhamento do conselheiro, verificar o telefone da escola que Pedro Henrique frequentava e trazê-lo para mim, por favor?

Em poucos minutos, a secretária retornou à sala da diretora com o número anotado.

MAIS INFORMAÇÕES

Com o coração acelerado, Paloma ligou para a antiga escola de Pedro Henrique. Após alguns toques, alguém atendeu do outro lado da linha. A diretora disse que precisava de informações sobre um ex-aluno do 4º ano que havia sido transferido para sua escola. Então, a ligação foi repassada para a coordenadora, Rosa.

– Pois não, em que posso ajudá-la? – perguntou ela.

– Recebi Pedro Henrique, ex-aluno de vocês, e gostaria de saber sobre o comportamento dele.

A coordenadora pareceu lembrar-se do garoto de imediato, pois não demorou a responder:

– Pedro Henrique era um aluno com notas médias, porém seus problemas familiares e sua vida muito sofrida o tornaram uma criança carente, que gosta de chamar a atenção. Ele saiu de nossa escola porque não podia mais estudar em meio período, mas havia muitas reclamações a respeito do comportamento dele.

Paloma não entendeu o que Rosa quis dizer com “vida muito sofrida” e “chamar a atenção” e lhe pediu que explicasse melhor.

– Pedro sofreu abandono quando a mãe bebia. Ela o amava, mas adorava beber. Então, saía de casa e o deixava sozinho. Na ausência dela, o menino ficava na rua, fazendo “arte”, e os vizinhos reclamavam. Um dia, a mãe queria sair e, sabendo que seria perigoso deixá-lo em casa sem nenhum adulto por perto, já que não parava e mexia em tudo, acorrentou-o à cama. Não se tem ideia de quanto tempo passou até os vizinhos escutarem os gritos de socorro e chamarem a polícia. Pedro foi encaminhado para o Conselho Tutelar. A mãe correu o risco de perder sua guarda, e ele foi morar com a avó. Depois de ficar internada em uma clínica de reabilitação por mais ou menos dois meses, ela se reinseriu na vida social, e o menino teve a chance de voltar a viver com ela. A avó diz que já ajudou muito e que agora a mãe tem que se responsabilizar por ele.

Paloma estava chocada.

Rosa continuou:

– Além disso, há suspeitas de que Pedro tenha TDAH, transtorno do déficit de atenção com hiperatividade. A escola e a mãe sabem das inquietações dele, e as características apontam para o transtorno, mas não foi feito laudo médico. A mãe nunca o levou a um especialista que pudesse avaliar a situação.

Sem mais perguntas, Paloma agradeceu a atenção de Rosa e despediu-se. Ao desligar o telefone, decidiu que por enquanto não contaria a ninguém a história de vida de Pedro Henrique. Queria esperar alguns dias para ver como seria seu comportamento. Afinal, era uma escola nova e ele estaria em período de adaptação.

Depois disso, o restante do dia correu tranquilo. O sinal tocou e logo Paloma, de sua sala, ouviu o vozerio das crianças aumentando enquanto elas desciam a rampa para o portão de saída. A diretora ficou aliviada, pois nenhum outro professor ou aluno apa-

receu para reclamar do comportamento de Pedro Henrique. Então, colocou seus papéis em ordem e foi para casa.

O DIA SEGUINTE

Na manhã do outro dia, depois da segunda aula, Paloma ouviu um grito muito alto, seguido de choros. Levantou-se rapidamente, saiu da sala apressada e chegou à porta que dava para o pátio. Olhou para os lados e descobriu o local do tumulto: a quadra. Nesse momento, viu crianças desesperadas correndo de um lado para o outro, algumas saindo dali. A diretora acelerou o passo até a professora de educação física, Ana, que amparava Júlia, uma das melhores alunas da escola. Gritando e chorando sem parar, a menina estava com o antebraço deslocado e os joelhos ralados, sangrando. Paloma ligou para a ambulância e para os pais de Júlia, e logo ela seguiu para o hospital.

Os alunos foram encaminhados para a classe, e a professora de educação física, parecendo muito irritada, acompanhou a diretora para lhe explicar o que havia acontecido.

Assim que entraram na sala de Paloma, Ana exclamou:

– Você precisa tomar providências sobre o aluno Pedro Henrique! Ele é impulsivo, e isso fez Júlia se machucar! Esse menino não pode ficar em nossa escola!

A diretora pediu para que ela se acalmasse e se sentasse, ofereceu-lhe água e solicitou que contasse tudo do início.

Ana, então, começou:

– Entrei na sala de aula, fiz a chamada, como de costume, e os alunos disseram que havia um aluno novo. Então, vi Pedro. Até aí tudo bem. Quando expliquei a atividade na lousa e as regras da brincadeira, observei que ele nem sequer prestou atenção; ficou inquieto na mesa fazendo a borracha de “aviãozinho”. Ao perguntar se a sala tinha dúvidas em relação ao jogo, também não demonstrou interesse em participar. Fomos para a quadra e começamos o jogo. Não se passaram nem dois minutos e ele empurrou Júlia contra a parede. Ela bateu de costas e caiu em cima do braço. Não sei por que ele fez isso, mas temos um grande problema agora.

A diretora já se imaginava diante dos pais da menina no dia seguinte. Além de Júlia ser uma das melhores alunas da escola, eles eram presentes e participativos. Isso não poderia ter acontecido. Paloma pediu que a inspetora de alunos chamasse Pedro Henrique imediatamente.

Ele chegou após alguns minutos e sentou-se na cadeira ao lado da professora de educação física.

– Pedro, o que aconteceu? – perguntou Paloma.

Sem demonstrar nenhum sentimento de dor ou arrependimento, o menino respondeu:

– Eu estava brincando com a Júlia, igual a professora pediu. Ela passou correndo e eu fui pegar ela, então coloquei a mão nela. Foi só isso. Não sei por que ela caiu.

Ana, então, exaltada, disse:

– É mentira! Você está mentindo! E, além de mentiroso, é maldoso! Você não prestou atenção às regras da brincadeira enquanto eu explicava? A principal era: “Não empurrar o amigo”.

– Eu não empurrei – murmurou Pedro.

Então a professora retrucou, irritada:

– Ah, é? Ela caiu sozinha, então?

Pedro deu de ombros, demonstrando que não estava muito interessado.

Paloma pediu à inspetora que chamasse outro aluno da sala.

Chegou, então, Sofia, e a diretora a recebeu, dizendo:

– Bom dia. Por favor, sente-se.

Com os olhos assustados, a menina se acomodou na cadeira ao lado de Pedro.

– Sofia, você estava brincando com as crianças na aula de educação física. Viu como Júlia caiu?

– A Júlia era do meu time – começou a aluna, passando as mãos em uma mecha de cabelos. – Ela foi passar correndo para o outro lado e, quando o Pedro viu que ela ia conseguir, empurrou ela com muita força contra a parede. O Pedro era do outro time, diretora. Ele fez de propósito. Eu vi.

Paloma olhou para Pedro, que desviou o olhar. Ela precisava de um tempo para averiguar os fatos e pediu que os três voltassem para a sala de aula.

A diretora ficou pensativa. Pedro era desatento, inquieto e impulsivo. Sua mãe fora alcoólatra durante a gestação, e isso poderia ter afetado o cérebro dele. Para Paloma, o menino era um aluno que precisava ser tratado de maneira diferenciada, pois havia suspeita de que fosse portador de TDAH, embora não houvesse laudo médico. Ela percebeu, aborrecida, que sua equipe não estava preparada para receber uma criança com essas características, e por um instante se sentiu culpada por não saber como agir. A escola, por ser de período integral, não recebia alunos com algum tipo de deficiência, embora fosse adaptada fisicamente para isso.

FOLLOW-UP

Paloma, já preocupada com a situação ocasionada pelo menino e com a reclamação de alguns professores, surpreendeu-se quando, no mesmo dia, a secretária da escola entrou em sua sala e disse que os pais de Júlia gostariam de falar com ela. A diretora deu permissão para que entrassem. Eles a cumprimentaram com um sorriso nada feliz e sentaram-se. A mãe, então, foi logo dizendo:

– Paloma, nós gostamos demais desta escola e nossa filha adora estudar aqui, mas queremos pedir sua transferência. Júlia não pode ficar em uma escola que acolhe crianças agressivas. Acabamos de sair do hospital; ela teve fratura com desvio no rádio e na ulna. Júlia é uma excelente aluna e filha, e nunca teve problema com criança alguma. Precisamos prezar por sua segurança. Ela nos contou que esse aluno novo faz brincadeiras sem graça com todo mundo e que você nem sequer chama a atenção dele.

Depois de ouvir atentamente, a diretora contou que ela estava pensando em encaminhar o aluno a um psiquiatra para fazer um tratamento paralelo com a escola, pois havia suspeitas de que ele sofria de TDHA. Explicou aos pais o que é esse transtorno, mas eles não demonstraram interesse. Certos de que outra escola seria melhor para a filha, insistiram que Paloma providenciasse a transferência da filha e se despediram.

Arrasada, a diretora pensou: “E se os pais de outras crianças também quiserem transferência? O que devo fazer?”.

Decidiu conversar com a mãe de Pedro e solicitou à inspetora

da escola que dissesse a ela que a procurasse quando fosse buscar o filho.

Ao chegar à escola, Patrícia foi encaminhada à sala da diretora, que a cumprimentou e pediu que se sentasse. Paloma explicou-lhe o que havia acontecido e lhe pediu sua opinião. Ficou sem reação quando a mãe começou a chorar em vez de falar. Não sabia se esperava sentada em sua cadeira, se lhe dava um abraço ou se lhe oferecia água para que se acalmasse. Por fim, disse:

– Eu aguardo seu momento. Quando se sentir à vontade, pode falar.

Patrícia enxugou as lágrimas com a manga da própria camisa e desabafou:

– Paloma, eu não posso perder meu filho novamente. Não o denuncie, por favor. O Conselho Tutelar está de olho em mim. Pedro é uma criança diferente; não faz essas coisas por maldade. Eu sempre fui chamada na escola por ele ser desatento, por “viver no mundo da lua”, como diziam os professores, mas não sei o que fazer. Já o mudei de escola duas vezes por conta de reclamações e não tenho dinheiro para que faça exames. Ele precisa de ajuda, e eu dependo de vocês para poder trabalhar. Por favor, não transfira meu filho para outra escola...

– Fique tranquila – disse a diretora. – Isso será resolvido de maneira justa.

Patrícia despediu-se, e Paloma sentiu-se mentirosa, pois não sabia como resolver esse problema de maneira justa.

No dia seguinte, Pedro Henrique não deveria ir à escola, pois havia sido suspenso por um dia. No entanto, logo cedo, já estava ali. Paloma sabia que a mãe dele trabalhava o dia todo e não tinha com quem deixá-lo.

À tarde, aconteceria a reunião de trabalho coletiva semanal, em que os professores costumavam discutir algum assunto proposto pela coordenadora pedagógica. Paloma, em geral, não participava desses encontros, mas nesse dia foi notificada de que os professores queriam que ela estivesse presente.

A reunião teve início às 17 horas em ponto. Ana, a professora de educação física, começou:

– Paloma, hoje não estamos reunidos para tratar de assuntos

pedagógicos, e sim para falar de Pedro Henrique. Em nome do grupo de professores, quero dizer que a situação nos preocupa. Faz dois dias que esse aluno frequenta nossa escola e não estamos suportando seu comportamento. Ele não tem perfil para estudar aqui. Mal consegue permanecer cinco minutos sentado; imagine ficar o dia todo na escola.

O professor de informática, Ronaldo, um homem de 38 anos, alto, voz grossa e com anos de experiência na área educacional, afirmou:

– Se Pedro Henrique continuar aqui, perderemos muitos bons alunos. Soubemos que os pais de Júlia pediram a transferência da menina, e com certeza outros pais farão o mesmo. Não podemos deixar que os bons alunos saiam por conta de uma criança que não quer saber de nada.

Paloma, então, lhes explicou a história do aluno, desde os problemas da mãe até a hipótese de ele ser portador de TDAH. Alguns professores escutavam atentamente, outros cochichavam. A diretora concluiu:

– Pedro Henrique é uma criança sofrida e, se realmente for portador de TDAH, merece ser incluído nesta escola. Podemos trabalhar com ele de maneira diferenciada. Coloquem-se no lugar de sua mãe e pensem em quanto isso é difícil para ela. Quer ter o filho por perto, se propôs a melhorar e precisa de nossa ajuda enquanto trabalha. Mesmo que o menino não tenha perfil para estudar em uma escola de tempo integral, podemos ajudar.

Essa fala foi motivo para muitas outras reclamações. A maior parte dos professores alegou que Pedro Henrique prejudicaria o ensino das turmas, que o menino era agressivo e causaria mais problemas, que os bons alunos não ficariam na escola, pois os pais não admitiriam tal situação. A professora Marta, com voz calma, tomou a palavra:

– Eu acredito que o aluno sofra de algum transtorno também. Não vi desinteresse nele, pois realizou minhas atividades. No entanto, é desatento e devemos saber lidar com ele para que não se irrite. Talvez o menino possa passar por um tratamento enquanto frequenta a escola, ser medicado. Se fosse meu filho, eu ficaria muito feliz em saber que a escola tentou ajudá-lo em vez de excluí-lo...

Roberto, exaltado, interrompeu-a:

– Claro, a escola tem que incluir todos, mas até que ponto devemos suportar isso? É justo incluir um aluno e perder outros? Se for assim, daqui a alguns dias nossa escola estará na manchete dos jornais. Além do mais, não temos um planejamento para uma criança hiperativa permanecer por nove horas aqui. Ouvi dizer que o menino nem almoça, porque fala que não gosta. Como ele vai estudar em nossa escola?

Paloma respirou fundo e sugeriu:

– Que tal esperarmos mais um tempo e avaliarmos o problema? Vamos analisar as características de Pedro Henrique e ver se o caso dele é mesmo algo fora do controle. Obtendo as respostas, tomaremos as providências em conjunto, como sempre fizemos.

Os professores não pareceram muito satisfeitos, porém concordaram. Tudo o que a diretora queria era que a escola acolhesse aquele aluno e que o menino conseguisse se adequar às regras e à organização internas. No entanto, a escola não dispunha de recursos para lidar com a situação. Não havia pedagoga nem salas especiais, muito menos um psiquiatra para conversar com esse tipo de aluno. Ela precisava solucionar o problema, mas como?

Na manhã seguinte, Paloma foi avisada pela secretária sobre a transferência de Júlia. Ela ficou chateada por perder uma aluna exemplar e pais que participavam da gestão democrática da escola.

O tempo passou, e as queixas continuaram. No período de um mês, a diretora advertiu Pedro Henrique sete vezes e aplicou duas suspensões, que não foram cumpridas porque ele não podia ficar em casa sozinho. Todos reclamavam: alunos, professores, funcionários, pais de outras crianças. Enfim, a situação chegou a um ponto insuportável. Em todas as rodas de conversa da escola, havia o nome de Pedro Henrique.

Em setembro, os professores solicitaram a presença da diretora à primeira reunião de trabalho coletiva para falar sobre o assunto. Ao entrar na sala, Paloma percebeu um silêncio fora do comum.

– Boa tarde, professores – cumprimentou ela. – Agimos conforme o combinado e gostaria de saber quais são suas impressões sobre Pedro Henrique nesse período. Quem pode falar?

A professora de inglês, Fabiana, começou:

– Foi difícil. Em minhas aulas, ele não parou um segundo. Um dia, quase furou a mão de um colega com um lápis; disse que foi brincadeira.

A professora Marina, do 2º ano, se pronunciou:

– Eu não sou professora de Pedro, mas as crianças estão reclamando de que, no recreio, o menino ameaça pegar seu lanche e eles acabam entregando. Alguns pais já me perguntaram quem é esse aluno que as crianças citam em casa.

Eduarda, que era a professora da sala de Pedro Henrique e, portanto, permanecia mais tempo com ele, disse:

– Ele tem feito as atividades, mas está complicado. Demora mais que os outros alunos e os atrapalha o tempo todo. Propus atividades diferenciadas para ele, o que nem seria necessário, já que ele consegue realizar as atividades comuns. O problema é que Pedro não presta atenção e brinca o tempo todo. Não houve um dia de paz. Eu sempre tenho que solucionar conflitos entre ele e algum colega, porque ele fica irritado e age de maneira impulsiva, com agressão. Os colegas têm medo dele.

Marta comentou:

– Eu tentei ouvi-lo. Coloquei a carteira dele ao lado da minha mesa e ele realizou as atividades, mas deu trabalho, sim, não vou mentir. Acredito que nós, professores, devemos lhe dar uma atenção especial e utilizar estratégias diferenciadas, o que, sem dúvida, é difícil em uma sala de 30 alunos como a dele; e isso foi o melhor que consegui. Se Pedro estudasse em uma escola de meio período, seria mais fácil para ele, já que não se concentra.

Como ninguém mais se manifestou, Paloma perguntou:

– Então, qual é a sugestão de vocês?

Denise, que lecionava artes desde que a escola se tornara de tempo integral, respondeu em nome do grupo:

– Diretora, decidimos que o melhor é acionar o conselho escolar para votar pela permanência ou transferência compulsória do aluno. Em um mês desde a transferência de Júlia, os conflitos que ele tem ocasionado, os furtos de lanche e materiais dos colegas, as ameaças e os problemas menores que aconteceram nos levaram a concluir que Pedro Henrique não tem perfil para estudar em tempo integral. Ele está colocando o nome de nossa escola em risco, e

não é justo um trabalho que vem se desenvolvendo bem por tantos anos ser jogado no ralo por causa de um aluno. Ele nem come a refeição daqui, só traz salgadinhos. Como vai frequentar uma escola de tempo integral se não segue as regras e os combinados? As crianças perguntam o tempo todo por que ele não almoça e por que pode agir do jeito que quer e nada lhe acontece.

Encerrando a reunião, Paloma disse que levaria em conta a sugestão dos professores.

Quando voltava para casa, pensou nas normas disciplinares do regulamento escolar, que deveriam ser seguidas por todos, na reputação da escola, nos problemas sociais de Pedro Henrique e no TDAH, que ele poderia ter. A diretora e todos os professores desenvolviam na escola a gestão democrática, e o diálogo com as famílias era algo presente. Ela sabia que logo os pais começariam a agir, pois reclamar não estava resolvendo.

Paloma acreditava no potencial de toda criança. Esse lado humanista, porém, poderia prejudicar sua escola, tão reconhecida e valorizada. Ela se perguntou: “A escola de tempo integral é inclusiva ou não? É necessário dar o acesso, mas é justo manter na escola um aluno que prejudica outros? Existiria um perfil de aluno para a escola de tempo integral, como os professores estavam dizendo?”.

Paloma precisava resolver se assinava ou não o documento para acionar o conselho escolar, uma decisão nada fácil. Ela queria ajudar não só os professores, mas também o aluno e a mãe. Como proceder nessa situação?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A escola de tempo integral deve oferecer a todo e qualquer aluno condições de acesso e permanência?
2. Existe um perfil de aluno ideal para esse tipo de escola?
3. Qual a verdadeira função da escola em tempo integral?
4. Que formações os professores recebem para lidar com os mais diversos problemas do cotidiano escolar? Essas formações são suficientes?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Até que ponto é válido lutar pela permanência de um estudante indisciplinado na escola?
2. Que medidas disciplinares o diretor da escola deveria tomar no caso?
3. Qual a melhor forma de lidar com a equipe e com os pais em uma situação semelhante?
4. Escolas em tempo integral devem ter uma equipe especializada para receber todos os alunos?
5. Acionar o conselho escolar para votar pela permanência ou transferência compulsória do aluno é a melhor alternativa para resolver a situação?

Bullying em sala de aula e a postura do professor

CASO

Aquela era uma escola de grande porte situada no centro de uma metrópole da região Sul do Brasil. Atendia 3.500 estudantes do Ensino Fundamental e Médio, todos regularmente matriculados, distribuídos nos turnos da manhã, tarde e noite. Destacava-se das demais por ser considerada “modelo”. Tinha quadra e ginásio poliesportivo; auditório para 200 pessoas com palco, coxia, serviços de som e iluminação; laboratórios de ciências com equipamentos de segurança e materiais para experimentos; e laboratório de informática em sala ambientada, equipado com projetor interativo e 30 modernos computadores individuais ligados à internet. A escola atendia, ainda, aos padrões de acessibilidade.

Além disso, era conhecida por ter recebido em sua equipe personalidades de destaque na Educação, na cultura e na política, por contar com professores capacitados (alguns lecionavam também em escolas particulares) e, sobretudo, pelo bom desempenho dos alunos. Tratava-se de uma escola pública e democrática que acolhia crianças e adolescentes de vários bairros da cidade, mas reservava 50% das vagas para os que moravam no entorno. Por ser uma escola muito grande e pela diversidade dos alunos, manter a organização era um desafio constante para a gestão.

Naquele ano, a escola sofreu um processo de intervenção, e a Secretaria de Educação designou Ana e sua colega Cleide para assumirem interinamente a gestão.

Ana estava em uma nova fase de sua vida. Casada e com um filho de 10 anos, havia morado desde seu nascimento no extremo Norte do Brasil. Porém, em razão da transferência de emprego de

seu marido, mudou-se para o Sul em pleno período de inverno, um dos mais intensos da última década – um “choque térmico”, levando-se em conta a diferença entre as temperaturas das duas regiões. Mais do que isso, um choque de cultura. No entanto, Ana estava disposta a superar tudo em prol de uma vida melhor para sua família.

Assim, licenciou-se da escola pública onde lecionava para acompanhar o cônjuge nessa nova etapa da vida em comum. Na nova cidade, procurou um emprego na área da Educação e aceitou o desafio da intervenção, algo que nunca experimentara e que ficaria para sempre em sua memória.

Naquela manhã de sábado de junho, em pleno inverno, Ana se arrumava para participar da reunião do conselho escolar. Sabia que não seria fácil. A situação, inédita, envolvia a professora e os alunos de uma turma do 5º ano do Ensino Fundamental matutino: a mãe de um estudante fizera uma denúncia.

UMA VISITA INESPERADA

Uma semana antes, logo após sua chegada à escola, Ana recebeu em sua sala uma jovem senhora desesperada, que entrou sem ser anunciada. Afirmou que Elza, a professora de Pedro, seu filho, estava humilhando-o em sala de aula, expondo-o a ponto de ele não querer mais estudar.

– A senhora é a nova diretora? A interventora que veio botar ordem nesta escola? Ajude-me, porque o diretor anterior nada resolveu e meu filho está sofrendo *bullying* da professora Elza.

Ana, que estava ao telefone, percebeu a agitação da mãe. Aceitou para ela e pediu que se sentasse. Quando desligou, sugeriu:

– Beba um pouco de água. – Entregou-lhe o copo e continuou: – Boa tarde! Diga seu nome e conte o que está acontecendo, por favor.

– Meu nome é Sônia. Sou mãe de Pedro, do 5º ano matutino, que estuda com a professora Elza, e vim fazer uma denúncia. A professora expôs meu filho durante três dias consecutivos na frente dos colegas, humilhando-o de tal maneira que ele não quer mais voltar para a escola.

– Mas o que aconteceu de fato?

– Meu filho é muito tímido. Um dia, durante a aula, ele levantou a mão e pediu para ir ao banheiro. A professora ignorou. Ele levantou a mão novamente e ela respondeu gritando. A classe toda riu. Pedro não falou mais nada, porém os colegas ficaram inquietos. Alguns disseram: “Que mau cheiro é esse, professora? Será que foi Pedro?”. Antes que ela respondesse, o sino tocou e todos saíram apressados, menos Pedro, que esperou sentado a sala ficar vazia para ir embora. Isso se repetiu por mais dois dias consecutivos. Pedro levantava a mão, a professora o ignorava, ele insistia, ela gritava, a turma ria, ele se aquietava. Em seguida, surgiam os murmúrios do mau cheiro. A situação ficou insustentável, pelo que meu filho contou.

Sônia suspirou e, com lágrimas nos olhos, continuou:

– Então a coordenadora ligou para meu trabalho e disse que havia um mal-estar na sala de aula de Pedro em função de ele estar sendo rebelde e praticar ações que provocavam desconforto aos colegas e à professora. Eu me agitei e perguntei o que estava acontecendo, visto que Pedro nada tinha comentado comigo. Como eu trabalho o dia todo e o pai dele não mora conosco porque nos separamos, sou mãe e pai. Mãe não se engana. Naqueles dias, após o trabalho, eu notei que ele estava meio desolado, sem querer comer nem ir para a aula, alegando dor de estômago. Depois daquele telefonema, juntei as partes e entendi a humilhação pela qual meu filho vinha passando.

A mãe deixou as lágrimas caírem sem se importar com a impressão que causava e, com a voz embargada, prosseguiu:

– Meu filho é um bom menino. É educado, estudioso, mas é introspectivo, e isso o prejudica muito. Eu conversei com ele logo depois de receber o telefonema. Por causa da gravidade da situação, solicitei a meu chefe para sair antes do horário habitual. Quando Pedro me viu chegar mais cedo e chamá-lo, começou a chorar. Eu sentei de frente para ele e perguntei o que estava acontecendo. Ele gaguejou. Eu o acalmei e pedi que me contasse tudo. Então ele disse: “Mamãe, lembra que eu falei a semana passada que estava com dor de barriga e você me deu um chá e eu fui pra escola? Então. Eu fiquei bem, mas no recreio comi um lanche e piorei. Depois, já

perto do fim da aula, me deu outra dor, aí eu levantei a mão e pedi à professora Elza para ir ao banheiro. Ela não respondeu. Então, eu levantei a mão de novo e ela gritou, dizendo que eu estava atrapalhando a aula, e todos me zoaram. Eu abaixei a mão e fiquei ali me segurando até que não aguentei mais e borrei a calça. Aí começaram a falar que tinha um mau cheiro na sala. Como eu sento mais atrás, nem todos perceberam. Eu esperei eles saírem e só depois é que me levantei e fui embora. Antes amarrei o casaco na cintura para ninguém ver o que tinha acontecido”.

Sônia parou por um momento.

– Professora Ana – recomeçou –, a gente mora bem próximo daqui, do outro lado da praça. Pedro sempre vem e volta sozinho, o porteiro o ajuda a atravessar, nem desconfiei do fato a princípio. Quando eu chegava em casa, ele já havia tomado banho e feito o dever de casa. Às vezes estava vendo televisão calado; outras, deitado, tentando dormir. Esse episódio aconteceu por três dias consecutivos e a professora não tomou nenhuma atitude para ajudar meu filho. Ela preferiu escutar os outros alunos, esnobar Pedro e ser grosseira. E, pior, colocaram nele o apelido de “Fede-Fede”. Isso é demais para uma mãe. Meu filho só queria o direito de ir ao banheiro. Ele adquiriu síndrome do pânico. Chora quando falo mais alto e não quer sair de casa sozinho nem para ir à padaria. Eu o levei ao médico, ele lhe fez algumas perguntas, examinou-o e não diagnosticou nada “além disso”. Agora eu quero a retratação da professora e o pedido de desculpa dos colegas.

Ana escutou o relato da mãe, atônita. Não sabia o que fazer a princípio e não imaginava que uma professora pudesse ter aquela postura. Levantou-se, pegou um copo d’água, agora para ela, respirou fundo e disse:

– Sônia? É esse seu nome, não é?

Não esperou resposta. Afirmou que levaria o assunto ao conselho escolar para ver a melhor maneira de resolver a situação, de modo a não prejudicar o ano letivo de Pedro, e que falaria com a professora Elza para ouvir sua versão, pois precisava ser justa com ambas as partes. Pediu a Sônia que aguardasse. Embora o semestre estivesse no fim, daria tempo de organizar a reunião, e Pedro não faltaria às provas.

Um pouco mais calma, Sônia concordou. Já de pé, disse que confiava em Ana, mas que esse problema não podia passar despercebido e que a professora devia ser punida. Se não houvesse uma retratação da professora, iria à Secretaria de Educação denunciá-la ao setor de Direito do Aluno e também procuraria a imprensa local. Despediu-se e saiu.

A CONSULTA À VICE-GESTORA

Ana chamou Cleide, a vice-gestora. Relatou o ocorrido e disse que solicitaria uma reunião extraordinária do conselho escolar. Cleide questionou:

– Você tem certeza de que essa reunião é necessária, Ana? Chegamos há pouco à escola em uma situação atípica, não conhecemos bem o corpo docente, tampouco esse aluno e sua mãe. Não acha que vai nos expor e expor também a professora Elza?

Ana respondeu, surpresa:

– Como assim nos expor, Cleide? Nós temos de tomar uma atitude. Afinal, aceitamos esse desafio juntas e somos responsáveis pelo que diz respeito ao todo. Vamos, sim, investigar essa denúncia, pois, segundo a mãe, trata-se de *bullying*. Devemos realmente verificar se o que ela afirmou, em estado de desespero, é verdade e, se for, de quem partiu a discriminação contra a criança. Precisamos ter cautela e escutar as partes, porque, mesmo que a atitude tenha sido da professora e não se configure como *bullying*, o teor da denúncia é muito grave e pode trazer sérias consequências para aquele menino. Espero sinceramente que a mãe tenha se equivocado. Para saber isso, temos de escutar os dois lados e contar com o apoio do conselho escolar. Precisamos, sim, ser cautelosas, mas vamos apurar a situação na forma legal, conforme as normas do regimento interno, e fazer o que tem de ser feito.

A VERSÃO DA PROFESSORA

A gestora convocou a professora Elza e relatou-lhe o fato. A professora confirmou, mas justificou-se e atribuiu a culpa a Pedro. Ana viu, então, que o assunto era mais delicado do que imaginava

e chamou Delfina, a coordenadora pedagógica, que ratificou a versão de Elza, com a mesma intenção de culpar o aluno.

Com isso, a gestora não teve dúvida e decidiu, em vista do desencontro de informações, que faria uma reunião com o conselho escolar para esclarecer o ocorrido. Contra a decisão, Elza e Delfina achavam que Ana deveria suspender Pedro pelo constrangimento que suas atitudes em sala de aula causaram a todos. Cleide ainda se mostrava incomodada.

A gestora, no entanto, não voltou atrás. Dispensou a professora e a coordenadora, preparou ela mesma o edital de convocação, conforme constava no estatuto, assinou e entregou-o a Cleide, que, a contragosto, também o assinou. Elas afixaram o edital no quadro de avisos na data estabelecida e avisaram os membros do conselho em tempo hábil. Ana precisava certificar-se de que a assembleia fosse legítima, com participação efetiva, e deliberar de maneira democrática. Sabia que teria de conversar com Elza mais uma vez, porém agora por esse caminho. Era uma situação difícil, pois, como estava ali havia apenas uma semana, não conhecia bem os servidores da escola e tinha de manter-se firme diante das adversidades.

Nos dias que antecederam a assembleia, Ana leu e releu tudo o que havia encontrado sobre *bullying* na literatura, mas não se convencia da definição. Agora, a caminho da escola para a reunião, pensava: “Como uma professora que se preparou para lecionar, que sabe melhor sobre direitos e deveres do que seus alunos, que é formadora de opinião conduz uma classe toda contra um indefeso e, mais do que isso, o expõe ao ridículo perante os colegas, induzindo-os ao erro e, pior, sendo conivente? Se isso não é *bullying*, o que é? Assédio moral? Discriminação? Mas não são sinônimos?”. A gestora, porém, não queria se precipitar nem tomar partido. Precisava esclarecer e entender a situação e depois verificar a reação dos conselheiros para tomar uma decisão.

A REUNIÃO DO CONSELHO ESCOLAR

Absorta em seus pensamentos, Ana chegou à escola e dirigiu-se para sua sala no primeiro andar. Estava um tanto ansiosa, mas consciente de seu dever de gestora. Não queria adotar nenhuma

posição antes de ouvir os conselheiros e a professora Elza. Tampouco sabia o rumo que daria àquela situação embaraçosa. Em seguida, Cleide apareceu. Estava visivelmente desconfortável, pois, por um lado, não concordava com a postura de Ana; por outro, talvez ela estivesse agindo corretamente.

Os conselheiros foram chegando um a um: o professor Messias, de matemática, representante dos docentes; a coordenadora Delfina, da equipe pedagógica; a inspetora Helena, do pessoal técnico-administrativo; o porteiro João, do segmento de funcionários; dona Lucimar, do grupo de pais/responsáveis; e Roberto, aluno da 3ª série do Ensino Médio, que representava os estudantes. Por fim, a professora Elza também compareceu. Estavam todos com certo ar de desconforto, murmurando entre si. Assim que se acomodaram, Ana cumprimentou:

– Bom dia!

Todos responderam:

– Bom dia!

Ana se pronunciou:

– Essa é a segunda vez que nos reunimos em menos de um mês. O primeiro encontro foi em nossa chegada à escola por conta da intervenção, que todos apoiaram. A pauta de hoje é outra. Ao aceitar esse desafio, eu sabia que não seria fácil assumir a gestão de uma instituição dessa magnitude. Agora estamos diante de uma situação atípica, que deve ser resolvida, uma vez que aconteceu no âmbito escolar. Vamos apurar uma denúncia e, ao final, decidir.

Depois de uma pausa, continuou:

– Dentre todos os problemas elencados no âmbito da intervenção, o maior, no meu entender, é mediar conflitos interpessoais, por sermos humanos e termos de agir como tal, de maneira humanizada. Precisamos ouvir, ponderar, colher dados e depois decidir. É por isso que Cleide e eu os convocamos em assembleia. A intenção é sermos justas e coerentes com ambas as partes.

Ana, então, contou a conversa que teve com Sônia, mãe de Pedro, aluno de Elza. Esta inquietou-se na cadeira e tentou interromper a gestora, que pediu para terminar antes de lhe passar a palavra. E assim o fez. Continuando, relatou a conversa posterior com Cleide, com Elza e com Delfina e a decisão de convocar o conselho

escolar por causa do desencontro de informações. Em seguida, passou a palavra para Elza.

A professora, muito nervosa, iniciou em tom alto e um pouco grosseiro:

– Ana, você chegou aqui há pouco mais de uma semana, não conhece ninguém, e logo escuta uma mãe descontrolada, mentirosa e me acusa de *bullying*? Aquele filho dela é muito sonso e vive atrapalhando a aula. Agora que tem o apelido de “Fede-Fede”, fica envergonhado e vem jogar a mãe e a escola contra mim?

Ana não acreditava no que ouvia e no desatino da professora. Tentou acalmar-se e passou a palavra para os membros do conselho.

Primeiro, falou a coordenadora Delfina:

– Realmente, Elza tem razão. Pedro é um sonso e deixou toda a escola em uma situação embaraçosa. Está expondo, além da professora e dos colegas, a todos nós. Eu o conheço bem e sei o que digo. Conheço também Elza há mais de dez anos e sei que ela não seria capaz disso.

O professor Messias manifestou-se em seguida:

– Eu também conheço Pedro, ele e sua mãe são meus vizinhos. Ele é um menino bom. Apesar de o pai não conviver mais com a mãe e de sua pouca idade, é responsável, ajuda em casa, já que ela trabalha o dia todo, e nunca escutei reclamação dele desde que chegou aqui, no 1º ano.

Quando João, o porteiro, ia falar, Elza o interrompeu:

– Essa é uma questão que não lhe diz respeito, João. Aliás, não sei o que vocês, que não são professores, estão fazendo aqui.

Elza estava tão desnorreada que ignorou a função de cada conselheiro.

João ficou sem ação e Ana interveio:

– Como assim, professora Elza? João, assim como Helena, Lucimar e Roberto, fazem parte do conselho escolar. Todos têm assento garantido por segmento e são legítimos aqui. Todos têm vez, voz e voto e vão se posicionar, sim.

Elza, sem graça, respondeu:

– Mas isso nunca aconteceu aqui. O conselho escolar nunca funcionou.

A gestora retrucou:

– É por isso que aconteceram tantos desmandos e nós estamos aqui em uma intervenção. Se o conselho fosse atuante, talvez a escola não tivesse chegado ao ponto em que chegou. Continue, sr. João, por favor.

Ele falou:

– Trabalho nesta escola há mais de 20 anos e conheço Pedro desde o 1º ano. Eu o ajudo a atravessar a rua todos os dias. Antes, o pai o trazia e buscava, mas, depois da separação, ele vem sozinho, porque dona Sônia trabalha. Ele não é de fazer confusão. Ao contrário, é educado, quieto, e talvez seja discriminado pelos colegas porque não entra no grupinho deles.

A seguir, foi a vez de Helena:

– Realmente, Pedro é um menino quieto. Nunca fica atrapalhando nos corredores. Essa atitude dele me surpreendeu. Mas Elza também é uma professora exemplar. Estou perplexa com esse relato.

Lucimar, então, tomou a palavra:

– Eu sei que muitos meninos são inquietos, desobedientes, mas eu participo das atividades desta escola faz cinco anos e conheço Pedro. Ele frequenta as aulas de canto e sempre foi pontual. É um menino inteligente e quieto. Nunca tive problemas com ele. Como mãe de aluno, preciso entender melhor a situação para não ser injusta.

Por último, falou Roberto:

– Estou aqui representando os alunos e é muito importante a gente ter voz nesse tipo de reunião. Sei que vivem colocando a culpa nos alunos e nem sempre estamos errados. Essa postura da professora Elza com João me leva a entender que ela pode ter, sim, agido de maneira errada com Pedro também. Eu fui escolhido por eles para representá-los, mas não é por isso que vou ser unilateral; só que contra os fatos não existem argumentos. Dona Elza errou, sim. Primeiro, quando ela não permitiu que Pedro fosse ao banheiro, um direito que nos assiste, o que se repetiu por três dias seguidos. Vocês sabem o que é isso? Ela errou de novo quando permitiu que a turma se voltasse contra Pedro rindo quando ele borrou a calça. E errou mais uma vez quando não impediu que o chamassem de “Fede-Fede” dentro de sua sala de aula. Vocês têm ideia de como

está a cabeça desse garoto? Sem pai presente e com uma mãe que trabalha o dia todo, que não pode acompanhar a rotina do filho? E o pior é que ela confiava na instituição. E agora? Pelo menos é uma mãe presente e busca o bem-estar dele enfrentando essa situação. A atitude de dona Elza foi *bullying*, sim, e ela tem de se retratar para minimizar o prejuízo que causou a Pedro.

Todos ficaram surpresos com a fala de Roberto. Sabiam que ele era inteligente, líder e influente com os colegas, mas não conheciam sua oratória e seu poder de persuasão.

O DILEMA DE ANA

Ana sugeriu uma pausa para tentar organizar as ideias e tomar a melhor decisão diante daquele dilema. Estava ali como gestora interina, mas também era professora. Ao se colocar no lugar de Elza, considerou que talvez agisse igual. No mesmo instante, porém, teve a convicção de que sua atitude seria outra, pois sabia que devia respeitar a diversidade de alunos, seus limites e o direito de ir e vir, além de impor a ordem. Como mãe, colocou-se no lugar de Sônia. Pensou em seu sofrimento e em como ela ia convencer Pedro a voltar para a escola no semestre seguinte. Então, lembrou-se de seu filho, Joaquim, de 10 anos, e perguntou-se como estaria a cabecinha dele em uma situação parecida. Teve vontade de chorar e foi ao banheiro para se recompor. Ao retornar à sala, Delfina lhe informou que Elza havia recebido um telefonema do marido e teve de sair antes de a reunião terminar.

Ana ficou surpresa com mais essa atitude da professora, porém precisava retomar a assembleia. Devia apresentar ao conselho sua decisão sobre o incidente. Ela buscava uma forma de minimizar o prejuízo e, de certo modo, proteger a imagem da professora diante do conselho, principalmente depois da arguição de Roberto. Queria também proteger Pedro e conversar com sua mãe, conforme prometera a ela dias antes, quando lhe dissera que tudo seria resolvido. Agora, no entanto, não tinha certeza de que seria possível. A atitude de Elza a deixara atônita. Sabia que tinha de terminar aquela reunião, registrar tudo em ata e pedir aos conselheiros que assinassem qualquer que fosse a decisão.

Ana enfrentava um conflito pessoal e profissional, uma situação constrangedora que precisava de um desfecho, mesmo que este não agradasse a uma das partes. O conselho era deliberativo sob sua presidência e precisava de uma decisão. A escola e seus pares tinham de ser preservados, mas, sobretudo, era preciso garantir sua função social: ofertar Educação pública de qualidade com equidade. A instituição não poderia mais uma vez ser vista negativamente pela comunidade.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A escola é igual para todos?
2. É comum ver situações escolares nas quais o professor desconsidera especificidades de seus alunos?
3. O que diferencia o *bullying* do assédio moral e da discriminação?
4. Por que o comportamento do professor ao discriminar um aluno diante dos demais não deve ser considerado *bullying*?
5. O conceito de *bullying* é fechado ou pode ser revisto e reconfigurado?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. A gestora agiu corretamente, escutando cada parte e convocando o conselho escolar para deliberação? Por quê?
2. A professora e a turma deveriam se retratar diante de Pedro e de sua mãe?
3. Qual seria sua atitude diante de um caso como esse em sua sala de aula?
4. A conduta da professora Elza em relação a seu aluno se configurou como *bullying*? Por quê?

Inovação na escola pública

CASO

Em uma escola estadual de Ensino Fundamental 2 do interior de Minas Gerais, o corpo gestor desenvolvia um trabalho diferenciado com sua equipe, apostando todas as fichas em processos de co-criação e gestão participativa. Um grupo fora formado para discutir a qualidade do vínculo entre professores e alunos, bem como as intervenções no caso de conflitos e indisciplina, pois um dos principais problemas do cotidiano escolar eram as relações agressivas. Gritos, ofensas verbais e humilhações eram corriqueiros nas salas de aula, muitas vezes praticados por professores.

Recém-formada, a professora Simone ainda estava em estágio probatório, ou seja, em período de avaliação e afirmação no cargo de docente. Mesmo com pouca experiência, era bem engajada na proposta pedagógica da escola, mas passava por um importante processo de revisão de valores e atitudes em razão de seu comportamento agressivo diante de alunos indisciplinados. Todos na escola já haviam presenciado seus descontroles e cobravam providências da diretora, Priscila.

Priscila também vivenciava um intenso processo de transformação, desencadeado pelas inúmeras leituras que realizava para protagonizar as situações de formação com a equipe, e não mais lhe cabia o papel de diretora brava e autoritária que até pouco tempo atrás desempenhava. Ela enfrentara momentos difíceis em sua vida e por muito tempo manteve, por defesa e medo de sofrer, uma postura mais endurecida e insensível, o que também lhe trazia muito sofrimento no dia a dia. Ao aceitar a proposta de liderar um projeto de inovação na escola, não imaginava que se transformaria tanto. Vinha buscando o diálogo constante com seus funcionários e procurava sempre entender as situações de diferentes perspectivas.

Em relação a Simone, notava um comportamento mais reflexivo e identificava uma constante busca por novas maneiras de lidar com os conflitos. Nas conversas sobre indisciplina entre os professores da escola, ela contribuía com importantes reflexões a respeito do modo mais adequado e respeitoso de lidar com os alunos. No entanto, algumas vezes ainda perdia o controle, e a comunidade escolar até então não conseguia perceber que devagar e aos poucos Simone vinha mudando.

O clima na escola estava tenso em decorrência do momento político delicado que o país atravessava. A população se organizava para uma greve geral, e Simone estava à frente desse movimento em seu município; de fato, era uma liderança. Na semana em que a greve teve início, Priscila recebeu na escola a visita do supervisor de ensino, Reginaldo, solicitando o documento do estágio probatório de Simone. A diretora estranhou, pois, além de não ser o período de entrega dessa documentação, outros professores passavam pelo processo de avaliação, e apenas a de Simone era solicitada. Priscila também sabia que “rolava” pelo WhatsApp uma lista, organizada pelo supervisor, com os supostos nomes dos participantes do movimento grevista. Ele, assim como o prefeito da cidade, pertencia ao partido político contrário à greve.

Por causa da transformação por que Simone vinha passando em relação à revisão de sua conduta com os alunos, Priscila escrevera seu documento de estágio probatório a lápis, pois tinha a intenção de alterá-lo, retirando os relatos sobre as atitudes agressivas da professora, caso a mudança de comportamento se confirmasse.

Reginaldo sabia do comportamento de Simone, e Priscila estava intrigada com a real intenção de seu pedido. A diretora conhecia um pouco o supervisor. Sisudo, de poucas qualidades morais, ele respondia na Justiça por alguns processos administrativos. Algumas vezes, usara de chantagens para manipular decisões e procedimentos. Dele não se podia esperar nenhuma atitude que considerasse o desenvolvimento de Simone.

Priscila conseguiu mais um dia para entregar-lhe o relatório de avaliação da professora, alegando que precisava se reunir com outros gestores da escola para validá-lo. Assim que o supervisor deixou a unidade, ela correu para o armário e pegou os papéis do

estágio de Simone. Olhando para seus escritos, pensava em como proceder, sabendo que esse documento poderia ser usado para prejudicar a professora. Muitas dúvidas a assaltaram: “Altero os dados do estágio escritos a lápis? Levo a questão ao corpo gestor? Entrego o relatório com a descrição dos comportamentos tal como está, sabendo que Simone pode ser demitida?”.

MÚLTIPLOS PONTOS DE VISTA

Por acreditar em processos coletivos para a resolução de problemas, Priscila decidiu reunir-se com os outros gestores e alguns representantes da comunidade escolar para trocarem impressões sobre o caso. Chamou Marcelo, o coordenador pedagógico; Júlia, a vice-diretora; e João e Clarissa, professores antigos que conviviam com Simone de maneira muito próxima e a quem a diretora poderia fazer compreender a importância imperativa do sigilo que a situação demandava.

Marcelo ocupava, havia bastante tempo, o cargo de coordenador e, em parceria com Priscila, acreditava ser possível estruturar as relações entre as pessoas da escola de maneira participativa, acolhedora, transparente e honesta. Era um homem íntegro, guiado por ideais de justiça. Muito ponderado, sempre procurava observar as situações de diferentes pontos de vista e se apoiava em seus valores para tomar decisões. Conhecia bem as atitudes do supervisor de ensino do município, pois, em outra escola onde atuara, sofrera perseguição por defender um funcionário de uma denúncia anônima sobre seu posicionamento político “subversivo”.

Depois de Priscila relatar o fato e suas angústias, Marcelo se colocou com bastante firmeza:

– Acredito que devemos proteger Simone. Sabemos que ela vem passando por uma grande transformação e que, em processos profundos como esse, e é isso que propomos aqui, leva-se um pouco de tempo até as mudanças serem visíveis e se solidificarem. As pessoas oscilam nesse caminho, têm altos e baixos. Reparem que não estou defendendo a postura errada de um professor, mas apenas procurando considerar o processo e o desejo de transformação nesse caso específico.

Enquanto ele ainda colocava seu ponto de vista, Júlia o interrompeu, ofegante, aparentemente incomodada:

– Até quando defenderemos esse tipo de professor? Entendo que há um tempo necessário para a mudança, porém é nossa responsabilidade, ainda mais nos cargos que ocupamos, garantir que nada aconteça com nossos alunos. Se a professora precisa de apoio, ela que vá procurar um psicólogo ou terapeuta. Não é obrigação dos gestores cuidar do bem-estar de cada um em particular, e sim garantir o cuidado com os alunos e a aprendizagem destes!

Júlia era muito introspectiva. Suas relações com os funcionários da escola baseavam-se em trocas de favores. Ela coagia o grupo e, ao mesmo tempo, colocava-se como vítima dos processos, com o intuito de se sobressair e parecer correta, quando realmente estava equivocada. Sempre culpava as outras pessoas por seus erros e dificuldades. Por seu temperamento fechado, não conseguia estabelecer e manter relações sinceras e sofria com isso. Muitas vezes, a equipe gestora tentou ajudá-la com conversas e processos formativos, mas ela resistia a olhar para si mesma e se transformar.

O professor João, muito calmo e sério, tomou a palavra:

– Concordo com Júlia. Acredito que os gestores devem se impor, mostrar que estão presentes e atuantes. Todos precisam cumprir suas obrigações com rigor. Os cuidados que cada um deve ter consigo mesmo para se manter em equilíbrio são de responsabilidade individual! Quem escolhe ser professor tem de saber disso, é uma obrigação! A vida pessoal, as angústias e o estresse devem ficar em casa. Na escola, o professor precisa ser profissional. Se Simone não está conseguindo, é porque não é uma boa funcionária e, portanto, deve ser afastada do cargo. Ela que vá procurar uma profissão mais adequada a seu perfil!

Clarissa, professora experiente e extremamente engajada com a proposta inovadora da escola, interveio, de olhos arregalados:

– Pessoal, não podemos ser tão radicais! Parece que estou em uma reunião do século passado! Por favor! O tempo todo falamos aqui que a Educação precisa mudar para atender aos novos tempos e que devemos olhar para nossos alunos de maneira integral. Agora, não conseguimos levar isso em conta ao lidar com as difi-

culdades e processos da própria equipe! Simone é muito jovem e, sem dúvida, bastante crítica, tem voz ativa, e temos de considerar que esse comportamento faz parte do que ela é! Devemos pensar naquilo que ela traz de bom e ajudá-la nas questões em que apresenta dificuldades – no caso, lidar com a indisciplina dos alunos. Além do mais, estive com seu marido nesta semana, pois temos uma relação de amizade. Soube que Simone está fazendo terapia com uma psicóloga. De meu ponto de vista, ela já reconhece as dificuldades que possui e está buscando se transformar, porém isso leva um tempo. Somos seres humanos, e não máquinas! Se a colocarmos agora em uma situação difícil, ela não vai conseguir se manter no processo terapêutico. Temos de apoiar esse processo! Tenho certeza de que em breve ela estará se relacionando melhor com os alunos.

Ficaram mais um tempo conversando, cada um colocando seu ponto de vista de maneira bem enfática. Priscila saiu da reunião confusa. De um lado, estava feliz, pois enxergava na fala de algumas pessoas que as sementes que plantava na escola estavam brotando; de outro, sabia que tinha bastante trabalho pela frente. Muitos ainda acreditavam, diante de uma situação de conflito, que era necessário recorrer à punição.

Fato era que não chegara a uma decisão quanto aos escritos do estágio probatório de Simone. Priscila era muito correta e honesta, e alterar um documento oficial, mesmo que fosse para o bem, significava corromper seus valores. Durante o restante da manhã, ponderou sobre o problema.

A COMPLEXIDADE DAS QUESTÕES

Priscila sempre almoçava em um restaurante um pouco distante da escola; gostava de se desligar um pouco dos problemas vividos no trabalho. Naquele dia, não foi diferente. Por volta das 13h30, saiu para almoçar e no restaurante encontrou Carlos, o marido de Simone. Ele estava com ar triste, preocupado. Logo se viram, e Priscila não teve como evitar de sentar-se à mesma mesa.

– Carlos, como vai? – perguntou ela.

Carlos respondeu, desanimado:

– Oi, Priscila, não ando muito bem. Na verdade, acho que foi Deus que colocou você em meu caminho hoje. Estou muito preocupado com Simone. Ela está passando por um momento emocional difícil. A terapia tem levantado várias questões delicadas. Ao mesmo tempo, lidera essa greve. Ontem me confidenciou que encontrou Reginaldo, o supervisor de ensino, em uma assembleia e perdeu a cabeça com ele. Você a conhece... Simone me relatou isso chorando, muito arrependida. Ela está mudando, mas não conseguiu segurar a emoção naquele momento. Estou muito preocupado. Se ela perder o emprego, não sei o que vamos fazer, pois, como você sabe, é ela quem sustenta a casa, nossos filhos, tudo. Estou desempregado há oito meses; está muito difícil conseguir trabalho. Nossa única fonte de recursos é o salário dela.

Priscila, comovida com a fala de Carlos, colocou-se:

– Nossa, Carlos! Não sabia que a situação estava nesse ponto. Tudo há de passar, não se aflija. Simone está se tratando, tem melhorado. Quando ela estiver equilibrada, você se fortalece para ir atrás de trabalho. Tenha fé; as coisas vão melhorar.

Terminaram o almoço, despediram-se e Priscila retornou para a escola, mas não conseguiu trabalhar direito. A angústia e as dúvidas consumiam seus pensamentos. Sabia que no dia seguinte o supervisor de ensino estaria lá perguntando pelo documento do estágio probatório.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. É possível desenvolver novos modelos de escola, pensando nas atuais estruturas burocráticas e de controle?
2. Com o crescente movimento em torno da base curricular para mudanças efetivas na Educação Integral, as equipes escolares estão preparadas para tratar dessa nova demanda de competência emocional na formação dos alunos?
3. Cada vez mais os jovens se mostram despreparados para suprir as necessidades do mercado de trabalho, e o modelo conteudista de Educação tem sido questionado. É possível preparar os alunos de maneira humana e integral para essa nova sociedade, atendendo-os em sua integralidade e nas múltiplas relações que estabelecem com o mundo?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. As escolas públicas possuem autonomia em relação à gestão macropolítica para implementar projetos de inovação?
2. Quanto ao desenvolvimento dos professores, o corpo gestor da escola tem condições e autonomia para encaminhar e resolver conflitos internamente?
3. Como a direção pode equilibrar as expectativas da gestão macropolítica e o desenvolvimento do projeto político-pedagógico da escola?
4. Como criar, nas escolas públicas, condições políticas e estruturais para construir um projeto pedagógico que considere o desenvolvimento integral de alunos e professores?

O papel dos afetos no cotidiano escolar

CASO

Em uma das cidades mais populosas do Brasil, uma escola da periferia atendia em média 700 estudantes do 1º ao 9º ano em turnos parciais. A partir das 7 horas, o movimento aumentava e logo se escutava o sinal. A inspetora abria o portão e aos poucos o pátio ficava repleto de crianças e adolescentes. O segundo sinal soava e cada professor organizava seus alunos em fila para se encaminharem para as salas.

Na classe do 8º ano, o professor Paulo entrou largando sobre a mesa sua pasta preta, que bem poderia ser usada em um consultório. Alto, loiro e muito elegante, tinha 30 anos. Seu sonho era ser médico, mas as circunstâncias o levaram a escolher o curso de biologia. Esperou um minuto até todos se organizarem e perguntou:

– Lembraram que hoje é a data final para a entrega da pesquisa?

Alguns olhos se arregalaram; outros se voltaram para o chão. Por um momento, pareceu que o tempo tinha parado.

– Como eu já disse – continuou o professor –, a nota máxima para esse trabalho é 8. – Então, sentou-se à mesa para realizar a chamada.

Apreensivos, os estudantes sentiram o coração acelerar. Um dos garotos, indignado, pensou: “É injusto! É injusto! Não posso nem reivindicar meus direitos!”. Uma das meninas abaixou a cabeça e sussurrou à colega mais próxima:

– Isso é bom para eu aprender; deveria ter ficado calada.

ALUNOS EM BUSCA DE MUDANÇA

Fábio, aluno dedicado e comprometido com suas responsabilidades, apoiou o queixo sobre as mãos, fixou o olhar sobre seu livro

e começou a recordar um fato vivenciado na semana anterior, quando ele e alguns colegas foram pedir ajuda à diretora da escola, Vilma.

Quando entraram na sala da direção, Vilma lhes deu boas-vindas e perguntou o que os trazia ali. Um colega, Theo, tomou a iniciativa:

– Estamos aqui para dizer que nossas aulas de ciências estão complicadas. Não conseguimos entender as explicações do professor, e, quando levantamos alguma dúvida, ele fala para não interrompê-lo.

– Na última aula – emendou Alice, com voz trêmula –, pedi ao professor que me explicasse um conceito, e ele me disse que eu deveria reler o texto, porque era bem fácil de entender e de nada me custava estudar um pouco em casa.

Vilma ouviu as queixas de outros estudantes, olhou firmemente para o grupo e afirmou:

– Muito bem, sempre é bom ouvir vocês. Agora, voltem para a sala de aula. Vou relatar o caso para a coordenadora da escola e veremos o que está acontecendo. – Dizendo isso, levantou-se, abriu a porta e acompanhou os estudantes com o olhar enquanto se afastavam.

Fábio tinha viva a lembrança de que chegaram à classe desapontados. A professora de inglês nem questionou onde estavam; apenas lhes disse que copiassem no caderno as anotações da lousa.

O que Fábio não sabia era que a diretora, por algum tempo, refletiu sobre o episódio que acabara de presenciar. “Esses alunos gostam de reclamar. Não tenho certeza, mas me parece que já se queixaram de outros professores. Assim que der, vou chamar Paulo para saber melhor o que está acontecendo.” Gestora da escola havia dez anos, Vilma procurava resolver os conflitos ouvindo todos os envolvidos. Isso, porém, nem sempre era possível, por causa dos compromissos burocráticos e da falta de alguns profissionais na equipe.

Algumas semanas mais tarde, recordou Fábio, ele e os colegas tiveram a impressão de que a diretora e a coordenadora haviam conversado com Paulo, mas não da maneira que esperavam. Em uma das aulas, o professor, mais reservado, retomou brevemente

o conteúdo e solicitou a realização de uma pesquisa sobre o tema abordado. Comentou que alguns estudantes da turma, que todos sabiam quem eram, teriam de apresentar um ótimo trabalho, fundamentado e bem elaborado, já que gostavam de fazer exigências. Então, disse com voz pausada:

– Temos no grupo algumas pessoas que acham que o professor deve ser mais dedicado em sua função. Portanto, mostrem-me quanto bons vocês são. Quero ver se alguém aqui vai superar a média. Precisam aprender a buscar seus direitos e não seus interesses.

Como se tudo acontecesse em segundos, Fábio parou de divagar. Era o dia da entrega do trabalho. Dera o melhor de si, e alguns colegas também pareciam ter se empenhado, mas alcançariam a nota máxima? Que critérios o professor utilizaria na avaliação? O garoto só pensava nisso...

A RELAÇÃO DO PROFESSOR COM OS ALUNOS

Depois que os alunos colocaram os trabalhos sobre a mesa, o professor guardou-os na pasta preta. Em seguida, iniciou outro assunto, e os 50 minutos de aula transcorreram sem problema.

Nesse dia, ele encerrou seu expediente mais cedo e, assim que saiu da classe, dirigiu-se ao estacionamento para ir para casa. Queria descansar um pouco, pois lecionava em duas escolas e atendia várias turmas, cada qual com seus desafios: algumas mais calmas, outras mais petulantes.

Paulo procurava exercer seu papel de promover o conhecimento e cumprir o currículo proposto. Sempre acreditou que a escola é o lugar do saber, o espaço de aprendizagens científicas, porém tinha cada vez mais a impressão de que os estudantes queriam apenas ser favorecidos e agradados. Percebia que, para algumas pessoas, o bom professor era aquele que, mesmo no horário de aula, ouvia os alunos e tentava entender e relevar certas situações. O jovem docente considerava isso perda de tempo. Para ele, o importante era transmitir conhecimento, deixando claro que os problemas familiares, pessoais ou entre colegas de classe deveriam ser resolvidos fora da escola. Perdido nesses pensamentos, chegou em casa.

A CRISE

Enfim, a sexta-feira chegou. Paulo daria dez aulas seguidas, a primeira das quais para a turma do 8º ano, aquela que andava falando pelos corredores que ele, além de não ensinar bem, dizia que os estudantes não sabiam lidar com os próprios sentimentos. Até a professora da sala de leitura, Maria, ouviu o desabafo de alguns alunos, que afirmaram ter muita dificuldade de compreender as aulas de ciências e sentir-se discriminados pelo professor, pois sempre parecia ironizá-los. Maria, então, comentou que eles deveriam entender a individualidade dos professores, respeitando seus diferentes métodos de ensino, porque, afinal, eram estudantes do 8º ano e não mais da Educação Infantil.

A RECLAMAÇÃO

Nesse dia, depois das aulas da manhã, Paulo almoçou na escola, como de costume, e retomou o trabalho. No meio da tarde, exatamente no intervalo para o lanche, o professor passava pela sala da direção, cuja porta estava aberta, quando a diretora o chamou:

– Por gentileza, podemos conversar?

Paulo entrou na sala e lá encontrou Carla, uma das alunas do 8º ano, líder no grupo, que sempre expunha suas opiniões e argumentava bastante. Estava com a expressão séria, sentada ao lado de sua mãe, que parecia ansiosa.

A diretora iniciou a conversa, com voz calma:

– Professor, Carla veio me procurar dizendo que há algum tempo se sente discriminada em suas aulas. Descreveu o relacionamento de vocês em sala e disse ter percebido que você não gosta dela, o que está prejudicando sua aprendizagem. Aliás, as notas desse trimestre abaixaram.

Paulo, que segurava uma garrafa de água nas mãos, colocou-a sobre a mesa, encarou a garota e falou com firmeza:

– Não gosto de você, Carla? E daí? Tenho de gostar de você para que aprenda? Nunca imaginei que, para meus alunos aprenderem, preciso gostar deles! As notas abaixaram por causa de sua falta de interesse pelos estudos.

Ao ouvir isso, Carla, tomada de fúria, exclamou, com voz trêmula:

– Professor, faz dois anos que aguento esse seu pouco-caso comigo e com meus colegas! Sempre nos trata com indiferença e arrogância! Sabe o que eu acho? Que você jamais poderia ser professor! Quero um professor que me respeite e não me aponte o dedo no nariz, dizendo que não vou ser nada na vida. – Em meio a essas palavras, a garota desatou a chorar.

– Não gosto de você mesmo! Quem disse que tenho de gostar de aluno? Estou aqui para ensinar! E está chorando por quê? Se é para chorar, eu também choro...

A mãe, até então calada, levantou-se da cadeira e, bastante nervosa, afirmou, com voz alterada:

– Minha filha sempre gostou de vir à escola, nunca teve problemas, mas neste ano está sendo rejeitada, sim! Essa situação não pode continuar.

A diretora tentou acalmar a mãe; o professor, virando as costas para a cena, proferiu:

– Vou é cuidar da minha vida, da minha saúde! Se for acatar tudo o que escuto desses estudantes, em breve serei afastado do trabalho por estresse. – Retirou-se da sala e foi até a sala dos professores, onde seus colegas lanchavam.

A OPINIÃO DOS PROFESSORES

– Essa foi para perder a fome! – Assim Paulo entrou na sala, e todos se voltaram para ele.

– O que houve? – questionou o professor Jackson, em tom descontraído.

– Acabei de ouvir uns absurdos na sala da direção. Uma aluna, acompanhada da mãe, reclamou que não gosto dela e desatou a chorar, fazendo cena. Falei que não gosto dela mesmo... Garota inconveniente! Agora as notas baixas são culpa do professor!

Paulo estava transtornado com a situação, e em segundos a sala foi tomada por grande alvoroço.

– Isso é ridículo! – exclamou a professora de geografia. – Onde já se viu vir com a mãe para dizer que o professor não gosta dela?

A aluna que estude!

– E que dê graças a Deus por ter professor para dar aula – completou a professora de língua portuguesa –, porque, do jeito como as coisas andam, daqui a um tempo ninguém mais vai querer saber de Educação.

– É bem assim: quando chamamos os pais para falar de seus filhos, eles não aparecem porque trabalham; agora, para vir reclamar do professor, têm tempo de sobra – argumentou a professora de matemática.

– Gente, a coisa está feia mesmo – manifestou-se o professor de ensino religioso, para surpresa dos colegas, pois era muito reservado. – Hoje também discuti com uns garotos do 7º ano. E o que mais me chateia é nada ser feito. A coordenação vive tentando entender os alunos.

Paulo, agora em tom mais brando, relatava para os presentes detalhes do que aconteceu, quando uma professora dos anos iniciais o interrompeu:

– Paulo, quem é a garota?

– Carla – respondeu ele, em tom irônico.

– Carla?! Não é possível... Ela foi minha aluna no 2º ano, era excelente...

– Sabe o que acontece? Eles crescem e mudam – argumentou a professora de matemática. – Essa menina já foi ótima aluna, mas anda bem desinteressada. Soube que os pais dela se separaram e o irmão, que também estudou aqui, está envolvido com drogas!

– Ah... e a culpa é da escola? – exclamou Paulo, com voz grave. – Gente, está tudo errado! Temos de valorizar os bons alunos.

Soou o sinal. Todos deveriam retornar às salas para ministrar as duas últimas aulas daquela sexta-feira. No entanto, o clima estava tenso, e muitos continuaram a debater. Diante da colocação de Paulo, uma professora sentiu o coração doer e murmurou para as colegas próximas, que permaneciam caladas:

– Nosso papel é promover a igualdade, acolher os menos favorecidos. Conhecimento se encontra em qualquer lugar, mas não amor e carinho. A escola deve ter esse olhar, sim!

Paulo, ao ouvir o comentário, interveio:

– Faça isso, então! Quero ver você achar tempo para ensinar.

Amar e dar carinho é papel de pai e mãe. Se não fazem isso em casa, o problema não é meu!

Outra professora continuou:

– Concordo em parte. Se continuar assim, daqui a alguns anos a escola assumirá todo o papel da família. E onde ficará a função de ensinar?

Inconformado, Paulo rebateu:

– Até os professores acreditam nisso, e o resultado é termos tantas famílias que pensam assim. Esse tipo de professor fortalece o pensamento equivocado das famílias de que temos que gostar de seus filhos.

Toda aquela conversa gerou um turbilhão de pensamentos. Os professores caminharam até as salas de aula a passos lentos, questionando-se: “O que está acontecendo?”, “A cada ano o perfil dos alunos muda, e as famílias?”, “Será que devo trocar de profissão?”.

O DILEMA DA DIRETORA

Na sala da diretora Vilma, o clima estava mais tranquilo do que na dos professores. Carla não chorava mais e a mãe voltou a sentar-se. Suspirando, em busca do equilíbrio da situação, Vilma disse:

– Carla, o professor Paulo é um excelente profissional, e, como todos nós, sempre há algo a melhorar. Às vezes, é necessário relevar algumas coisas, ignorar...

A mãe, no entanto, a interrompeu:

– Dona Vilma, não seria possível trocar minha filha de sala? – sugeri, um pouco acanhada. – Assim, ela não precisaria mais conviver com essa pessoa.

– Bem, analisarei com a equipe se isso é possível e na próxima semana voltaremos a conversar.

Carla, ainda abatida, acenou com a cabeça, concordando com a diretora, mas a mãe reagiu, decidida:

– Caso não seja possível, irei até a Secretaria da Educação, porque assim não pode ficar.

Vilma garantiu que logo lhe daria uma posição. Com isso, mãe e filha despediram-se e retornaram para casa, na esperança de que dias melhores viessem. A diretora rapidamente registrou em

sua agenda, para segunda-feira: “Reunião com a coordenadora e a orientadora da escola para discutir que decisões tomar sobre a situação de Carla”.

Enquanto anotava, pensava: “Apenas trocar a aluna de sala resolverá o problema? Paulo tem essas atitudes desde que começou a trabalhar aqui, e percebo que a cada ano piora”. Lembrou, então, que dias atrás o ouvira comentar com um colega: “Meu papel aqui é ensinar. Aprendeu, aprendeu... Gostou, gostou... Não estou nem aí para esses adolescentes malandros”. Também recordou o que ele dissera havia pouco: “Nunca imaginei que, para meus alunos aprenderem, preciso gostar deles!”

Por fim, questionou-se: “Será que Paulo tem razão? Como profissionais, nosso dever é ensinar os alunos! Não precisamos gostar deles para que aprendam, porém devemos respeitá-los. Paulo faltou com o respeito em toda essa situação? Ele me parece muito centrado em si mesmo...”.

A diretora decidiu: chamaria o professor para uma conversa o quanto antes. Já eram quase 17 horas, e ela não havia lanchado. Sua vida de gestora era muito corrida, a ponto de em vários dias passar 12 horas na escola, e ultimamente sentia-se muito cansada. Fechou a agenda, levantou-se e foi tomar um café.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O professor pode priorizar a aprendizagem dos alunos sem levar em consideração o relacionamento afetivo com eles? Que argumentos sustentam sua opinião?
2. A direção da escola deve intervir nesse tipo de situação? De que modo: chamando o professor para refletir com ele sobre suas atitudes ou reunindo-se com todos os professores para tratar do assunto coletivamente? Que encaminhamentos tomar?
3. O relacionamento entre professor e aluno afeta a aprendizagem? O que fazer quando esse relacionamento não é agradável?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Como deve ser a relação professor-alunos para que a aprendizagem seja significativa? A afetividade é importante para a aprendizagem?
2. Trocar a aluna de sala ajudaria a resolver o problema? Por quê?
3. A escola deve tratar das relações afetivas ou concentrar as atenções no ensino de conteúdos? Como isso deve acontecer?

Efeitos dos problemas pessoais do professor sobre a classe

CASO

Em uma escola de Ensino Fundamental da periferia da cidade de São Paulo, Ana, professora de uma das turmas de 3º ano do período vespertino, ia começar a distribuir as provas a seus alunos quando percebeu que não havia quantidade suficiente.

Nervosa, procurou Alice, a coordenadora, e perguntou-lhe o que fazer. A coordenadora disse que a copiadora estava quebrada, mas que alguns alunos de Helena, que lecionava de manhã, tinham faltado. Talvez houvesse cópias extras no armário dela.

Ana correu até a sala dos professores, pegou a chave do armário de Helena e abriu a porta. Começou, então, a mexer nas pilhas de papéis. Ao pegar uma delas, percebeu que eram provas antigas; depois encontrou outra pilha, e mais outra. Um “filme” passou por sua cabeça: alunos, aulas de reforço, notas baixas... Ficou olhando para elas por um bom tempo, conferindo se eram mesmo o que pensava ser.

– Achou?! – perguntou Alice, da porta.

Ana assustou-se e, com as mãos trêmulas, colocou no armário as provas antigas. Ao lado delas estavam as do dia, e, sim, havia cópias em branco. Pegou-as rapidamente e fechou o armário com força, indo ao encontro de Alice para que ela não visse, também, as outras provas.

– Ótimo! – afirmou a coordenadora ao ver as cópias. – Assim você usa essas e amanhã providenciaremos outras para os alunos de Helena que faltaram.

Ana voltou para a classe, distribuiu as provas e, enquanto os alunos realizavam a avaliação, ficou pensativa. Ela era uma das seis professoras de 3º ano daquela escola. Como muitas crianças da série apresentavam dificuldades de aprendizado, organizou-se com as colegas para oferecer aulas extras, mesmo sem remuneração, fazendo rodízio para não sobrecarregar ninguém. Apenas Helena não participava, pois lecionava em outra escola e tinha um filho doente, que requeria muitos cuidados, tomando-lhe todo o tempo livre. Não conseguia nem mesmo ir à reunião de planejamento, porque saía correndo para a outra escola.

Quando abriu o armário de Helena havia pouco, Ana percebera que a colega não tinha corrigido as provas antigas de seus alunos. “Será que ela corrigiu as outras atividades, como lição de casa? Sem a correção, como pode saber quais são as dúvidas de seus alunos e ajudá-los a saná-las?”, perguntou-se Ana. “Helena está em um momento muito difícil”, pensou. “Seu filho tem problemas de saúde e ela precisa trabalhar em duas escolas para poder pagar o tratamento. No entanto, essa falta de tempo para se dedicar a seus alunos está afetando o desempenho deles.”

De repente, Ana ouviu:

– Professoraaaa!

Pelo tom, percebeu que não era a primeira vez que tentavam falar com ela. Só então se deu conta de quanto aquele incidente a deixara desnorteada. Nem estava dando atenção a seus alunos...

O DESABAFO

No final daquela tarde, Ana foi embora da escola rapidamente. Chegou em casa cansada, preocupada, sem saber o que fazer. Encontrou seu marido na sala. Era isso de que precisava: alguém com quem conversar.

– Imagine que abri o armário de Helena para pegar algumas cópias de uma avaliação para meus alunos e encontrei pilhas de provas sem corrigir. Eram muitas, provas do ano todo! Estavam lá, sem anotações, sem notas. Qual o objetivo de fazer avaliações e deixá-las arquivadas no armário?

– Ela não deve ter tido tempo ainda. Você sabe como a vida da Helena é sobrecarregada – ponderou o marido.

– Não estou falando das provas que demos hoje, nem das do mês anterior. Havia provas desde o início do ano, todas sem correção, e nós estamos no último mês de aula! Aliás, encontrei também provas da turma do ano passado! Vi o nome de crianças que eu conheço. Se ela não corrige, como pode avaliar o desempenho de seus alunos?

– É verdade... E como ela daria as notas?

– Não sei – respondeu ela. – O pai de um aluno de Helena já me perguntou sobre a atribuição de notas, e outro dia uma funcionária da padaria, que também tem uma filha na classe dela, quis saber se em nossa escola não devolvemos as provas para as crianças.

– Mas como ela daria as notas? – insistiu o marido.

– É esse o problema. É absurdo. Agora começo a juntar outros pequenos fatos. Um dia, um aluno conversava com Helena na saída, dizendo ainda estar com dúvidas, e ela comentou que ele tiraria uns 5,75 na prova. Na hora achei que era uma previsão, mas é um valor muito específico para um comentário, não acha?

Depois de relatar mais algumas cenas que presenciara e chegar à conclusão de que o melhor seria conversar com Helena, Ana tomou um chá de camomila e foi dormir.

A CONVERSA COM HELENA

No dia seguinte, Ana chegou mais cedo à escola e foi para a classe de Helena assim que a aula terminou. Queria conversar com ela e descobrir como ajudá-la. Mal entrou na sala, porém, Helena falou, ríspida e brava, que sabia que seu armário fora aberto pela colega. “Você não tinha esse direito”, ralhou.

Ana tentou explicar que naquela emergência fora a única solução possível, uma vez que não havia cópias da avaliação disponíveis, e que a sugestão partira da coordenadora. Aproveitou a situação e mencionou que vira pilhas de provas antigas sem correção. Viera saber se a colega precisava de ajuda.

Helena disse que Ana estava inventando: nunca deixara de corrigir uma prova sequer. Completou dizendo que sempre sou-

bera que Ana a invejava e que, somente porque ela estava sem possibilidade de passar mais tempo na escola, a colega começara a fantasiar histórias para que ela fosse demitida. Sua fala foi agressiva, e saiu da sala sem dar chance de Ana continuar a conversa, ressaltando que levaria a chave de seu armário para que ninguém colocasse lá nada que pudesse incriminá-la.

A REUNIÃO DE PLANEJAMENTO

Depois da conversa, Ana comprou um sanduíche na cantina e, ainda apreensiva, foi para a reunião de planejamento, cujo objetivo era discutir as aulas extras que as professoras de 3º ano ofereciam espontaneamente. Era um trabalho adicional, não remunerado, mas elas sabiam que, se não dessem esse suporte, algumas crianças não conseguiriam atingir as metas mínimas necessárias para a série.

A primeira a falar foi Paula:

– Têm aparecido crianças que não convocamos, todas da classe de Helena.

Cristina confirmou:

– É verdade. Não entendo como alguns alunos que atingem boas notas não só querem participar do apoio, como parecem não acompanhar as explicações.

– Vamos limitar as aulas aos que indicarmos, aos mais necessários – afirmou Patrícia. – Caso contrário, as aulas não servirão para nada e não conseguiremos dar o apoio de que precisam.

– Concordo – respondeu Ester. – Cada uma de nós está ficando um dia a mais por semana, além do tempo de preparação das aulas. Não consigo fazer mais que isso. Ontem, o Caio, da classe de Helena, me disse que não conseguiu fazer nada na prova. Alice comentou que o menino não tem uma nota abaixo de 7. Então, falei para ele que não poderia mais participar do apoio.

Ana defendeu o aluno:

– Acho que devemos aceitá-lo.

As outras questionaram seu posicionamento: havia alunos com notas mais baixas nas outras classes, mas nem por isso tinham sido convocados para o apoio. Diante da insistência de Ana, perguntaram-lhe o motivo.

Ana pensou que não deveria dizer nada, mas acabou contando às colegas o que vira. Todas ficaram em silêncio por um momento.

– Ela não corrigiu as avaliações?! – exclamou por fim Patrícia, indignada e irritada. – E nós aqui trabalhando mais para fazer o trabalho que ela não faz?

Ana arrependeu-se imediatamente. Vira que não havia correção nas avaliações, mas o que isso provava? Como ela poderia ter certeza do que estava de fato acontecendo? Não teria sido antiprofissional contar a todas?

– Nós estamos trabalhando mais para ajudar todos os alunos com dificuldades – disse Paula –, não apenas os de Helena.

– Eu poderia dizer que mais da metade dos alunos são dela – observou Ester, quase gritando. – Mais do que os das outras cinco classes juntas! E ela é a única que não ajuda em nada, nem na preparação das atividades para nossas aulas.

Tentando amenizar a situação, Paula argumentou:

– Provavelmente ela não teve tempo de corrigir algumas, mas não acredito que isso aconteça sempre. Alguns anos atrás, almoçávamos juntas às terças-feiras e ela estava sempre contando as dificuldades e os progressos de seus alunos.

Ana, então, relatou:

– Tentei conversar com Helena, mas ela foi agressiva e levou a chave embora para que ninguém a acusasse, segundo ela, indevidamente.

– Por que alguém que não tem culpa levaria a chave embora? Ela está mesmo escondendo algo – falou Patrícia, erguendo a voz. – Vamos arrombar o armário e verificar que provas ela não corrigiu. Alice precisa saber disso – Patrícia estava cada vez mais alterada.

– Contar para a coordenadora? – exclamou Cristina. – Ela não é concursada, vão rescindir seu contrato! Ela tem muitos compromissos, não terá como arcar com o tratamento do filho. Além disso, não sabemos ao certo o que está acontecendo.

Patrícia argumentou novamente, mas, em vez de brava, parecia agora pensativa:

– Vejam, ela tem mais de 30 alunos sob sua responsabilidade. Essas crianças estão na escola para aprender. Os professores não podem somente ministrar aulas. Têm de dar retorno aos alunos

a respeito do que estão compreendendo. Precisam conhecer suas dificuldades. Eles não conseguirão progredir muito se os professores não os ajudarem a pensar sobre seus erros...

Cristina a interrompeu:

– Helena sempre foi considerada uma boa professora. Além disso, tanto os alunos como suas famílias gostam muito dela.

– Tão boazinha! E os alunos sempre se saem bem em suas provas, não é?! – comentou ironicamente Ester, lembrando as boas notas do menino que tinha dúvidas e queria ir às aulas de apoio. Depois continuou, séria: – Ela é uma grande mentirosa, isso sim; está inventando notas sem nem saber de fato o que os alunos aprenderam!

– Você nunca passou por algum problema pessoal que interferiu em seu trabalho? – questionou Paula. – Preciso contar uma coisa a vocês: as atividades que eu trouxe na semana passada foram feitas por Helena. Ela foi até minha classe e eu estava nervosa porque não as tinha preparado. Helena me disse que estava lá exatamente porque se sentia mal por não conseguir participar dessa divisão de trabalhos. Ela, então, fez algumas atividades para nos oferecer. Não lhes contei isso antes porque estava envergonhada de não cumprir o que combinamos.

Ana interrompeu-as com firmeza e colocou ponto final na discussão:

– Não sabemos o que aconteceu e não podemos tomar decisões precipitadas. Devemos ser cuidadosas para não prejudicar Helena nem seus alunos. Por favor, não comentem com outras pessoas nem fiquem falando do assunto entre si. Preciso de alguns dias para pensar sobre a situação e, então, contarei a vocês minha decisão.

Ao terminar de falar, pegou suas coisas e saiu da sala.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Muitas vezes, professores dedicados e responsáveis passam por situações difíceis que afetam seu desempenho, e quem se prejudica são os alunos. Qual seria a melhor maneira de um gestor atuar nesses momentos?
2. Planejamentos, correções e aulas de apoio são atividades que demandam tempo do corpo docente. Alguns professores trabalham em uma única escola e outros acumulam funções em mais de uma. As tarefas devem ser divididas igualmente ou há outro modo que leve em conta as necessidades de todos?
3. Assim como as crianças, os professores são diferentes e cada um tem as próprias necessidades. Como contemplar as necessidades pessoais dos professores sem prejudicar o direito dos alunos a uma Educação de excelência?
4. Quando um colega de trabalho percebe que outro está falhando em seu compromisso com a sala, é seu dever encontrar meios de preservar os direitos dos alunos ou isso seria uma intromissão em uma área que não é de sua competência?
5. Quando um professor tenta alertar outro sobre uma situação que está prejudicando seus alunos e o colega não se abre ao diálogo, como o professor que percebe a situação deve proceder?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. O que Ana deveria ter feito quando encontrou as provas não corrigidas no armário de Helena? Seria importante tomar uma atitude naquele instante?
2. Foi correto Ana compartilhar com as colegas de série o que viu no armário de Helena? Que opções ela teria?
3. Quando Helena percebeu que acumulava mais tarefas do que conseguiria cumprir, especialmente pela demanda de seu filho doente, qual atitude poderia ter tomado? Deveria ter pedido ajuda?
4. Uma das colegas de Helena comentou que ela estava prejudicando seus alunos; outra relatou que, anteriormente, ela se

mostrara muito responsável e dedicada. É possível essas duas “Helenas” serem a mesma pessoa? Alguns professores são sempre responsáveis e outros sempre comprometem a aprendizagem de seus alunos? Como um coordenador pode lidar com as diversas facetas de um docente ou com as várias fases pelas quais ele passa ao longo da carreira?

5. As colegas de Helena poderiam ter percebido que ela estava precisando de ajuda e redistribuído outras tarefas dela? É correto assumir a responsabilidade de um colega?

O professor sob ameaça: como enfrentar a violência?

CASO

O professor André trabalha em uma escola localizada no interior de Minas Gerais, em uma cidade com cerca de 250 mil habitantes. A unidade tem prestígio na cidade e possui cerca de 1.700 alunos, divididos em três turnos. Muitos pais de bairros próximos e até mesmo de cidades vizinhas procuram matricular os filhos nessa escola, reconhecendo sua tradição de ensino. Os alunos formam um grupo bem heterogêneo – a maioria é do próprio bairro, central e de classe média, mas muitos vivem em um bairro próximo bem violento. A maior parte dos pais trabalha em indústrias locais e tem Ensino Médio completo; poucos possuem graduação em Ensino Superior.

André tem estatura mediana, pele clara, cabelo curto e aparência jovial, apesar do semblante sério. Com 30 anos de idade, trabalha há cerca de nove como professor de história, tendo lecionado em diversas escolas das redes pública e particular de ensino. Para ele, o fato de ser jovem facilita o contato com os estudantes, pois sempre procura falar a linguagem deles. Solteiro e sem filhos, mora sozinho em uma casa bem próxima à escola onde atua.

Para cobrir suas despesas, André leciona em dois turnos diferentes, de manhã e à tarde; à noite, estuda inglês e faz pós-graduação. Apesar da jornada de trabalho árdua e cansativa, sempre foi um professor respeitado na escola, pois realizava seu trabalho com muita seriedade e conseguia manter a disciplina em sala de

aula, o que considerava essencial para promover um ambiente adequado de aprendizagem.

André passava muito tempo na escola, mesmo fora de seu expediente de trabalho, e sempre afirmava a todos seu orgulho de lecionar naquela instituição de ensino, que considerava sua segunda casa. Porém, o educador viu-se diante de uma situação difícil quando passou a receber ameaças, inclusive de morte, de um de seus alunos.

O CONFLITO

Tudo começou quando, durante uma aula no 1º ano do Ensino Médio, André chamou a atenção de Carlos, de 16 anos. Morador de uma comunidade localizada em um bairro próximo à escola, o aluno era negro, baixo e magro, expressava-se com muitas gírias e usava brincos nas orelhas e cabelos pintados de amarelo. Naquele dia, bagunçando de pé no fundo da sala, impossibilitava a explicação da matéria. Não gostou de ser repreendido pelo professor e sua reação foi de enfrentamento e desrespeito, dizendo aos gritos:

– Quem você pensa que é para mandar em mim? Você não manda nada aqui! Você é só professor e não estou nem aí para você! Se coloca no seu lugar! Olha como fala comigo ou você vai ver!

Naquele momento, um silêncio tomou conta da sala. Os demais alunos olhavam assustados para o professor, esperando sua reação diante da postura de Carlos.

André procurou manter a calma e encaminhou o aluno à diretoria da escola. Apesar do clima tenso, a aula prosseguiu. Quando terminou e o professor deixou a sala, encontrou Carlos no corredor. Com um olhar ameaçador, ele encarou André fixamente, tentando intimidá-lo. O professor não levou a atitude muito a sério, pois desrespeito e enfrentamento eram tão comuns que ele já estava acostumado.

Na hora do intervalo, na sala dos professores, André perguntou aos demais colegas como era a postura de Carlos em suas aulas. As respostas o deixaram preocupado. Mariana, professora de matemática, aconselhou:

– Se eu fosse você, eu o ignoraria, não o enfrentaria. Trabalhei

na escola onde ele estudava antes e a diretora de lá precisou formar uma turma só com alunos “barra-pesada” como ele, porque eram perigosos demais. Ele não sabe ler nem escrever direito. Só chegou ao Ensino Médio porque a escola não queria reprová-lo por questão de segurança dos alunos e dos professores, além de querer se ver livre dele.

Maria Clara, professora de inglês, que ouvia a conversa, acrescentou:

– E tem mais... a maior parte da família do Carlos está na cadeia. Certa vez, ele me disse que seu sonho era ser traficante de drogas e matar um policial. Seus colegas de sala comentam que ele vende drogas dentro e fora da escola. Por isso, finjo que ele não existe e ignoro suas atitudes. Não vale a pena ser um mártir da Educação, porque a Educação não valoriza seus mártires!

Aquelas e outras falas deixaram o professor André pensativo, sem saber como proceder. Seria melhor ignorar a atitude de Carlos, como os colegas aconselhavam? Ao fazer isso, não perderia o respeito dos demais alunos em sala de aula? Seria mesmo arriscado chamar a atenção daquele aluno? Era uma situação nova para André, porém o fato de ser algo comum para seus colegas o assustava. Ameaça e violência na escola tornaram-se banais para eles, mas o professor acreditava que algo deveria ser feito.

O PEDIDO DE AJUDA

Sem saber como agir, André procurou a direção da escola. A diretora disse que em outras situações havia convocado os responsáveis pelo aluno e eles não tinham comparecido, mas insistiria mesmo assim. Porém, alertou:

– Nós sabemos que o caso dele é grave, por isso o colocamos naquela turma, separado de seus colegas da outra escola, para ver se ficaria mais quieto. Vários alunos têm contado que ele traz drogas na mochila, mas não podemos revistá-lo. Ele já tem várias passagens pela polícia. O que podemos fazer, se nem os policiais fazem alguma coisa? Como ele mora na região da escola, não é possível transferi-lo. Também não sabemos como agir, mas vamos fazer algumas tentativas.

No dia seguinte, o avô de Carlos compareceu à escola e declarou ser o responsável pelo aluno, já que a mãe tinha problemas mentais e o pai e os irmãos estavam presos havia anos. Com expressão de cansaço, o homem, já bem idoso, prometeu conversar com o neto, mas confessou que estava difícil educá-lo. Disse que Carlos já tinha sido levado pela polícia várias vezes e que andava com más companhias no bairro. Alegou que o neto era um menino bom, mas andava violento por causa do uso de drogas. Também confessou à direção que recentemente o encontrara com uma faca, dizendo que queria matar um rival do bairro porque lhe devia um real e não queria pagar. Desanimado, afirmou que já não sabia mais o que fazer com o neto.

As palavras do responsável por Carlos deixaram o professor assustado e aflito. Porém, ele resolveu não se abater; decidiu aproximar-se do aluno para conversar com ele e tentar resolver a situação. Sabia que não seria um diálogo fácil, pois o garoto era muito arredio e não aceitava conversar.

O ENCONTRO SEGUINTE

Uma semana depois do episódio com Carlos, André estava apreensivo em reencontrá-lo na sala de aula e se perguntava como o aluno reagiria depois do comparecimento de seu avô à escola. Será que ele mudaria sua postura agressiva e de enfrentamento?

A última aula, na turma de Carlos, seria a mais difícil do dia. O professor caminhou até a sala, sentindo um misto de desânimo, receio e aflição, mas sem deixar transparecer sua preocupação, pois sabia que teria de enfrentar aquela situação. Para sua surpresa e alívio, Carlos não estava presente, o que deu a André a sensação de um problema a menos para resolver naquele dia.

Como de costume, o professor fez a chamada e foi alertado pela turma de que alguns alunos estavam “matando aula” na escola – Carlos entre eles. Seguindo as regras, André mandou avisar a direção sobre o ocorrido e continuou sua aula, que foi proveitosa e participativa. Ao término do expediente, quando saía da escola, a diretora o chamou para contar como procedera em relação à ausência dos alunos que ele reportara:

– André, assim que recebi seu recado de que alguns alunos da turma não estavam em sala de aula, fui procurá-los. Estava quase desistindo quando resolvi olhar no banheiro da quadra esportiva, que estava trancado por dentro. Carlos estava lá com outro colega e não queriam abrir a porta. Quase precisamos arrombá-la. Saíram completamente transtornados, drogados e agressivos. Não encontramos nada com eles, pois jogaram tudo no vaso sanitário. Chamamos a polícia, que até agora não apareceu e pelo jeito nem vai aparecer. Suspendemos os dois alunos e chamamos os responsáveis. Infelizmente, é o máximo que podemos fazer neste momento.

André resolveu voltar à sala dos professores e conversar com os colegas a respeito do ocorrido. Alice, professora de educação física, contou algo que o deixou ainda mais preocupado. Segundo ela, ao saber que fora André quem avisara a direção sobre os alunos que não estavam na sala, Carlos começou a dizer a todos que mataria o professor, que ele pagaria caro por denunciá-lo à direção e que ele e seus amigos dariam “um jeito nele”.

Não foi nada agradável ouvir aquilo. André ficou preocupado, pensando se deveria levar aquelas ameaças a sério ou se seriam apenas palavras ditas em um momento de ira. Percorreu o caminho para sua casa olhando para todos os lados, apreensivo. Um misto de medo, preocupação e insegurança o abatiam.

A IMPOTÊNCIA

Aquele fim de tarde e a noite que se seguiu foram difíceis para o professor. Por mais que tentasse distrair-se, as palavras ameaçadoras de Carlos permaneciam em sua memória enquanto assistia aos telejornais repletos de notícias sobre violência. A preocupação lhe rendeu uma noite maldormida, em que qualquer barulho o assustava. Na manhã seguinte, André decidiu aconselhar-se com Marcos, um amigo policial, sobre como proceder nesse caso. As palavras que ouviu não o animaram muito:

– A escola não fez um boletim de ocorrência dessa ameaça? Então ele vai agredir ou matar mesmo! Ele não tem nada a perder e não há punição para menor de idade neste país. O Estatuto da

Criança e do Adolescente o protege. Mas sobre uma coisa eu o alerto: se por acaso ele agredir você ou algum outro professor, a escola e quem sabia das ameaças responderão por omissão. Afinal, vocês sabiam e não fizeram nada!

André resolveu também ligar para Lúcia, uma colega professora com muitos anos de profissão e que sempre lhe dava bons conselhos. Ela lhe disse:

– Também já passei por situações como essa. Sinceramente, não há muito o que fazer. Não há lei que proteja o professor, somos reféns nesses casos. Acho que não é saudável trabalhar nessa situação. Você deveria procurar a ajuda de um psiquiatra, pegar uma licença médica de mais de um mês, esperar essa situação passar e colocar os pensamentos em ordem.

Apesar de sua amizade por Lúcia, aquele conselho não o satisfiz. Fugir do problema seria a melhor solução? Não daria ao aluno ameaçador a sensação de vitória? O professor deveria abandonar o que gosta tanto de fazer, que é lecionar, por causa de uma situação como aquela?

Diante das palavras do amigo policial e da colega professora, André decidiu externar sua inquietação à diretora mais uma vez. Percebeu que ela também estava preocupada com o ocorrido e tinha dúvidas sobre como proceder. Em particular, disse:

– Se quiser, podemos chamar a polícia novamente e fazer um boletim de ocorrência pelas ameaças, pois é um direito seu, mas pense bem, porque talvez essa atitude deixe Carlos com mais raiva, que ele pode descontar em você. Estou preocupada com sua segurança, afinal você mora sozinho! Além disso, essa situação poderia dar publicidade negativa à escola, e isso não seria bom. Também não podemos expulsá-lo, porque ele mora no bairro e a lei não nos permite fazer isso.

A diretora afirmou que tentara conversar com Carlos em particular e de forma carinhosa, porém ele não aceitou. Tentou aconselhá-lo a mudar de escola, mas ele disse que o avô não aceitava porque poderiam perder o benefício “Bolsa Família”, caso ele não frequentasse a outra escola. Por causa do comportamento violento de Carlos dentro e fora da escola, alguns pais a procuraram preocupados e alguns colegas de sala, por medo, pediram transferência.

O conselho de Lúcia ao professor foi que tentasse ignorar o aluno, fingindo que ele não existia, e ter paciência, pois infelizmente não tinham muito a fazer nessa situação.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Quais são os impactos da violência no ambiente escolar sobre o processo de ensino e aprendizagem?
2. A quem os professores que sofrem tal violência podem recorrer para ajudá-los? Quais parcerias seriam importantes nesses casos?
3. Para muitos educadores, uma das grandes causas da violência na escola é a sensação de impunidade dos estudantes. Frente a isso, acabam elegendo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como um dos elementos responsáveis ou cúmplices da violência e da impunidade nas escolas brasileiras. Diante do caso apresentado e de experiências similares vividas pelos educadores, quais as relações, possibilidades e responsabilidades do ECA?
4. No Brasil, a docência é uma das categorias profissionais com elevado número de afastamentos por problemas de saúde. É possível que a violência e a indisciplina no ambiente escolar sejam grandes responsáveis pelo adoecimento físico e mental dos professores?
5. Em casos de violência no ambiente escolar cometida por adolescentes, muitas vezes a única punição adotada pelas escolas é a expulsão do agressor. Essa medida resolve eficazmente o problema ou apenas o transfere para outra escola?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. No caso, uma professora afirma que a escola onde Carlos estudava anteriormente aprovava alunos indisciplinados para se livrar dos problemas. Esse é um caso isolado ou uma realidade comum em nossas escolas? É a melhor forma de lidar com a situação?
2. André ficou receoso de reportar o ocorrido à polícia e sofrer represálias de Carlos. Existe subnotificação de casos de violência em sala de aula por causa do medo de professores de sofrer mais violência?

3. Na fala dos colegas educadores de André, percebe-se que a violência na escola é algo corriqueiro e que muitos se acostumaram a ela. Fatos como esse ocorrem com frequência nas escolas do país? A violência em sala de aula está se tornando banal entre os profissionais da Educação?
4. O policial amigo de André afirmou que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) protege os adolescentes em práticas como as de Carlos. Essa lei traz mais benefícios ou malefícios ao cotidiano escolar?

A exclusão na inclusão escolar

CASO

A professora Marta foi transferida para a Escola Estadual de Ensino Fundamental Laranja, situada em uma pequena cidade da região metropolitana de Porto Alegre, com 540 alunos distribuídos em dois turnos. Um grupo de 24 professores de diferentes disciplinas leciona nas dez turmas de Ensino Fundamental do 1º ao 5º ano e nas oito turmas do 6º ao 9º ano. A equipe diretiva é composta por seis pessoas, entre direção, supervisão e orientação escolar.

Marta, com 10 anos de profissão, acredita que o desafio da inclusão não deveria ser algo novo, já que, infelizmente, uma sociedade de risco apresenta inúmeras causas para o atual estado de vulnerabilidade e exclusão social. Na Escola Laranja não é diferente. Alguns alunos vêm de lares desestruturados e seu único pilar é a figura materna, pois a mãe assumiu também o papel de pai. A maioria é vista como indisciplinada e parece não ter muitas expectativas para o futuro, o que de fato agrava o desafio em sala de aula, aonde, como se pode imaginar, os alunos já chegam excluídos de inúmeras maneiras.

Desde que saiu da faculdade, Marta foi sempre a primeira a chegar à sala dos professores nas escolas onde atua. Ao ingressar na Escola Laranja, cumpre um ritual diário: separa os materiais de trabalho, verifica suas anotações e costuma observar a chegada dos alunos.

Aos poucos, a quietude da escola vai dando espaço aos sons característicos do ambiente escolar. Em determinado dia, porém, enquanto preparava seu café, o comportamento do aluno Luís, de aproximadamente 10 anos de idade, deixou Marta pensativa e preocupada.

Nos dias subsequentes, observando Luís com mais atenção, a professora notou que ele não se relacionava com os colegas, apre-

sentava um comportamento sempre agressivo e, por vezes, parecia querer chamar a atenção com gritos, gestos obscenos e palavras desagradáveis. Por essas atitudes, Marta logo percebeu que o garoto enfrentava conflitos e que alguns alunos, e até professores, pareciam demonstrar certo afastamento dele.

Marta estava havia pouco tempo na Escola Laranja. Gostava de fazer um trabalho pedagógico de modo a integrar os alunos ao convívio da turma, sempre se mantendo atenta a suas ações, reações e necessidades. Para ela, conversar no pátio com os estudantes sobre suas expectativas e dificuldades era uma forma de conhecê-los.

Embora Luís não pertencesse a nenhuma de suas turmas, a professora sentia-se intrigada e com vontade de intervir naquela situação, sobre a qual se perguntava: por que esse aluno apresenta esse comportamento agressivo? Sua agressividade teria origem em algum distúrbio diagnosticado? Como meus colegas professores trabalham com ele em sala de aula?

Após dias observando o comportamento de Luís no pátio, Marta imaginou que uma solução para aquele desafio poderia ter início em uma conversa com a gestão escolar. Buscou, então, informações sobre ele na coordenação. Aproveitando que haveria uma reunião pedagógica, decidiu questionar qual seria a política da Escola Laranja para os alunos com visíveis distúrbios psicológicos ou comportamentais, como agressividade, que demandavam necessidades educativas especiais.

Quando chegou o dia da reunião de coordenação escolar, Marta disse:

– Prezados professores, eu gostaria de conversar sobre o caso do aluno Luís. Desde que cheguei à Escola Laranja, não pude deixar de notar a maneira como ele trata seus colegas no pátio, apresentando um comportamento frequentemente agressivo e, por vezes, até ameaçador.

Embora notasse certo repúdio ao assunto na expressão de alguns colegas, continuou tratando do tema. Sem compreender o motivo dessas reações, insistiu:

– Diante desse cenário preocupante, tenho duas perguntas. Qual é o diagnóstico que talvez justifique o comportamento de

Luís? Como a escola está trabalhando para incluí-lo na sala de aula, de acordo com a Política Nacional de Inclusão?

Marta nunca tinha trabalhado com alunos de inclusão e, por sua inexperiência, sentia-se insegura sobre a forma de agir nesse tipo de situação. Para ela, essa era uma oportunidade de diálogo com os demais colegas em busca de aprendizado. No entanto, notou que seus questionamentos causaram certo alvoroço entre os professores ali reunidos. A maioria demonstrava desconforto com as perguntas de uma recém-chegada que questionava a forma de educar na Escola Laranja.

Visando contornar a tensão do ambiente, Marta argumentou que, por desconhecer os métodos de trabalho com crianças ditas especiais, gostaria de aprender sobre o assunto. Continuou explicando que conhecia a teoria ensinada no curso de graduação e acreditava que os futuros professores deveriam aprender muito mais sobre como agir no caso de terem alunos com limitações físicas, psicológicas ou comportamentais, diagnosticados como alunos com necessidades educativas especiais, ou alunos de inclusão.

Após Marta expor suas preocupações, a orientadora Marília pediu a palavra e passou a mediar a conversa, que parecia ter gerado um clima de tensão irreversível. Ela iniciou dizendo:

– Entendo sua preocupação, professora Marta, mas a família não aceita que Luís tenha algum tratamento diferenciado por parte da comunidade escolar.

A própria família não aceitava que o comportamento agressivo do aluno fosse justificado por diagnósticos psicológicos. Segundo a orientadora, a mãe de Luís afirmou que ele era apenas indisciplinado e gostava de chamar a atenção, comportamento cujo motivo seria o nascimento de um irmão menor.

Foi então que a professora Rosane interrompeu a intervenção da orientadora Marília e, com profundo descontentamento, observou:

– Não compreendo a razão de estarmos perdendo tempo com esse assunto. Estou cansada disso e penso que alunos como esse não deveriam servir de desculpa para desviarmos o foco daqueles que de fato precisam de nossa atenção.

Rosane justificou suas palavras considerando que alunos como Luís eram um caso de pura indisciplina, por isso não conseguiam alcançar a média do semestre e, portanto, não tinham condições de ser aprovados no sistema de avaliação. Ela ressaltou ainda que o tema da reunião era exatamente a avaliação dos demais alunos.

Diante dessa postura, Marta acatou as orientações, sentindo que não era o momento para divergir sobre o assunto, pois carecia de argumentos para continuar a conversa. Ainda assim, discordava do posicionamento dos demais colegas e já estava decidida a encontrar meios para retomar o tema em momento mais favorável, o que seria apenas uma questão de tempo.

O CONFLITO

Infelizmente, as preocupações de Marta tinham razão. Passados alguns dias, Luís entrou em estado de surto e, aos gritos, chegou a ameaçar a integridade de colegas e professores. Imersa naquela situação e diante do risco de Luís se machucar ou agredir outros estudantes, Marta confrontou Afonso, o diretor da escola, e a orientadora Marília, questionando-os mais uma vez sobre como deveriam agir em semelhante situação.

– No caso de omissão, qual será a responsabilidade da escola se alguém sair machucado durante um novo episódio de surto psicótico do aluno?

Afrontados por essa pergunta, os membros da equipe diretiva decidiram fazer outra reunião com os professores para tentar solucionar o conflito. A professora ficou esperançosa com a nova oportunidade e por acreditar que talvez a Escola Laranja pudesse contar com a ajuda dos centros locais de auxílio psicossocial.

Marta seria desfavoravelmente surpreendida.

Durante a reunião, lavrou-se o veredicto: a mãe de Luís seria orientada a procurar outra escola para seu filho – uma unidade na qual houvesse profissionais habilitados para atender a suas necessidades educativas especiais. Para aquele grupo, havia uma linha muito tênue separando inclusão e exclusão, com argumentos de que a instituição não estava preparada para exercer esse tipo de

atendimento, considerado como um serviço especializado e além de suas atribuições como docentes. Na prática, já haviam decidido que ali não era o lugar para Luís, assim como para qualquer aluno que apresentasse desafios semelhantes.

Outro argumento usado nas justificativas do grupo era de que o surto do aluno tinha desencadeado uma série de reclamações de pais inconformados com a possibilidade de Luís apresentar novo episódio de crise.

– Os pais têm receio de que percamos o controle da situação –, afirmou Afonso, o diretor da Escola Laranja.

O aluno foi excluído, ou melhor, “transferido de escola”. Afonso refletiu que talvez assim tenha sido melhor para Luís, já que naquele momento a unidade de fato não parecia estar preparada para ajudá-lo e nem sequer demonstrava intenção de fazê-lo. A impossibilidade de inclusão do aluno, porém, longe de resolver a questão, gerou um novo tipo de desconforto a um grupo de professores, direta ou indiretamente responsáveis pela aprendizagem dele.

Para eles, apesar de o aluno demonstrar sinais visíveis de desequilíbrio emocional e, quem sabe, até mesmo formas de transtornos psicológicos, o que restava era uma sensação de impotência. Sem saber como agir e comovidos pelo caso de Luís, esses professores questionaram a posição de alguns colegas, que beirou o descaso. Por outro lado, também não encontraram uma base sólida de orientação prática nas atuais políticas nacionais de inclusão, que postulam abraçar a todos os alunos, considerando-os igualmente especiais.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Ao falar sobre inclusão escolar, é de suma importância repensar qual é a atribuição da Educação formal e a busca por novas concepções e ressignificações para o processo na construção do indivíduo, em meio à complexidade do tema. Sendo assim, qual é o papel da escola na estrutura social que desenvolve o processo de inclusão/exclusão de alunos com necessidades especiais?
2. Parece haver uma disputa entre familiares e professores sobre onde termina o dever da família e começa o dever da escola no que diz respeito aos alunos com necessidades especiais. Refletindo sobre as discussões das políticas educacionais e sociais voltadas a esses alunos, que ações estão sendo ou poderiam ser praticadas em sua comunidade para resolver ou amenizar esses desafios?
3. A inclusão de alunos com necessidades especiais passa geralmente pela resistência de familiares e de professores que buscam soluções mágicas, fato que pode causar decepções e frustrações. A partir desse ponto de vista, considerando que familiares e professores de distintas condições sociais não aceitam as recomendações sobre os alunos com necessidades especiais, a reflexão sobre o problema pode se dar por meio da seguinte pergunta: onde o sistema educacional está errando?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Qual é o impacto da falta de estrutura das escolas para a educação de alunos com necessidades educacionais especiais?
2. O que deve ser organizado na escola e na universidade para os profissionais de Educação oferecerem o suporte necessário ao atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais?
3. No caso de a escola receber alunos com limitações, sejam físicas, sejam psicológicas, como deve ser feito o trabalho pedagógico com esse aluno?

4. Será que as escolas devem receber todos os alunos, mesmo que não tenham condições de realizar o atendimento adequado às suas limitações?

Desafios do ensino inovador na Educação Infantil

CASO

Marta era diretora da Escola da Mata havia cinco anos. Mudou-se de São Paulo para o interior com a família em busca de uma vida com mais propósito. Deixou a direção de uma escola que a remunerava muito bem, mas que a sufocava com uma proposta metodológica conteudista, com materiais estruturados para a Educação Infantil, postura da qual discordava. Acreditava fortemente que as crianças pequenas deveriam estar ao ar livre, brincando na maior parte do tempo.

O trabalho na Escola da Mata lhe caiu como uma luva. Era uma escola de Educação Infantil sem fins lucrativos que atendia alunos de 2 a 5 anos na zona rural de uma pequena e charmosa cidade interiorana. Também lhe agradava o fato de ser 100% patrocinada por uma grande indústria da região cujo desejo era promover inovação em Educação e, ao mesmo tempo, oferecer uma escola de qualidade para os filhos de seus funcionários. Não ter a pressão de pais pagantes, consumidores ditando regras, era para ela um alívio. Marta encontrou terreno fértil para, com uma equipe comprometida, construir um projeto educativo muito inovador, que recebeu diversos prêmios. As crianças tinham tempo para brincar ao ar livre, plantavam e colhiam, subiam em árvores, faziam arte, passeios na mata, experiências em ciências e meditação. Era o desenvolvimento integral no qual ela tanto acreditava.

Ao arrumar a bolsa para ir trabalhar naquela manhã, viu o carrinho da casa que acabara de comprar, bem próxima à escola. Seu sonho era cada vez mais palpável.

UMA INTERAÇÃO NA ESCOLA

Luciana, cozinheira da escola, foi quem a recebeu naquele dia, com o semblante tenso e o olhar inquieto. Arrastou-a pelo braço até a lavanderia, dizendo que tinha algo importante e sigiloso para dizer. Aos sussurros, contou que sua vizinha, mãe de ex-aluno da escola, aliou-se a outras três famílias de alunos egressos no ano anterior e procurou os patrocinadores. Levou a eles evidências de que a proposta pedagógica da Escola da Mata não funcionava: seus filhos não se adaptavam às escolas municipais, única opção na cidade para a continuidade dos estudos no Ensino Fundamental. Os garotos não se concentravam, não paravam sentados, não estavam acostumados com atividades em folhas de papel e, o pior, não estavam alfabetizados no início do 1º ano como todas as outras crianças da cidade.

Marta não se apavorou nem um pouco com a notícia e acalmou Luciana:

– Calma, Luciana. Essas reclamações por parte de algumas famílias são muito comuns. Com o tempo, os familiares percebem que aos poucos as crianças se adaptam. Lembra do caso do Augusto?

– Lembro sim, dona Marta. A família do Augusto mora ao lado de casa. Acompanhei bem de perto. A mãe dele me contou que no começo do 1º ano ele sofreu. Ficava na hora do intervalo fazendo atividades de reforço e não saía para brincar como os outros. Mas depois de dois meses o menino deslanchou. Só tirava boas notas.

– É por isso, Luciana, que não há com que se preocupar.

– Mas, dona Marta, agora é diferente! As famílias foram reclamar lá no escritório do sr. Paulo.

– Quanto a isso, não há o que temer. Paulo conhece bem a proposta da escola e sempre nos apoiou.

Marta se despediu de Luciana com um abraço e pediu que ela não contasse a ninguém o ocorrido. Não queria que o assunto virmasse fofoca entre os funcionários da escola.

Enquanto caminhava até seu escritório, Marta relembrou uma reunião que tivera com Paulo semanas antes. Nesse encontro, ela fez uma breve apresentação sobre a escola com imagens e dados financeiros. Ao final da apresentação, Paulo questionou a quantidade elevada de adultos para cada criança e a ausência de con-

teúdos tradicionais, como matemática. Como a reunião foi curta, Marta não conseguiu se colocar diante dos questionamentos e foi embora um pouco angustiada. Tentou marcar uma reunião com Paulo e a equipe de patrocinadores para esclarecer as dúvidas, mas não teve sucesso.

Entrou no escritório ainda preocupada. “Não deveria ter saído daquela reunião sem responder às questões de Paulo! Será que ele conhece de fato a proposta da escola?”

Os devaneios e pensamentos de Marta foram interrompidos pela secretária que entrou na sala.

– Bom dia, diretora!

– Bom dia, Patrícia!

– Hoje tenho uma boa e uma má notícia. Qual você quer primeiro?

– Pode ser a má.

– Os vasos sanitários do banheiro das crianças entupiram novamente e o sr. Genaro, da manutenção, está doente.

Marta suspirou e pensou nas tantas coisas que tinha para resolver. Voltou a pensar nos questionamentos de Paulo e na reunião dele com as famílias descontentes. Patrícia chamou sua atenção:

– Marta! O que foi? Seu olhar ficou perdido de repente.

– Não foi nada. Estava um pouco longe... Qual é a notícia boa?

– Lembra que estávamos fazendo semanas tentando marcar uma reunião com o sr. Paulo e a equipe de patrocinadores? A secretária da empresa acabou de me ligar marcando a reunião para depois de amanhã. Isso não é ótimo?

Um silêncio tomou a sala por alguns minutos. Marta ficou confusa, pois já não sabia qual era a boa ou a má notícia. O fato de os vasos sanitários estarem entupidos novamente reforçava seu argumento sobre a necessidade de uma reforma no banheiro das crianças; a tão esperada reunião poderia incluir desdobramentos das questões de Paulo e a conversa com as famílias descontentes.

Marta, de volta à realidade, respondeu a Patrícia com um sorriso sem graça.

– Claro! Que bom que conseguimos um horário com eles.

Os dias seguintes foram de certa tensão. Eram notáveis no rosto de Marta a preocupação e o nervosismo. Quando chegou a data

da reunião, ela estava preparada para esclarecer todas as questões que Paulo havia colocado no último encontro. Ainda assim, entrou trêmula na exuberante sala de reuniões da empresa, segurando seu caderno junto ao peito como se fosse um talismã. Todos já estavam a sua espera. Respirou fundo, enchendo-se de coragem. Olhou um por um nos olhos, na certeza de que tudo daria certo, e sentou-se em frente a Paulo, que estava com um olhar firme e decidido. A secretária abriu a reunião apresentando a pauta: readequação na Escola da Mata. Na hora, a diretora sentiu um frio em seu estômago. Paulo fez um comunicado:

– Em vista dos últimos acontecimentos, peço em nome dos patrocinadores que você, Marta, faça algumas readequações para o melhor funcionamento da Escola da Mata. – Marta teve um ímpeto de interromper Paulo, mas sua voz não saía. – Entramos em contato com alguns consultores de Educação e chegamos às seguintes conclusões: 1. a proposta metodológica da Escola da Mata deve ser imediatamente alterada; 2. crianças de 5 anos devem ser alfabetizadas, aumentando o tempo da rotina para exercícios de língua portuguesa e matemática; 3. um sistema de avaliação deverá ser aplicado semestralmente para monitorar as aprendizagens dos alunos, sendo o patrocínio vinculado a esses resultados a partir do ano seguinte.

Após escutar cada ponto apresentado por Paulo, Marta recobrou a voz e disse:

– Mas, Paulo, a nossa escola tem uma proposta inovadora!

– Uma proposta inovadora e resultados devem caminhar juntos, Marta – afirmou Paulo, o patrocinador. – Faça o seu trabalho inovador, mas prove que as crianças aprendem mais e melhor do que nas escolas tradicionais.

– Não é uma questão de resultados, Paulo. É uma questão de escolhas, de ideais. A Educação Infantil não é o momento de entrada nos conteúdos formais que pertencem ao Ensino Fundamental. Temos que alinhar o que entendemos por resultados. Alfabetizar crianças de 5 anos pode ser uma violência se elas não estiverem prontas para isso.

– Mas as crianças não farão o Ensino Fundamental em nossa escola. Irão para as escolas do município, onde encontrarão mui-

tas outras crianças já alfabetizadas. Não oferecer a elas as mesmas condições não configura, também, uma espécie de violência?

– Mas elas estão alfabetizadas porque as turmas de 5 anos passam o dia dentro da sala de aula fazendo lições de língua portuguesa e matemática, enquanto as nossas estão ao ar livre, construindo múltiplas aprendizagens por meio do exercício de múltiplas linguagens. É um preço muito alto a se pagar.

– Acreditamos na sua capacidade de superar esse desafio, Marta. É por isso que a colocamos nessa posição. Além disso, a imagem da indústria sempre esteve associada ao sucesso e aos bons resultados, e a percepção dos pais é de que seus filhos estão fracassando.

Marta não sabia o que fazer. Acreditava na proposta revolucionária da escola. Sabia o quanto o tempo didático era precioso e precisava ser aproveitado em favor do desenvolvimento integral que tanto defendia, mas dependia do patrocínio para continuar. Também devia representar os interesses dos professores que haviam dedicado anos de sua vida à construção daquele projeto. Contava com muitos pais que certamente a apoiariam, mas não sabia, naquele momento, o que fazer frente ao fato de que as crianças não ficariam naquela escola por muito tempo e, uma vez egressas, precisariam se adequar às regras do sistema. Parecia um caminho sem saída.

PREOCUPAÇÕES

Depois de uma noite em claro, convocou uma reunião com todos os professores e professoras da escola para comunicar as alterações que deveriam fazer nas atividades a partir daquela data. Marta estava dividida, literalmente desequilibrada, a ponto de abrir a reunião desejando “bom dia” apesar de ser início da noite. Em uma sala pequena, em volta de uma mesa redonda, os professores e as professoras se entreolharam. Alguns perceberam o nervosismo da diretora. Ela prosseguiu com voz trêmula na apresentação da pauta da reunião.

– Eu convoquei esta reunião extraordinária para informar a todos e todas algumas alterações na metodologia da Escola da Mata.

Um burburinho tomou a sala. Marta sabia que uma avalanche de questionamentos estava por vir. O grupo de professores da escola estava pouco acostumado a receber comunicados sem que antes os assuntos fossem discutidos à exaustão. O professor Henrique foi o primeiro a se pronunciar:

– Marta, não estou entendendo. Como assim, “alterações na metodologia da Escola da Mata”? Não discutimos isso antes. O que será alterado? Precisamos de mais tempo para decidir isso conjuntamente.

A diretora estava tão nervosa que nem se quer escutou a fala do professor e continuou:

– A partir de agora, vamos iniciar a alfabetização das crianças aos 5 anos. Temos que pensar em uma forma de as atividades de língua portuguesa e matemática ganharem destaque em nossa rotina, porque é isso que os patrocinadores e as famílias valorizam. Se não conseguirmos resultados, fecharemos as portas. Não há o que discutir.

O grupo ficou ressentido com a atitude de Marta e um novo burburinho tomou a pequena sala. Parecia que uma bomba havia explodido naquele recinto. A gestão tinha sido democrática até ali. Tudo era discutido entre pares. Alguns calaram-se e outros colocaram-se de modo agressivo contra a diretora, que estava visivelmente nervosa. A tensão materializara-se na sala.

Clara, professora mais jovem da escola e recém-contratada, pediu a palavra:

– Só vim trabalhar na Escola da Mata por causa da proposta inovadora de alfabetização ecológica. Estamos enfrentando mudanças climáticas que podem colocar um ponto final na permanência de nossa espécie no planeta e existe gente que ainda acha que aprender a falar a linguagem da natureza é um conteúdo secundário? As crianças aqui podem plantar, colher, cozinhar, compostar e entender que os ciclos devem ser completados, que a diversidade é um valor, que operar em redes é mais eficiente do que agir individualmente. As crianças da cidade não sabem diferenciar uma berinjela de uma abobrinha. Será que não estamos priorizando os conteúdos errados?

Clara era uma professora jovem, solteira e com uma família abastada que a sustentava. Viajou pelo Brasil durante um ano em

busca de novas propostas de Educação. Fez muitos cursos ligados à agricultura orgânica, permacultura e culinária natural. Tinha convicção de que a alfabetização ecológica era a única estratégia para mudar a Educação brasileira e defendia isso com unhas e dentes.

– Clara, não vamos mudar a proposta, vamos apenas integrar um pouco mais de tempo em sala de aula e exercícios mais estruturados. Talvez duas horas por dia sejam suficientes.

– Você sabe quanto tempo gastamos construindo a rotina deste ano e quantas escolhas fizemos para que tudo que achamos importante ganhasse espaço e lugar. Eu não preciso dizer a você que vamos ter de abrir mão de algo. Você sabe que é a decisão errada. Se quer fazer isso em nome de um interesse financeiro, não conte comigo.

– E se isso significar a possibilidade de continuidade da nossa escola, Clara?

– Faça-os entender que nossa proposta é o que o mundo precisa. Lembre-os do nosso propósito, Marta. Esse é seu papel.

Uma voz se levantou em favor de Marta. Era Lívia, a professora mais antiga da escola. Ela tinha formação em Ciências Biológicas, mas desistiu da área quando engravidou. Enquanto seu filho crescia, foi apaixonando-se pela área da Educação. Formou-se em Pedagogia e especializou-se em práticas de comunicação não violenta e assembleias escolares. Lívia era uma pessoa ponderada, acreditava que os conflitos geram crescimento. Já tinha presenciado na Escola da Mata muitos embates parecidos com aquele. Estava tranquila.

– Essa não é uma função apenas da Marta, Clara. É de todos nós. Nossa briga não é com nossa diretora, é contra um sistema educacional falido, que ainda opera a partir da lógica de fabricar mão de obra para a indústria. Vamos nos unir e mostrar a eles que aqui as crianças aprendem língua portuguesa e matemática e tantas outras coisas que talvez eles nem saibam.

Clara argumentou:

– Isso nós já fazemos, Lívia. Porém, você sabe que contar os ovos que as galinhas botam todos os dias no galinheiro não vai ajudar as crianças a preencher folhas e mais folhas de contas no caderno aos 6 anos de idade. É para isso que estamos sendo convidados a prepará-los.

Outro professor, Horácio, único biólogo do grupo e especialista na interação entre crianças e natureza, colocou-se em tom exaltado:

– Essa escola é uma referência em inovação. Vocês não têm o direito de destruir uma referência! Estamos construindo um legado para a Educação brasileira e temos um nome a zelar. O que vamos dizer às pessoas que chegam para visitar a escola? E se formos desmoralizados em nossa página no Facebook? Vamos fazer uma postagem explicando que mudamos de ideia em relação ao ser humano que desejamos formar? Diremos que uma vivência na mata, uma aula de meditação, a aprendizagem de um instrumento musical, um debate em roda não ensinam nada aos alunos e por isso vamos substituir essas experiências por exercícios em folhas de papel? E os prêmios que ganhamos?

Horácio era o professor que mais entrava em embate com a diretora. Era um rapaz novo, com muitos sonhos, e achava Marta muito despreparada para a função que desempenhava. No entanto, tinha a certeza de que estava de passagem pela Escola da Mata, pois sua vontade era conhecer o mundo e dar cursos e seminários sobre a relação entre a criança e a natureza.

O clima foi ficando cada vez mais tenso conforme o professor falava e batia com os punhos cerrados na mesa. Marta mal respirava. Foi quando seu telefone tocou. Ela olhou o número e viu que era de sua casa. Pediu licença ao grupo de professores e saiu da sala para atender. Era seu marido dizendo que precisava de dinheiro para ir à farmácia, pois o filho deles, de 5 anos, não passava bem. O marido de Marta estava desempregado havia seis meses e ela mantinha a casa sozinha. A diretora desligou o telefone dizendo ao marido que logo estaria em casa.

– Como assim, você joga essa bomba no nosso colo e vai embora? Vai nos deixar sozinhos nessa situação? –, indignou-se Clara.

Marta era muito fechada, não gostava de envolver a equipe de professores em seus problemas pessoais. Assim, optando por não expor toda a situação, encerrou a reunião. O professor Horácio saiu furioso, bradando um mantra aos quatro ventos, em um misto de raiva e ironia:

– A Escola da Mata acabou!

Mercedes, auxiliar de limpeza, sem entender o que se passava, questionou:

– Como assim a Escola da Mata acabou?

– Acabou, pois eu não trabalho mais aqui. Não vou ver essa escola ficar igual a todas as outras escolas do município!

– Mas tanta criança aqui que precisa desta escola, Horácio, e nós que precisamos tanto deste trabalho, como vamos ficar, meu filho? –, disse Mercedes pensativa e preocupada, parada, apoiando a vassoura na ponta do queixo enquanto observava o professor afastar-se sem responder a sua pergunta.

Em dois dias aconteceria a reunião bimestral com as famílias, que, divididas em suas opiniões diante das notícias que já haviam circulado, esperavam um posicionamento oficial da direção da escola.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Quais os desafios e oportunidades de implementar um conceito de Educação inovador?
2. Como gerir as expectativas dos pais com relação aos métodos tradicionais de avaliação?
3. Qual a melhor forma de garantir que a educação inovadora passada no Ensino Infantil seja mantida nos anos subsequentes em instituições que tenham metodologias tradicionais?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Como garantir que, a partir da decisão tomada, a Escola da Mata continue cumprindo seu objetivo de formar não apenas bons trabalhadores para o mercado, mas cidadãos globais?
2. O que fazer? Insistir na mudança da proposta, de acordo com o pedido dos patrocinadores, ou defender a inovação construída com a equipe?
3. Qual a melhor forma de conduzir a situação com a equipe da escola?

Aspectos externos

Drogas na escola: problema de quem?

CASO

Poderia ter sido mais um dia comum naquela escola localizada na periferia de Brasília, mas essa jornada ficaria gravada para sempre na história daquela comunidade. Educação, saúde e segurança são direitos fundamentais assegurados pela Constituição brasileira, e a articulação entre esses setores é fundamental para o bem-estar da população. No entanto, a criminalidade nos grandes centros assola a sociedade brasileira e nem as escolas escapam de situações de conflito dessa natureza.

Os alunos de uma das maiores escolas de Ensino Médio da capital federal viveram naquele dia os efeitos da articulação entre Educação e Segurança Pública. Os índices de criminalidade do bairro onde a escola se localiza estavam entre os mais altos da cidade. Uma parcela significativa dos estudantes cresceu vendo seus pais ou algum membro da família presos por tráfico de drogas.

Perto da instituição havia um grande presídio do Estado, e muitas famílias de presos se mudavam para ficar mais próximas de seus parentes. A escola atendia cerca de 3 mil estudantes, jovens e adultos entre 14 e 67 anos, nos três turnos (manhã, tarde e noite). Era comum que no mesmo período estudassem pais e filhos, sogros e genros, tias e sobrinhos, pois a escola também atendia na modalidade EJA (Educação de Jovens e Adultos).

A COORDENADORA PEDAGÓGICA

Carolina trabalhava, havia três anos, como coordenadora pedagógica da escola. Sempre teve um interesse especial em atuar naquela comunidade, pois acreditava que a Educação poderia possibilitar a seus membros uma vida mais digna como detentores

de saberes e cidadãos conscientes de seus direitos. No entanto, não era uma tarefa fácil, tendo em vista a precariedade das instalações físicas da escola, a falta de recursos financeiros para investimento em salas ambientadas ou para construção da cobertura da quadra esportiva, a ausência de espaços aconchegantes para aulas inovadoras e tantos outros empecilhos que dificultavam os avanços.

Mesmo em um contexto desfavorável para as aprendizagens, aquela escola apresentava melhoras significativas nas últimas avaliações de desempenho promovidas pelo governo, fruto do esforço coletivo da direção, dos estudantes e, em especial, dos professores. Eles haviam desenvolvido projetos extras com a readequação curricular, objetivando proporcionar aos estudantes espaços de socialização e debates das práticas bem-sucedidas.

Contudo, não havia consenso entre o corpo docente sobre o papel da escola no processo de formação do cidadão de periferia. Naquela tarde nublada de segunda-feira, as concepções heterogêneas vieram à tona. O projeto de mediação de conflitos, alicerçado na concepção da cultura de paz social, ainda estava em fase de consolidação. Sua premissa baseava-se na comunicação não violenta e em como o relacionamento entre as partes afetava diretamente a aprendizagem. Para alguns professores, esse projeto era o grande responsável por deixar os estudantes ávidos por conhecimento, pois foi a partir dele que os alunos passaram a ter voz na escola. Para outros, a forma aberta de atuar com o corpo discente poderia provocar graves questões disciplinares, pois o papel de autoridade do professor estaria ameaçado e, com isso, a ordem social poderia ser abalada.

UMA VISITA FELIZ...

No início daquela tarde de trabalho, Carolina ficara extremamente feliz ao reencontrar um ex-aluno que havia ingressado na universidade. Conversaram por um bom tempo em frente à lanchonete sobre como a escola havia contribuído para que ele chegasse ao nível superior de ensino. Porém, sentada no banquinho de madeira ao lado do portão principal já bem tarde da noite, à espera do ma-

rido que iria levá-la para casa, lembrava esse diálogo. Ouviu alguns alunos ainda conversando, uma sirene tocando e carros passando na rua, mas seus sentimentos eram confusos, pois também não conseguia parar de pensar sobre como o dia, que começara tão bem, terminara de maneira tão perturbadora.

Nesse momento, lembrou de um dos lemas da mediação de conflitos: “Todo conflito é uma oportunidade gerada para promover um aprendizado”. Seu coração foi se acalmando lentamente, sua respiração ficou menos ofegante e ela fechou os olhos para apreciar melhor o cheiro da comida que estava sendo preparada pelo vizinho ao lado da escola.

... E UM INCIDENTE INCOMUM

Algo inusitado acontecera naquela mesma tarde, minutos antes do intervalo do recreio. Carolina assustou-se com o pedido de Danusa, a diretora da escola:

– Carolina, preciso de seu sigilo e discrição para o que irá acontecer na sala do 2º F do Ensino Médio. – O tom de voz indicava que algo muito sério estava acontecendo.

Sem hesitar, Carolina se colocou à disposição para mais uma tarefa do dia.

Danusa era uma professora com mais de 15 anos de experiência em sala de aula e já estava em seu segundo mandato como diretora. Os gestores dessa cidade eram escolhidos por eleição direta pela comunidade escolar (professores, auxiliares da Educação, pais e responsáveis pelos estudantes etc.). Carolina atendeu prontamente ao pedido; quando entrou na sala do 2º ano F, os alunos estavam na aula de educação física. Havia apenas duas pessoas na sala, em pé, ao lado da mesa dos professores: Mário, o professor de química do 2º ano, e o sr. Igor, delegado de polícia.

– Boa tarde, Carolina. Não sei se a diretora lhe passou o caso. Houve uma denúncia de que está escondido nesta sala um pacote de cocaína e que um dos nossos estudantes é um traficante de drogas procurado pela polícia. Em respeito à nossa escola, o próprio delegado fez questão de vir averiguar o fato e, quando os estudantes voltarem para a sala, haverá uma revista policial.

De fato, o pacote de cocaína fora encontrado dentro da sala de aula, atrás de um armário. Os estudantes foram revistados um a um, mas nada foi encontrado com eles. Quando tudo terminou e o policial foi embora, Carolina e Mário foram para a sala dos professores e, antes mesmo de conseguirem entrar no recinto, um aluno daquela classe os abordou:

– Professor, achei errado o que aconteceu. Receber revista policial na rua eu já tô acostumado, porque o maior desejo da polícia é prender todo mundo mesmo. Mas dentro da escola é estranho.

A REAÇÃO DOS PROFESSORES

Carolina e Mário ouviram o estudante com respeito, mas evitaram fazer qualquer comentário mais detalhado a respeito do incidente. Quando entraram na sala dos professores, a diretora estava explicando para os demais docentes o que acontecera no 2º F. Antes mesmo de Danusa finalizar sua explicação, Tarsila, professora de sociologia e recém-chegada de uma escola de outro bairro, pediu a palavra, com a voz trêmula:

– O que acabou de acontecer nesta escola é uma afronta aos direitos dos estudantes. Como podemos lecionar em uma escola que reproduz as injustiças cometidas pela sociedade? Vejam bem, quando cheguei aqui pude perceber que esta escola tinha um trabalho diferente das demais. O trabalho de concepção da cultura de paz que vocês fazem é de excelência e deve valer para todas as situações. Com minha experiência de mais de dez anos em sala de aula, e mesmo não conhecendo muito bem os alunos desta comunidade, tenho certeza de que os possíveis alunos envolvidos poderiam ter sido chamados para conversar, evitando a revista policial.

Tarsila fora transferida para aquela unidade por não haver vaga para sua disciplina em escolas de seu bairro. Ela ainda estava adaptando-se ao novo local e às novas formas de lecionar. Afinal, acostumada a dar aulas para alunos mais novos, era também a primeira vez que lecionava no Ensino Médio. Ela gostava tanto de crianças que tivera cinco filhos, todos meninos. Mostrando claramente não concordar com a exposição da colega, Vitória, professora de matemática, também pediu a palavra:

– Eu tenho propriedade para falar sobre o assunto, pois meu filho é policial militar em outro estado e conheço de perto o trabalho da polícia. Até onde sei, cocaína não é assunto pedagógico, e sim de segurança pública. Mesmo que seja um estudante nosso, é um dever deste e de qualquer outro estabelecimento chamar a polícia para resolver. Coibir essa prática é uma forma de diminuir um problema que não é da nossa escola nem do nosso bairro, mas uma doença da nossa sociedade. Portanto, professora Tarsila, a convido a conhecer melhor o bairro em que leciona antes de achar que a injustiça mora na escola.

Vitória já estava perto de se aposentar. Havia dedicado 25 anos de sua vida à Educação pública. Morava a um quilômetro da escola e ia e voltava a pé para o trabalho – portanto, conhecia como ninguém os problemas daquele setor. Tinha sido convidada pela diretora para ser coordenadora, mas recusara o convite, pois isso poderia prejudicar sua aposentadoria, prevista para o ano seguinte. Carolina tinha uma admiração muito grande por Vitória, mas havia ficado aborrecida, à época, pela recusa da colega em ser a coordenadora pedagógica. Ao longo dos anos, porém, compreendeu que tal decisão abria para ela a tão sonhada oportunidade de atuar na coordenação.

As falas das professoras ficaram ecoando na cabeça de Carolina. Ainda sentada no banco de madeira aguardando pelo marido, percebeu que estava ali havia uma hora. Quando o frio começou a apertar, recebeu uma mensagem informando que ele já estava a caminho.

DICOTOMIA

Carolina ora pensava em seu aluno que entrara na universidade, ora pensava na situação vivida minutos depois da conversa. Quanta dicotomia para um único dia de trabalho! A escola é um espaço vivo e dinâmico, e esse dia, em especial, tinha deixado um gosto diferente. Ela compreendia o posicionamento das professoras Tarsila e Vitória, mas o que a deixava mais angustiada, naquele momento, era a ligação que recebeu da mãe de um dos alunos envolvidos.

– Carolina, meu filho me contou que foi revistado pela polícia na escola e eu gostaria de solicitar a transferência dele para outra turma. Não quero ele no 2º F. O único local que eu considerava seguro era a escola. Então quer dizer que tem bandido na classe dele? E esses bandidos estão escondendo droga pesada em sala de aula? Pelo amor de Deus, quero meu filho estudando em outro turno imediatamente. Sei dos meus direitos de transferência e, se isso não acontecer, amanhã mesmo vou recorrer à imprensa.

REPERCUSSÕES

Até o momento dessa ligação, Carolina não tinha noção exata da situação em que se encontrava. Quantas outras mães telefonariam com o mesmo pedido? O que dizer-lhes em relação ao incidente? Seu marido enfim chegou e eles foram para casa, onde, depois daquele dia difícil, ela tentaria descansar.

No caminho, Carolina continuava pensando na reunião dos professores e em como tudo aquilo tinha abalado a escola. A diretora Danusa explicara que fora procurada pelo delegado de polícia do bairro uma semana antes para conversar sobre a denúncia de envolvimento de alguns estudantes em possíveis crimes de tráfico de drogas.

O delegado relatara que já havia autorizado a revista na casa de alguns deles, mas nada havia sido encontrado. Os informantes, porém, confirmavam o envolvimento de pelo menos duas pessoas da instituição. Um fato que intrigava o policial era que os supostos bandidos não eram vistos nas ruas, pois estavam sempre na escola ou em projetos sociais que a unidade coordenava em outros locais. Com isso, ele precisava do apoio da direção e dos professores para averiguar se a denúncia que recebera era verdadeira.

A fala do professor Arnaldo na sala dos professores voltou a sua mente:

– Danusa, mesmo entendendo agora os motivos que a levaram a aceitar que tudo isso acontecesse em nossa escola, compreendo que a situação deveria ter sido discutida em nosso coletivo de professores e servidores. Afinal, não podemos aceitar que uma decisão tão séria tenha sido tomada por você e sua equipe apenas.

Desde a implantação do projeto da cultura de paz, nós convençionamos que as decisões tomadas em grupo teriam sustentação mesmo daqueles que têm posições contrárias à maioria. Como poderemos confiar uns nos outros depois disso?

Danusa abaixou o tom de voz e, pausadamente, finalizou:

– Professor Arnaldo, faz parte da conduta da polícia, e era fundamental para as investigações que menos pessoas soubessem o que iria acontecer, pois dessa forma ninguém poderia interferir. A polícia não descarta, inclusive, o envolvimento de funcionários da escola na situação.

Depois dessa colocação, todos se calaram. Foi o silêncio mais longo que aquela sala já presenciou. Os professores se entreolharam e ninguém mais pediu a palavra. Aquela frase abalou profundamente a todos. Vitória, Arnaldo, Carolina, Danusa e Tarsila olhavam-se como se pedissem ajuda para interromper aquele constrangimento ensurdecedor. Como que num passe de mágica, o sinal tocou, anunciando o fim do turno escolar. Todos foram embora, menos Carolina, que ainda aguardaria seu marido por um bom tempo.

COM CARINHO

Assim que chegou em casa e guardou suas coisas no armário, Carolina percebeu que caíra um bilhete de sua agenda:

Boa tarde, senhora Carolina!

Eu não quis conversar com a senhora por medo do que meus outros colegas iriam pensar de mim, então resolvi escrever esse bilhete. A escola tem que fazer isso mesmo e não deixar que as drogas tomem conta de nossa escola, como já tomaram conta da nossa cidade. Meu filho fuma drogas e ficarei mais feliz de saber que a escola não deixará que isso aconteça aqui dentro. Não conte para meu filho sobre esse bilhete, pois aqui é só um desabafo de um pai que todas as noites chora pedindo a Deus que ajude seu filho a sair desse mundo das drogas.

Com carinho,

Felipe

Felipe era pai de um estudante e servidor da limpeza da escola. Nunca conversara com Carolina, pois faziam horários de trabalho diferentes. A coordenadora não tinha ideia de como aquele bilhete tinha ido parar em sua agenda. De qualquer forma, sentiu-se prestigiada por receber aquela mensagem.

Enquanto aguardava o sono chegar deitada na cama, Carolina via-se dentro de um dilema real. O dia seguinte seria importantíssimo para os encaminhamentos que a escola adotaria a partir dali. Vários contextos deveriam ser levados em consideração para analisar um fato como o de hoje. A droga fora encontrada, e isso era indiscutível, mas qual o papel da escola diante de situações de segurança que extrapolam o pedagógico? A escola tem autonomia para resolver todos os conflitos ou alguns devem ser encaminhados para outros setores? Ainda havia um longo caminho a percorrer, mas não restava dúvida de que todos queriam o melhor para aquela escola e para todos os que estavam ligados a ela.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Quando não há consenso entre os professores de uma escola sobre assuntos que envolvem a todos, que papel cabe ao diretor: intermediar as discussões ou definir as estratégias?
2. A revista policial ocorreu dentro da sala de aula de uma escola. Essa situação poderia se desenrolar de outra maneira?
3. Não há dúvida sobre a importância da integração entre os serviços públicos oferecidos para a comunidade, mas até que ponto um setor pode abrir suas portas para outro?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. O que você faria no lugar de Carolina?
2. Você concorda com o professor Arnaldo que tudo pode ser discutido coletivamente?
3. A diretora Danusa, quando procurada pelo delegado Igor, poderia ter tido outra atitude?
4. Que resposta você daria para a mãe do aluno que telefonou para Carolina solicitando transferência de turma para o filho?
5. Até que ponto a polícia pode ou deve agir dentro de uma instituição de ensino?

Escola é lugar de agressão?

CASO

Escola é um lugar de agressão? Independentemente do grupo a que essa pergunta fosse feita, a resposta seria unânime: NÃO! Isso já é consenso; gastam-se horas e horas pedagógicas, que juntas somariam dias, semanas e até meses dizendo a alunos e alunas que a “agressão no ambiente escolar é inadmissível” – ou seja, que escola é lugar de escuta, de diálogo, de troca e de afetos. Mas, se é assim, como explicar o ocorrido em uma unidade educacional pública de Ensino Fundamental em São Paulo, mais precisamente em uma turma de 8º ano?

E que escola era aquela em que o fato se deu? A instituição fora fundada na década de 1970 na periferia de uma cidade que crescia em ritmo muito acelerado. Em seus primeiros 20 anos de funcionamento, não chegou a passar por grandes problemas, mas, dos anos 1990 em diante, devido ao grande número de alunos que passou a receber, enfrenta o aumento dos conflitos inter-relacionais e dos problemas disciplinares, além de uma relativa queda na qualidade do ensino.

MUITA CONVERSA

O fato específico que aqui se quer relatar ocorreu em 2005, quando ainda não havia escolas públicas em número suficiente, como hoje, para atender a todos e, portanto, funcionavam em quatro períodos diários: das 7 h às 11h55, das 12 h às 14h55, das 15 h às 18h55 e das 19 h às 23 h. Essa escola tinha à época aproximadamente 1.800 alunos, o que ocasionava um ritmo frenético na entrada e na saída de cada um dos períodos: nem limpar as salas era possível, com somente cinco minutos de intervalo entre eles e mais de 450 alunos em trânsito, ou indo embora, ou chegando para ter aulas.

Essa movimentação toda trazia um problema para a unidade: a correria, o “empurra-empurra” nos corredores e escadas de acesso às salas de aula. Toda a conversa e a preocupação de professores, coordenadores e direção em relação às agressões tinham muito a ver com esse momento, pois um aluno que descia correndo as escadas inevitavelmente esbarrava em outro, que ficava bravo e já partia para tirar satisfação – a confusão estava armada. Houve, por exemplo, o caso de uma menina toda cuidadosa com a mochila de rodinhas que a madrinha tinha lhe dado, e que outra menina um pouco mais velha nem viu; passou por cima, pisoteando e amassando a lateral e, imediatamente, recebeu o revide em forma de agressão verbal e soco na barriga.

Enfim, era só começar a aula do dia, fosse de que matéria fosse, que também se reiniciava a “ladainha”: “Meninos e meninas, calma, aqui não se pode empurrar, não se pode bater, xingar o colega! Vamos conversar para resolver nossos problemas”.

Acreditava-se que seria possível resolver tudo com diálogo – ao menos essa era a tônica das orientações dos adultos para as crianças. Quando não se conseguia solucionar os conflitos com as conversas tão pacientes e necessárias, os adultos responsáveis eram chamados e pedia-se a colaboração das famílias no direcionamento dos filhos, em busca de uma convivência mais harmoniosa. Porém, após várias tentativas, quando nem isso resolvia, ou quando ocorria uma agressão considerada mais grave, recorria-se à suspensão do aluno agressor por até uma semana.

Naquele 30 de março, um dia chuvoso – as crianças e os pré-adolescentes ficavam ainda mais agitados nessa circunstância –, ocorreu algo que colocou em xeque a premissa de tentar resolver tudo primeiro por meio do diálogo.

A PRIMEIRA AGRESSÃO

A aluna Larissa do 8º ano C entrou na sala da coordenadora pedagógica correndo e com as duas mãos pressionando as narinas que sangravam. A coordenadora Luzia prontamente se levantou para acolher a estudante, como sempre fazia em uma emergência ou necessidade.

Luzia tinha sido professora alfabetizadora naquela escola de 1992 até 2002. Conhecia todo mundo e tinha boas relações com a comunidade escolar. Em 2003 foi escolhida por seus colegas professores para assumir a coordenação pedagógica, pois a coordenadora anterior havia se aposentado. Nesses três últimos anos como coordenadora, conseguiu construir uma imagem de conciliadora das relações que se davam na instituição. Estava sempre pronta para mediar conflitos e para atender às demandas, com o objetivo de que as aulas ocorressem da melhor forma. Conhecia a maior parte dos alunos (eram tantos!) e se esforçava para atender a todos muito bem e de forma igualitária.

Larissa era uma menina tímida, que tinha dirigido a palavra poucas vezes a Luzia. Porém, ao caminharem em direção ao banheiro que ficava bastante próximo, conversaram bastante sobre o ocorrido. Larissa contou que um colega da mesma sala lhe dera um soco no nariz de maneira inesperada e descabida, só porque ela tinha pedido para ele parar de gritar e pular pela sala, pois queria fazer uma atividade com mais concentração, e isso estava difícil. Já havia muito barulho na classe e esse colega estava tumultuando o ambiente ainda mais.

Luzia imaginou na hora que o professor daquela aula havia faltado e já estava perguntando-se por que um dos inspetores que circulavam pelos corredores não a avisara a respeito para que ela providenciasse um substituto ou para que fosse ficar, ela mesma, com a turma. Mal começou a formular a pergunta para saber qual professor tinha faltado, e Larissa completou, para sua surpresa:

– O pior, coordenadora, é que a professora de artes está lá cuidando das coisas dela e nem deu bronca nele. Aliás, ela nem viu que eu vim para cá pedir ajuda...

“Cuidando das coisas dela? Como assim? O que seriam as ‘coisas dela’ que não fossem a aula e a turma?” Angustiado, preferiu não perguntar nada à aluna, pois inferiu que o ocorrido naquela sala era inadmissível. Afinal, já conversara duas vezes com a professora de artes sobre questões funcionais e atrasos tanto na entrada em sala quanto na entrega das notas.

Tentando imaginar qual seria a mais nova inadequação da parte dessa docente, ajudou a menina a se limpar e, ao perceber que

o sangramento estancara, voltou com ela em direção ao 8º ano C.

Enquanto andavam, conversaram bastante sobre o incidente, sempre na lógica de que nunca se devem resolver as coisas batendo, que o menino estava errado de ter agredido Larissa, que afinal ela só tinha feito um pedido e poderiam conversar sobre isso se ele não quisesse colaborar. Quando Luzia parou na porta da sala, viu uma desordem completa: correria e gritaria entre os alunos, e a professora de artes “cuidando de suas coisas”, como havia lhe relatado a aluna.

A SEGUNDA AGRESSÃO

A professora de artes nem notou que Luzia entrara com Larissa na classe. Estava imersa em problemas pessoais, com seus extratos bancários espalhados pela mesa e anotando em uma caderneta algo que lhe falavam ao celular. A coordenadora ainda observou aquela cena por uns 20 ou 30 segundos. Num arroubo, largou a mão de Larissa, que segurava carinhosamente desde que saíram do banheiro, e, sem maiores ponderações, foi em direção à mesa da professora. Arrancou o telefone da mão dela e, com a outra mão, apertou seu braço, sacudindo-a, como se quisesse fazê-la ver a gravidade daquele tumulto – porém, usando a força. O telefone caiu no chão.

A professora, atordoada, não tinha visto nada, nem sabia que uma aluna tinha sido machucada por um colega e saído para buscar ajuda. Estava absorta em seus problemas financeiros em vez de dar aula, mesmo sendo o horário em que deveria se dedicar a isso.

Os alunos cessaram espontaneamente a balbúrdia e começaram a prestar atenção à cena: a coordenadora Luzia sacudindo a professora de artes pelo braço, exigindo que explicasse o que estava fazendo e cobrando uma posição a respeito da agressão que ela nem sequer notara. Perplexos, tentavam entender se o que acontecia ali era mesmo uma agressão entre os dois adultos presentes. Começaram a comentar o que viam. Mariana deu o alerta:

– Vejam, a Luzia está agredindo a professora, justo ela que sempre nos fala para conversar em vez de resolver as coisas por meio de agressões.

Outro aluno, Pedro, retrucou:

– Mas a Luzia tem razão. Essa professora não presta atenção em nada, tinha mesmo que pegá-la pelo braço, senão como chamaria sua atenção?

Espantada, Janaína exclamou bem alto:

– A coordenadora está mesmo agredindo a professora!

Esta, tentando se desvencilhar da coordenadora, explicava, gaguejando, que vinha passando por uma situação muito difícil em casa, que o marido estava desempregado, que os bancos não paravam de lhe cobrar os empréstimos, que já não sabia mais o que fazer.

Já Luzia percebeu, aos poucos, que deixara a raiva causada pela falta de compromisso da professora com a classe dominá-la por completo. Olhou para os alunos e para a professora e se deu conta de que estava praticando uma agressão física por impulso, provavelmente do mesmo jeito que ocorria todos os dias com os alunos, que orientava para que não fizessem aquilo jamais.

E agora?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Como trabalhar com classes numerosas? Essa é a realidade de muitas escolas brasileiras, tanto públicas quanto privadas, e isso muitas vezes piora a qualidade das aulas. Que estratégias e modalidades didáticas podem ser utilizadas nesses casos?
2. Qual é o papel do coordenador pedagógico na instituição educativa, tanto na relação com os alunos quanto com os professores?
3. Sabemos que só discursar sobre as formas desejáveis de convivência na escola não funciona. Sendo assim, qual é a melhor maneira de trabalhar conteúdos atitudinais com crianças e adolescentes?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Luzia recebeu a aluna sangrando em sua sala após uma agressão e foi logo inferindo o que ocorreu: achou que a sala de aula naquele momento estava sem professor. A falta de um professor ou o trânsito deles entre as aulas justificaria um ambiente propício à agressão?
2. É importante pensar e discutir sobre a reação de Luzia: por que ela teve tal atitude? O que você faria no lugar dela? Como conduziria a conversa com a professora de artes depois dessa situação?
3. Como retomar o fato ocorrido e discuti-lo com os alunos que presenciaram a cena?

Cotidiano em áreas conflagradas: qual o papel da escola?

CASO

Todos os dias, Patrick levanta-se às 5h50 e começa os preparativos para ir ao trabalho. Toma banho para despertar e praticamente não degusta o café, que bebe de pé, encostado na pia da cozinha. É uma correria, pois ainda leva a filha Juliana para a escola, e todos os dias ela demora para levantar-se. Por volta das 6h30, despede-se de Juliana na porta da escola e, em seguida, segue para seu destino. Tem 41 anos, está com os cabelos brancos e foi professor de história e sociologia. Quando pequeno, estudou em escola pública e sempre ressaltou a importância da Educação na vida de cada pessoa. Para ele, a única moeda que não se desvaloriza é a moeda educacional. Patrick atua como diretor-geral de uma escola municipal na zona oeste do Rio de Janeiro.

VIOLÊNCIA DIÁRIA

A escola de Patrick localiza-se em uma das comunidades mais violentas dessa região da cidade. O poder público parece não se importar com as condições de vida das pessoas da comunidade. Quando o governo age, o faz em forma de truculentas operações policiais. A escola tem 378 alunos, com idades entre 12 e 17 anos, cursando o Ensino Fundamental e Médio em turno integral. A maioria vive em condições de extrema pobreza e com o mínimo de higiene e saúde. O diretor ocupa a posição desde 2014, portanto

havia dois anos quando dos acontecimentos deste relato. No passado, a escola ficou conhecida como “sucursal do inferno”, devido à violência interna e às ameaças a funcionários e professores, o que acarretava uma enorme evasão de docentes. Diversos diretores já haviam passado pela instituição.

A violência além dos muros da escola também é muito grande, e os moradores vivenciam suas muitas manifestações todos os dias. A polícia do Estado do Rio de Janeiro frequentemente entra na comunidade em busca de traficantes, e as casas dos moradores são invadidas pela polícia em busca de suspeitos. Segundo relatos, para a Polícia Militar, todos os moradores são vistos como tais. O preconceito é claro: são pobres, negros e moradores de favela, o suficiente para tornarem-se suspeitos. Os tiroteios que ocorrem pela madrugada continuam quando amanhece.

Os responsáveis pelos estudantes sempre foram considerados omissos quanto ao acompanhamento escolar dos filhos. Isso angustiava muito a equipe de direção. Todos os envolvidos no processo educacional se perguntavam: “Como fazer para que os responsáveis sejam mais presentes na vida escolar dos alunos?”; “Como a escola pode contribuir para essa aproximação?”.

Certo dia, a coordenadora Laisa teve a ideia de criar grupos de WhatsApp para todas as turmas, por meio dos quais os responsáveis receberiam todo tipo de informação referente aos filhos. A ideia principal, segundo ela, era estreitar o relacionamento entre escola e família, aspecto que por muito tempo havia sido ignorado por diretores anteriores.

UM DIA ATÍPICO, OU NEM TANTO

Era dia 12 de maio de 2016. Patrick levantou-se no horário habitual e começou sua correria. Juliana, como sempre, enrolava para se levantar. Ele então entrou no carro, que naquele dia demorou a pegar. Pensou consigo: “Já não basta a Juliana me atrasando, agora o carro”. Após diversas tentativas, conseguiu dar a partida.

Ao iniciar seu trajeto diário rumo à sua escola, os grupos de WhatsApp das turmas começaram a questionar se haveria aula. A primeira mensagem era da turma 1701, em que a responsável Ero-

nilda perguntava se a escola abriria as portas. Patrick, intrigado, mas já temendo algum acontecimento ruim, dirigia nesse momento e não podia digitar. Assim, perguntou por meio de áudio:

– Dona Eronilda, bom dia! Por que o questionamento?

Ela responde:

– É que o beco onde moro, conhecido como Pantanal, está cheio de policiais procurando traficantes e eles estão trocando muitos tiros. Estamos deitados no chão esperando tudo se acalmar. Já soltaram fogos e todos nós sabemos que quando soltam fogos é porque a favela está dominada por policiais.

De fato, era sabido que os traficantes que ficavam na vigilância soltavam fogos para avisar aos comparsas quando havia operação policial. Logo em seguida, a responsável pela aluna Kaylane, da turma 1803, escreve:

– Não mandarei minha filha, pois estou com medo e peço para a falta dela ser justificada.

Para o diretor Patrick isso era perturbador. Não havia nenhuma regra nem protocolo a ser seguido nesse caso: fechar a escola ou mantê-la funcionando normalmente?

A CAMINHO DA ESCOLA

Patrick continuou seu trajeto e, mais tenso, começou a pensar no que faria se a operação policial perdurasse até sua chegada à escola. No caminho, ele para em frente à casa da coordenadora Laisa, a quem dá carona todos os dias. Enquanto ele a espera, seus pensamentos se aceleram. Ela ocupa o cargo desde 2015. Professora de inglês, tem um grande sonho: visitar um país de língua inglesa para aperfeiçoar o idioma aprendido ao longo de seus 29 anos de idade. É muito comprometida em suas ações educacionais e investe grande parte de seu tempo montando estratégias para promover a melhoria do desempenho dos alunos. A primeira pergunta que ela faz ao ver Patrick é:

– Já viu os grupos das turmas da escola? Se viu, já tem resposta?

Os dois começam a debater sobre abrir ou não a escola. A coordenadora opina:

– Patrick, acho que não deveríamos abrir a escola. Não param de chegar mensagens dizendo que o clima está muito tenso na comunidade. Querendo ou não, a gente não pode nem tem o poder de guardar cada um que venha à aula.

Ele responde:

– Mas Laisa, o que fazemos com os alunos que chegarem à escola mesmo assim? Mandamos embora? A escola não seria um local mais seguro para eles? Vamos observar se a operação policial está restrita a algum ponto focal da comunidade. De repente é longe da escola e conseguimos abri-la.

No grupo de WhatsApp dos professores também começam a indagar se haveria aula. Eles já estavam cientes dos rumores de violência naquele dia. Para piorar, Amanda, professora de religião, participava do grupo de docentes. Com 58 anos, tinha uma personalidade catastrófica – cada incidente que vivenciava transformava-se no fim do mundo! A atitude era compreensível, pois fora diagnosticada com síndrome do pânico e, após um longo tratamento, contornou a situação. Seu grande medo era que esse problema de saúde voltasse.

A angústia de Patrick e Laisa aumentava. Que decisão tomar? Qual seria a atitude mais sensata – ter ou não ter aula? A hora avançava e Patrick ainda não tinha uma resposta concreta. A dupla chegou à escola e a comunidade parecia tranquila. Porém, devido aos anos de experiência trabalhando ali, ambos sabiam que, quando havia muito silêncio nos arredores, algo estava errado.

REUNIÃO DE EMERGÊNCIA

Já eram 7h10 e os alunos entrariam às 7h50. Ele tinha apenas 40 minutos para resolver. Com Laisa, chama os professores presentes e convoca, às pressas, uma reunião do “Conselho Escola Comunidade” para ajudar a tomar a decisão que fosse considerada a mais sensata naquele momento.

Elisabeth, mais conhecida como Beth, tinha 55 anos; era uma professora antiga na escola, com mais de 15 anos de trabalho. Sempre tinha algo a dizer e pediu a palavra:

– Patrick, gostaria de esclarecer que não se trata de segurança

apenas para os alunos, mas para todos nós, professores e funcionários. Abrir a escola, numa situação dessas, é um absurdo! Caso aconteça algo com qualquer um aqui, responsabilizaremos você por nos colocar em situação de risco.

Patrick, então, sente a face enrubescer devido a um misto de raiva e impotência diante da situação. Ele sabia que Beth sempre vibrava quando não havia aula por qualquer motivo. Achava que ela estava cansada da sala de aula e via, em momentos de conflito, uma oportunidade de ter um dia de “folga”.

Já a professora Margarida, de geografia, atuava como uma espécie de conciliadora de situações críticas dentro da escola. Sempre serena, aos 37 anos de idade, é muito comprometida com seus alunos e entendia o poder transformador da Educação. Com voz tranquila e muito calma diante da situação, ponderou:

– Acho que poderíamos ter aula para os estudantes que conseguirem chegar, já que será muito perigoso para eles voltarem para casa. Pode haver, no meio do caminho, uma troca de tiros entre policiais e traficantes. Como esse aluno voltará para casa sem nenhuma proteção? Como ficará nossa consciência ao saber que uma criança foi atingida por uma bala? Seria mais seguro ficar dentro da escola.

Essas indagações e questionamentos deixavam Patrick muito mais apreensivo do que seguro acerca do que fazer. Sua vontade, naquele momento, era de sumir e não tomar decisão nenhuma, pois qualquer coisa que fizesse poderia se revelar a escolha menos acertada. Sua angústia só aumentava, pois ele escutava vozes de alunos chegando e não tinha a resposta definitiva ainda.

OS RISCOS

Nesse momento, entra na reunião a inspetora Alana. Apesar de seus 33 anos, é funcionária antiga da escola, com 13 anos de trabalho. Conhecia praticamente todos os alunos pelo nome. Adentrou a sala com a respiração ofegante, após ter subido três andares de escadas, e reportou que havia em torno de 180 alunos – 50% do corpo discente da escola – aguardando no pátio para saber se haveria aula. “Seria justo que metade da escola tivesse aula e a outra metade não?”, indagava-se Patrick.

Nesse instante, chega a mensagem da mãe de uma aluna da turma 1902:

“Já enviei minha filha à escola e fui trabalhar. Espero que tenha aula. Caso contrário, ela voltará e ficará em casa sozinha.”

A escola era a única que tinha turmas do 6º ao 9º ano. Todos os alunos eram adolescentes, o que piorava a situação: quando os traficantes fugiam da polícia, procuravam esconder-se entre os estudantes. Patrick lembrou aos presentes que em outra ocasião três elementos armados e estranhos à escola pediram uniformes para se passarem por alunos, escapando assim dos policiais presentes na comunidade. Ele explicou aos professores que foi muito difícil contornar a situação – teve que mostrar o depósito, onde não havia nenhum uniforme para doar, e os bandidos só foram embora após conferirem se ele falara a verdade.

Carlos Henrique atuava na escola como professor de judô havia pouco mais de dois anos. Era um jovem de 25 anos com uma carreira promissora – campeão brasileiro, buscava a inserção do aluno por meio do esporte. Sempre perplexo com a violência que cercava a escola, pediu a palavra:

– O que o Patrick disse a respeito de elementos estranhos aconteceu comigo. Outro dia, na quadra da escola, havia um sujeito que, ao perceber que a polícia entrara na comunidade, pulou o muro da escola e mandou que um aluno guardasse uma pistola dentro de sua mochila. Percebi que o garoto não queria fazer isso, mas que não poderia se negar a fazê-lo, caso contrário sofreria algum tipo de represália quando a situação se acalmasse. Fiquei de mãos atadas. A única coisa que pude fazer, naquele momento, foi finalizar a aula na quadra e levar todos os alunos para a sala. Saímos de uma aula prática de voleibol para uma aula teórica de basquetebol. Por esse motivo, em dias assim, eu prefiro que a aula seja suspensa.

A DECISÃO

Patrick estava ansioso para tomar uma decisão e solicitou uma votação. Naquele dia, os favoráveis a não ter aula venceram. Com o coração apertado, o diretor solicitou à coordenadora Laisa que

enviasse a todos os grupos de WhatsApp a informação de que não haveria aula naquele dia. A mensagem dizia o seguinte:

Senhores responsáveis, bom dia!

Infelizmente, no dia de hoje, não haverá aula. Como é de conhecimento de muitos, a comunidade está perigosa para a circulação dos nossos alunos. Desde já agradecemos a compreensão. A Direção.

A decisão tomada deu a Patrick a sensação de que não era a melhor escolha, pois ele acreditava que a escola era o lugar mais seguro para o aluno na comunidade. Ele sabia da importância daquele prédio enorme, de quatro andares, para a proteção dos estudantes. No entanto, a decisão não poderia ser somente dele, uma vez que a escola sempre primara pela gestão democrática.

Patrick se dirige à frente da escola, olha para a comunidade e observa uma certa tranquilidade. Ao longe, apenas uma fumaça. Era a conhecida “ponte preta”, quando traficantes colocavam fogo em pneus para informar que a polícia havia entrado e para obstruir a passagem das viaturas que tentassem avançar. Com um copo de café na mão, sente-se angustiado, pensando nas crianças que voltaram para suas casas em meio a tanta violência.

AFLIÇÃO DE MÃE

O diretor volta para sua sala e começa a fazer seus trabalhos burocráticos. De repente, entra uma mulher na casa dos 30 anos que, com voz exaltada, pergunta pelo diretor da escola. Era mãe do aluno Wendel, da turma 1803. O garoto voltara para casa e, no meio do caminho, fora abordado de forma grosseira pela polícia. A mãe dirige-se a Patrick asperamente:

– O senhor é o diretor? Gostaria de dizer que foi muita irresponsabilidade sua liberar as crianças que aqui estavam para voltar para casa! Meu filho correu um grande risco de ser confundido com bandidos e acabar levando um tiro! Se acontecesse alguma coisa com ele, com certeza iria processar você! Por acaso o senhor tem filhos? Coloque-se no meu lugar. Gostaria que seu filho fosse deixado em perigo por causa da irresponsabilidade de um diretor?

Prontamente, Patrick respondeu:

– Mãe, após uma exaustiva reunião, o “Conselho Escola Comunidade” achou melhor suspender a aula, pois o clima estava muito tenso na comunidade. Pode ter certeza de que fizemos com a intenção de proteger as crianças.

A mãe pediu que isso não se repetisse. Porém, o diretor sabia que operações policiais em busca de traficantes eram constantes na comunidade. Qual decisão tomar da próxima vez?

A REFLEXÃO

Novamente, Patrick chama a coordenadora Laisa e pergunta se tomaram a decisão correta. Está angustiado em saber que os adolescentes foram para casa sem segurança alguma. Toma mais uma xícara de café para tentar se acalmar, mas o sentimento de culpa continua a rondá-lo.

Às 17 horas, após um dia exaustivo, Patrick passa as mãos no cabelo com força e, ao olhar para o chão, vê uma bolinha de papel. Dá um chute nela com a intenção de extravasar toda a tensão do dia. Ao fechar a escola logo depois, tem a certeza de que não seria a última vez que teria de escolher entre abrir ou não a unidade, e volta para casa com a sensação de que não existirá nunca uma solução correta para o problema.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Você acha que professores e alunos devem ir para a escola em dias de conflito?
2. Em uma área conflagrada, é mais perigoso para o aluno ir para a escola ou ficar dentro de casa?
3. Se você fosse um professor da escola, qual posição adotaria na reunião do “Conselho Escola Comunidade”?
4. O “Conselho Escola Comunidade” deveria criar uma regra para esses dias ou avaliar o que fazer a cada ocasião, dependendo das circunstâncias?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Há casos em que uma equipe gestora se encontra diante de dilemas cuja resposta não pode esperar. Como essa equipe pode achar a “melhor” solução para momentos como o descrito no caso?
2. Quais motivos deveriam justificar a abertura ou o fechamento de uma escola?
3. As escolas localizadas em comunidades devem apenas ensinar ou também proteger os alunos em situações de risco?

Repercussões da violência doméstica no ambiente escolar

CASO

Clara entrou na sala dos professores da escola Tradição em busca de Maria, professora de português, que tomava um café na companhia de outras colegas no intervalo.

– Vem cá, preciso falar com você, urgente – disse Clara, aflita, sem cumprimentar ninguém.

Todos estranharam o comportamento dela, que era sempre afetuosa e cordial com todos. Algo grave havia acontecido. Maria largou a xícara na mesa e ambas retiraram-se para um canto da ampla sala de professores.

– Você viu que André está com a mão engessada? – perguntou Clara à colega e, sem esperar uma resposta, continuou com a informação. – Foi o pai dele quem quebrou.

A PROFESSORA

Clara trabalhava na escola desde sua inauguração, seis anos antes, ensinando história para as turmas do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental. No início era apenas mais uma escola e mais alguns alunos, mas o tempo fez com que laços de afeição e respeito mútuos fossem fortalecendo os vínculos entre a professora e seus alunos. Agora, aqueles eram seus meninos e meninas, e sentia-se orgulhosa por poder oferecer a eles uma escuta atenta e um afeto sincero, além dos conteúdos escolares.

A professora residia em outra área da cidade e atravessava os 20 quilômetros que separavam sua casa, em um bairro de classe média alta, da escola sempre motivada pela possibilidade de fazer

a diferença na vida daquelas crianças. A escola Tradição era uma instituição privada de aproximadamente 2 mil alunos que ficava em um bairro afastado da área central, com pouca oferta de trabalho, mas com comércios, bancos, shopping centers e uma rede de transporte variada. Segundo dados oficiais, a população do bairro era composta por famílias de renda baixa, com média vulnerabilidade social. A escola fazia parte de uma rede mantida por membros de uma corporação de agentes de segurança pública que oferecia, a filhos de policiais militares e civis, um ensino de qualidade superior à da rede pública. As mensalidades eram proporcionais à patente dos responsáveis, e na escola estudavam filhos de coronéis – os mais graduados da corporação, que pagavam o valor integral – e também filhos de soldados, que recebiam uma bolsa significativa. Filhos órfãos de policiais tinham bolsa integral. A escola também acolhia filhos de famílias do entorno, sem relação com a corporação policial.

O ALUNO ANDRÉ E SUA IRMÃ ISABELA

André, de 12 anos, estudava no 6º ano, e sua irmã Isabela, de 5, era aluna da Educação Infantil. Ele era um menino gentil, com um processo de aprendizagem mais lento que o dos demais alunos da turma. Tinha lacunas de aprendizagem no processo de leitura e escrita que haviam se acumulado ao longo dos anos iniciais da Educação Básica. Participava das aulas de maneira irregular, às vezes atento e interessado, fazendo perguntas e colocações pertinentes; outras vezes dormia com a cabeça na carteira ou brincava com os colegas durante o trabalho em sala.

Isabela era uma menina doce e muito afetuosa. A professora de sua turma sempre comentava como ela conquistava as outras crianças. Inteligente e sempre solícita, realizava todas as atividades prontamente, sem nunca reclamar. A relação com André era muito próxima e ela se orgulhava de ter um irmão mais velho que cuidava dela, lavava sua roupa, preparava a comida e ajudava com as tarefas para casa. Vivia dizendo isso a todos.

O garoto tinha confessado às professoras Clara e Maria que se achava pouco inteligente e percebia que tinha muitas dificuldades

– por isso, muitas vezes acabava brincando com os colegas para deixar de ser alvo das piadas. Queria que a turma acreditasse que ele compreendia os conteúdos e podia brincar; que isso não faria diferença em seu aprendizado.

Alguns professores, como Clara e Maria, buscavam envolvê-lo nas atividades, incentivando sua participação. Outros sentiam-se ofendidos com o comportamento da criança e o expulsavam frequentemente da sala de aula com advertências para a diretoria, punição grave na escola. Havia também os indiferentes, que julgavam que o papel de educador restringia-se a transmitir conteúdos e que, se os alunos não tinham o desempenho esperado, a responsabilidade era deles próprios, que se esforçavam pouco. Para estes últimos, um aluno dormindo em sala de aula tornava-se um problema a menos a ser resolvido.

CLARA E MARIA

Ambas eram bastante comprometidas com seu trabalho, o que as aproximou em uma amizade sólida e as distanciou de muitos dos outros colegas que exerciam suas funções de modo burocrático e pouco envolvido com as crianças. Com mestrado em suas áreas de formação, compartilhavam a convicção de que a Educação pode transformar pessoas e que crianças bem formadas têm a possibilidade de fazer melhores escolhas para suas vidas.

Sentiam-se angustiadas com o ocorrido ao aluno e buscavam na memória se sinais anteriores de violência tinham passado despercebidos por elas.

– André chega sempre com remela nos olhos, descabelado e com a camiseta puída e um pouco suja, você já reparou? – disse Clara.

– Sim – respondeu Maria, demonstrando pena do garoto. – E se você chegar bem perto dele, perceberá que não é sempre que escova os dentes.

Clara contou sua conversa com André. Discutira com o pai quando este voltara do trabalho de segurança de uma casa noturna, às 2 h da manhã. O pai havia ficado furioso porque o menino não tinha feito algumas tarefas de casa; além disso, teria de assi-

nar mais uma advertência enviada pela coordenadora. Durante a discussão, deu-lhe um tapa e jogou-o no chão. Para amortecer a queda, André usou as mãos e aí sentiu uma dor horrível. A mão inchou e o pai levou o garoto ao pronto-socorro, onde a fratura foi identificada, e a mão, engessada.

Consternadas com a situação, ambas decidiram levar o assunto à diretora. Sabiam que tinham o dever de informar os casos de violência sofridos pelas crianças, e a escola tinha por obrigação comunicar ao Conselho Tutelar. A não comunicação poderia, inclusive, resultar em processo por omissão contra a instituição escolar.

A DIRETORA DA ESCOLA

A diretora Isabel trabalhava na rede de escolas Tradição havia muitos anos. Era uma pessoa extrovertida, com formação em Pedagogia, mas sem cursos de especialização ou qualquer outro curso. Muito dedicada, mantinha a escola funcionando de maneira organizada, apesar de não realizar intervenções na área pedagógica. Impunha limites e metas e cobrava de professores e funcionários o cumprimento das regras, que eram muitas. Era respeitada, apesar de todos reconhecerem que não tinha muito traquejo para lidar com questões fora das normas. Era uma diretora do tipo “linha-dura”.

Clara e Maria introduziram o assunto comentando que o garoto aparentava não receber muitos cuidados em casa. Ele mesmo já tinha contado que lavava a própria roupa e era responsável pelo almoço da irmã, Isabela, quando voltavam da escola.

Isabel ouviu tudo atentamente, mas de forma burocrática. Abriu no computador a ficha de André, onde constavam todas as anotações por falta de lição de casa e as advertências por indisciplina ou comportamento inadequado em sala de aula. Por fim, disse:

– O pai é cabo da Polícia Militar e nas vezes em que o chamei para conversarmos ele criou problemas. Não queria deixar sua arma na portaria, como determina o regimento da escola. – E completou: – É tigrão. Esses caras sempre dão problemas.

“Tigrão” era a designação que alguns membros da corporação recebiam. São policiais violentos, nem sempre cumpridores das normas, principalmente aquelas relacionadas à contenção de suas ações violentas. Havia setores que incentivavam esse tipo de comportamento.

As duas professoras argumentaram que estavam cientes de que o pai de André era policial, mas ele tinha agredido o garoto e a escola deveria denunciá-lo ao Conselho Tutelar para proteger as crianças de maus-tratos e outras ações de violência.

Isabel, então, relatou detalhes da conversa com o pai do menino em outra ocasião. Ele lhe contou que a mãe de André e Isabela havia se apaixonado por outro homem e abandonado a família quando a menina tinha apenas 2 anos e o garoto, pouco mais de 9. Desde então, ele cuidava das duas crianças e fazia o máximo esforço para que ambos tivessem uma boa educação porque sabia que corria riscos em sua profissão. Se fosse vítima de algo grave, não teria condições de cuidar deles até a idade adulta.

Apesar da preocupação com os filhos, a vida que levava e a maneira como cuidava deles estava longe de ser adequada para criar duas crianças de maneira saudável. O estresse decorrente da profissão e do excesso de trabalho extra como segurança particular durante a madrugada poderia colocá-las em risco.

Quanto mais a diretora explicava a situação, mais as professoras ficavam assustadas e inseguras sobre qual a melhor atitude a tomar. O pai parecia de fato preocupar-se com os filhos. Entretanto, para mantê-los na escola, ele não poderia ser advertido. Se fosse feita uma denúncia no Conselho Tutelar, a escola teria que comunicar à corporação, e isso resultaria em uma advertência cuja consequência seria a perda da bolsa parcial dos irmãos. Isso poria em risco a permanência deles na escola, já que o pai não teria condições de pagar o valor integral da mensalidade.

A diretora Isabel viu no acontecimento uma oportunidade para resolver um de seus problemas.

– Vamos denunciar. O menino é mau aluno e só contribui para piorar meus índices de qualidade. Tomara que ele saia.

Clara e Maria perceberam, então, que levar o problema para a diretoria não resultara em uma solução rápida e simples. Argu-

mentaram que era melhor refletir com mais calma e conversar com outros professores para decidir que atitude tomar; afinal, se denunciassem o pai ao Conselho Tutelar pela agressão, as crianças precisariam sair da escola e teriam menos oportunidades de receber uma Educação de qualidade. Aquela tinha sido a primeira vez que o garoto aparecera com sinais de violência e poderia ter sido apenas uma situação excepcional que não voltaria a ocorrer. Em outras oportunidades, ele se referira ao pai como alguém que respeitava e admirava.

Quando Maria e Clara estavam deixando a sala da diretora, ela acrescentou que a família do pai morava fora de São Paulo e que não havia contato com os parentes da mãe. Caso o pai perdesse a guarda das crianças, elas seriam colocadas em um abrigo para menores. Chamá-lo para conversar também era um risco – se ele se sentisse ameaçado, poderia mudar as crianças de escola, possibilidade que já tinha aventado quando foi chamado para explicar por que as crianças não realizavam todas as lições de casa.

As professoras precisavam decidir se denunciariam ou não o pai de André e Isabela ao Conselho Tutelar. A denúncia resultaria em uma investigação na corporação, com risco de culminar em expulsão. Desempregado, poderia perder a guarda das crianças e, como o paradeiro da mãe era desconhecido, elas seriam levadas para um abrigo. Ainda que o Conselho Tutelar resolvesse manter as crianças com o pai, no caso de provar-se que elas não corriam riscos, ele perderia as bolsas e elas não poderiam continuar na escola. Porém, não denunciá-lo significava deixar as crianças à mercê de uma pessoa violenta, que poderia voltar a agredir André e até mesmo Isabela.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. É possível justificar a atitude de um pai que faz uso da violência física para disciplinar ou punir o filho? O fato de ter ocorrido uma vez sinaliza que pode se repetir?
2. É correto julgar as atitudes que um pai toma para educar seu filho?
3. Devem-se seguir as regras e as leis sem questionamento ou é preciso considerar o que é melhor para as crianças?
4. Afastar os filhos do pai e, assim, garantir que não sofram mais nenhum ato de violência por parte dele é a melhor alternativa?
5. Caso o pai tivesse que tirar os filhos da escola por ter sido denunciado, mas mantivesse sua guarda, a vida das crianças seria melhor?
6. Caso a denúncia não seja feita e o pai volte a agredir as crianças, professores e instituição escolar podem ser acusados de omissão?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. A instituição escolar é capaz de decidir o que é melhor para a Educação das crianças ou esse papel é da família?
2. É possível identificar atos de violência sofridos por estudantes em salas de aula com mais de 30 alunos?
3. Qual é o limite que define a diferença entre um tapa disciplinador e uma atitude de violência?
4. Como a instituição escolar pode acolher crianças vítimas de famílias desestruturadas? Esse é o papel da escola?
5. A decisão sobre denunciar ou não uma agressão deve ser de quem? Do corpo de professores ou da gestão?
6. Caso a denúncia não seja feita e o pai volte a agredir as crianças, professores e instituição escolar podem ser acusados de omissão?

Poucos alunos, Ideb alto: a escola que não podia fechar

CASO

Em cidades pequenas, as notícias correm rápido como um rastilho de pólvora. Era janeiro, e o que agitava a pequena cidade do interior era o boato do fechamento da escola Professor Robson Garcia. Funcionando há mais de 20 anos no bairro Bela Vista, a unidade atendia crianças de outros bairros e também da zona rural. Infelizmente, a criminalidade havia aumentado muito na cidade, e Bela Vista tornara-se um ponto de tráfico de drogas. Alegando falta de segurança, alguns familiares transferiram os filhos para a escola do centro da cidade, mesmo que isso lhes custasse uma longa caminhada ou gastos com transporte escolar. Para muitas famílias, a escola significava justamente a garantia de que as crianças estariam bem, em um ambiente seguro e acolhedor.

A diretora Terezinha abriu os olhos e viu que já era hora de levantar-se. As férias haviam acabado e não dava mais para espichar a soneca. Imagens do ano anterior lhe passaram pela cabeça: crianças correndo pelo pátio; as aulas de capoeira, que eram um sucesso; a linda festa de final de ano. Ela também recordou as muitas conversas com as famílias e com a equipe de professores. Não foi fácil restabelecer o diálogo depois das ações autoritárias da diretora anterior, mas ela havia conseguido isso durante seu primeiro ano na direção, e o mais importante: ficara evidente a importância da escola para aquela comunidade.

Ela tomou seu cafezinho e verificou que as filhas adolescentes estavam prontas para ir para a escola. Calçou seus inseparáveis tênis e iniciou o percurso até o trabalho. Como ela mesma dizia, os 30 minutos de caminhada até a escola lhe garantiam energia para

os desafios diários. Enquanto pensava em realizar uma reorganização da biblioteca, o celular tocou e ela viu o nome da secretária de Educação do município escrito no visor:

– Bom dia, Suzana! Acordou cedo também?

– Pois é, Terezinha, muita coisa para resolver em início de ano escolar, você bem sabe.

– E como. Hoje iniciaremos o nosso planejamento e uma reorganização dos espaços da escola.

– Isso é ótimo. Mas estou ligando porque o prefeito quer conversar com você ainda hoje.

Ao escutar isso, Terezinha parou de andar.

– Claro, pode marcar. Mas por que tanta urgência?

– Não posso adiantar por telefone, mas tem a ver com a escola. Pode ser hoje às 14 h aqui na prefeitura?

– Pode, sim. Até mais tarde.

A ligação causou tanto incômodo que Terezinha ficou paralisada. Teve um pressentimento, mas logo o descartou. “Vou ter que reorganizar a agenda de hoje”, pensou, retomando a caminhada com o passo acelerado.

Assim que chegou ao portão da escola, escutou alguém chamar seu nome:

– Terezinha, Terezinha!!!

Margareth, mãe do aluno Gustavo, corria sôfrega pela rua:

– Bom dia, Margareth! Pode respirar com calma que não vou sair daqui.

– Preciso falar com você, e é urgente!

“Quantas urgências, e ainda é de manhã!”, pensou a diretora.

– Claro, vamos entrar para a gente conversar.

– Não precisa, aqui tá bom. Estou muito preocupada. Acabei de escutar na mercearia que o prefeito vai fechar a escola.

O pensamento que passou pela cabeça de Terezinha após o telefonema de Suzana voltou com força: estaria a Secretaria de Educação reavaliando a manutenção da escola? Ela não deixou transparecer sua preocupação e acalmou a mãe:

– Calma, Margareth. Não estou sabendo de nada. Estou aqui e vim trabalhar hoje, você não está vendo?

– Mas todo ano é a mesma coisa – desabafou a mãe, muito

angustiada –, ameaçam fechar a escola porque tem pouco aluno.

– Mas no ano passado trabalhamos muito e todo mundo viu como a escola é importante para o bairro Bela Vista, não foi?

– Isso foi, Terezinha. Você e os professores são muito dedicados, e nós do bairro sabemos disso. Mas não são vocês que decidem se a escola vai funcionar ou fechar.

– Margareth, eu não tenho informações. O que posso lhe dizer é que hoje nós vamos planejar e preparar a escola para a chegada das crianças.

A mãe afastou-se um pouco mais tranquila, pois confiava muito em Terezinha. Mal sabia que agora era a diretora quem estava muito apreensiva.

MUITOS DADOS E UMA DECISÃO

A suspeita de Terezinha confirmou-se logo no início da reunião na Secretaria de Educação. O prefeito e seus assessores trouxeram diversos dados que demonstravam os altos custos da escola. A diretora argumentou sobre a importância da unidade para o bairro, disse que as famílias eram participativas e que as crianças, por ficarem em período integral, tinham um ambiente que lhes garantia aprendizagem e segurança. Mesmo assim, o prefeito declarou:

– Terezinha, reconheço seu empenho e a importância da escola, mas as crianças serão transferidas. Não podemos manter uma escola só para 60 alunos.

– Mas, senhor prefeito, como eu expliquei, a escola é um dos melhores locais que essas crianças possuem. Muitas fazem as refeições conosco.

– Garantiremos que tudo continue na outra escola – afirmou o prefeito de maneira contundente.

– Mas as crianças terão que caminhar por um longo período e não há garantia de vagas para todas em período integral.

Nesse momento, a secretária de Educação, Suzana, interveio:

– Estamos trabalhando nisso, Terezinha. Só precisamos fazer uns ajustes.

– Vocês trouxeram diversos dados, mas estão se esquecendo de uma coisa: os moradores do bairro Bela Vista não aceitarão o fe-

chamento da escola. Hoje mesmo, pela manhã, uma mãe me procurou preocupada com essa possibilidade.

– Por isso, peço que você convoque uma reunião com os familiares para quinta-feira. Vamos expor os motivos para a comunidade e garantir a qualidade do ensino para as crianças – disse Suzana, encerrando a reunião.

Terezinha saiu arrasada da prefeitura. Todo o trabalho de sua equipe, professores e funcionários não fora reconhecido. Dentre tantos números apresentados, um ficou esquecido: a escola havia obtido a melhor pontuação no Ideb¹ no município. Mas, pelo jeito, o “alto custo por aluno”, como afirmava o secretário de Finanças, pesava mais do que uma escola de qualidade para crianças de periferia.

A SENSÇÃO DE INSEGURANÇA SE INSTALA

Por mais que compreendesse a importância da escola, Terezinha conhecia seus limites, e sentiu-se impotente perante o iminente fechamento. No entanto, precisava conversar com sua equipe e ainda convocar as famílias para a reunião solicitada pela secretaria de Educação.

Os dois dias seguintes consumiram a energia da diretora. Muitos familiares foram à escola preocupados, questionando o motivo do fechamento. Terezinha atendia a todos da melhor forma possível, garantindo que tudo seria respondido na reunião com a Secretaria de Educação. Na conversa com os professores e funcionários, ela repassou todas as informações que havia recebido, mas já não disfarçava seu abatimento. Após escutar atentamente, Mônica, professora havia mais de 15 anos na escola, disse, desanimada:

– Terezinha, há uns cinco anos é essa conversa de que a escola vai fechar. Estou cansada, sabia? Parece que nosso trabalho nem é reconhecido. Fora a insegurança de não saber onde vou trabalhar. Eu amo esta escola, amo as crianças, mas já começo a pensar que é melhor fechar mesmo. Assim resolve e pronto.

1. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

Terezinha viu alguns cabeças concordando com Mônica. Ela não havia pensado em como a situação deixava seus colegas inseguros. Foi quando escutou a voz de Gustavo, o professor de educação física, que disse:

– Mônica, eu entendo o que diz. Aliás, todos nós passamos por isso. Mas a gente não pode esquecer o quanto esta escola é importante para as crianças e para esta comunidade.

Lúcia, secretária da escola e moradora do bairro Bela Vista, completou:

– É isso mesmo, gente. Eu moro aqui e sei como esta escola é necessária para o bairro. Sabe o que não entendo? O problema aqui não é o número de alunos, mas a criminalidade. E eu não vejo nenhuma ação concreta da prefeitura para garantir nossa segurança. Se o bairro fosse tranquilo como antes, a escola teria mais estudantes. Nós perdemos alunos ao longo dos anos porque o bairro ficou violento.

UMA REUNIÃO CONTURBADA

– Nós não aceitamos o fechamento da escola!

– O problema não é a escola. O problema é a violência, e a prefeitura não faz nada.

– Se é para economizar, vá economizar em outra coisa, não na Educação das nossas crianças!

Da porta, Terezinha observava as falas indignadas dos pais. Suzana e seus assessores se depararam com uma sala repleta de mães, pais, avôs e avós que demonstravam tensão em suas fisionomias. A secretária deu diversas explicações sobre a necessidade de fechamento da escola e garantiu que os alunos estudariam na unidade do centro da cidade. Maristela, vereadora e moradora do bairro, foi convocada pelos familiares para participar da reunião e falou em defesa da escola. Um assessor foi rebater as questões por ela levantadas e os ânimos se exaltaram. Muitos pais começaram a falar que não aceitariam o fechamento da escola e que, se preciso fosse, ocupariam o prédio da prefeitura. Para eles, o bairro Bela Vista já era suficientemente desprezado pela administração municipal, que, ainda por cima, queria fechar o que havia de melhor, a escola Robson Garcia.

Suzana percebeu que fechar a escola seria mais difícil do que fora previsto. Não havendo mais espaço para explicações, juntou seu material e, com sua equipe, retirou-se.

ENVOLVIMENTO DE TODOS

Dois dias depois da conturbada reunião, Terezinha recebeu uma ligação de Suzana dizendo que, após uma nova avaliação, a escola não seria fechada. Ah, foi um dia de glória no Bela Vista! Teve até foguetório! Para Terezinha, a alegria logo se transformou em um senso de responsabilidade ainda maior. Ela lembrava-se muito bem do alerta dado pela secretária de Educação ao telefone:

– Terezinha, a escola não será fechada este ano, mas vocês não podem perder alunos. O ideal é que consigam mais crianças.

A primeira ação da diretora foi convocar uma reunião com professores e equipes da secretaria, limpeza e cantina.

– Pessoal, obrigada pela presença de vocês. Estamos muito felizes que a nossa escola não fechará.

– E como estamos! Nós gostamos muito de trabalhar aqui – afirmou o professor Gustavo.

– Minha satisfação é grande em escutar isso – respondeu Terezinha. Não podemos esquecer que temos um grande desafio: a escola não pode perder nenhum aluno. Aliás, melhor seria que mais crianças se matriculassem.

– Mas existe muito preconceito com a nossa escola, por sermos de periferia. Até pais aqui do bairro colocam as crianças para estudar na escola do centro. E ainda tem a violência – lembrou Carmem, professora do 4º ano.

– Pois nosso desafio é mostrar para o bairro e para toda a cidade que desenvolvemos um ótimo trabalho aqui. Que temos uma escola organizada, segura e feliz para as crianças evoluírem. Conto com todos vocês! – convocou uma esperançosa Terezinha.

Dorinha, a cozinheira da escola, pediu a palavra:

– Sou moradora aqui do bairro e vou conversar com todo mundo. Garanto que comida gostosa e saudável vai ter para a criançada crescer e aprender. E um cafezinho gostoso para os professores, porque sei que vocês gostam.

DESAFIOS DIÁRIOS

Há alguns dias a sensação de que algo não andava bem no 2º ano, a turma da professora Daniela, incomodava Terezinha. Ela bem se lembrou da crise de choro de Marisa na porta da sala, quando a garota se negou a entrar porque não queria fazer a avaliação. Em seguida, veio à sua mente a imagem da professora substituta contando-lhe como as crianças reagiram à chegada dela, aplaudindo e perguntando, insistentemente, se ela voltaria no outro dia. Ao olhar o relógio, a diretora percebeu que já era hora de atender Odete, mãe do Renato, aluno do 2º ano.

– Oi, Odete, tudo bem? Temos uma reunião agora, correto?

– Temos, sim, Terezinha. Vim aqui porque não sei mais o que fazer com Renato – desabafou a mãe visivelmente preocupada.

Terezinha percebeu o olhar preocupado de Cláudia, a coordenadora da escola, que também estava na sala.

– Odete, explique melhor o que está acontecendo com Renato.

– Terezinha e Cláudia, vocês conhecem o Renato. Ele nunca me deu trabalho para vir para a escola, nunca mesmo. Mas há dias ele chora e não quer vir de jeito nenhum.

– E ele lhe disse o motivo, Odete? – perguntou a coordenadora.

Visivelmente constrangida, Odete respondeu:

– Terezinha, você sabe que eu gosto muito daqui. Fui uma das mães que lutou para não fecharem esta escola. Depois que você virou diretora, a gente percebeu que pode falar as coisas, por isso tomei coragem de vir. O Renato tem reclamado muito da professora Daniela, ele diz que ela é enjoada demais. Não quer vir à aula de jeito nenhum e, se continuar assim, terei que tirá-lo.

– O que ele quer dizer com enjoada, Odete? – questionou Terezinha.

– Ele disse que a professora só reclama dele e dos colegas, diz que são preguiçosos e não os deixa ir ao banheiro. Você já viu as tarefas que ela passa? Outro dia foi uma de cinco páginas que Renato não conseguiu fazer. Isso tá errado, Terezinha.

A conversa durou mais alguns minutos. A diretora garantiu a Odete que entenderia melhor a situação e tomaria as providências necessárias. Após a saída da mãe, perguntou à coordenadora:

– Cláudia, você já conversou com Daniela sobre a quantidade excessiva de atividades?

– Sim, e mais de uma vez. Ela não aceita nenhuma crítica e sempre diz que as crianças não querem estudar e que fazem muita bagunça.

– Sei que Daniela é uma professora que domina os conteúdos, mas a sala de aula, principalmente com crianças, é mais do que isso. A afetividade, a paciência e o respeito ao tempo de cada um são essenciais para o desenvolvimento pleno das crianças. Precisamos entender o que se passa no 2º ano e resolver esse problema.

NOS CORREDORES DA ESCOLA

Enquanto Terezinha e Cláudia conversavam, Carmem, professora do 4º ano, esbarrou com a colega Sílvia e foi logo comentando:

– Você viu que uma mãe do 2º ano veio procurar Terezinha? Aposto que veio reclamar da professora Daniela.

– Não dá para sabermos se foi isso, Carmem – amenizou Sílvia.

– Mas é claro que é! Não lembra como foi há dois anos? Choviam mães e pais reclamando aqui. Uma mãe foi pedir ao prefeito a demissão dela.

– Mas Daniela é uma professora efetiva, que passou em concurso público, assim como nós. Ela tem estabilidade no emprego e não pode ser demitida – afirmou Carmem.

– Para resolver, ela virou professora eventual ano passado. Cláudia veio com essa ideia novamente este ano e eu não aceitei. Nós temos um acordo de rodízio para sermos eventuais e seria muito errado descumprir isso para privilegiar uma professora que nem trabalha bem.

– Realmente Daniela é uma professora que não se envolve nas atividades coletivas da escola, nem ajudou a organizar a festa de fim de ano...

– Se fosse só isso estava bom. Ela não aceita a opinião de ninguém. Se é assim com a gente, pensa com as crianças. Por isso que aluno dela chora todo dia.

– Tenho visto isso também. Espero que Terezinha resolva essa situação.

– Espero também, mas que não venha prejudicar a gente, não é?

PROFESSORA ENJOADA OU EXIGENTE?

Nitidamente incomodada com a fala de Terezinha na reunião, a professora Daniela afirmou:

– Então agora você vai acreditar em tudo que as crianças dizem? E esses pais escutam só o que eles querem. Quando eu chamo aqui na escola, eles não querem vir.

– Daniela, não se trata de escutar mais um ou outro – ponderou educadamente a diretora. – Estou aqui conversando com você para entender o que está acontecendo. As crianças e seus familiares têm apresentado um quadro de dificuldade em relação...

Interrompendo a diretora, Daniela afirmou:

– Meus alunos não têm que gostar de mim, eles têm que aprender, e é isso o que eu faço: sou professora, ensino e sou exigente! Não tenho culpa se eles são preguiçosos e não querem estudar.

– Daniela, é importante que nossos alunos aprendam e estejam felizes aqui na escola. Lembre-se de que nós não podemos perder alunos de jeito nenhum.

– Lá vem você de novo com esse papo de felicidade. Para você é isso, deixar as crianças felizes e não perder alunos. E a minha felicidade, onde fica? Por mim, que feche a escola. Eu sou efetiva e vou para outro lugar.

Terezinha imaginou que toda a equipe estava disposta a lutar pela escola, mas pelo jeito, havia se enganado. O que fazer? A escola não podia perder alunos. Exausta, olhou pela janela e viu mais duas mães de crianças do 2º ano chegando, ao mesmo tempo em que escutava a voz de Lúcia dizendo que transferiria uma ligação da secretária de Educação.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O que justifica o fechamento de uma escola?
2. É papel dos funcionários atuar contra o fechamento de uma escola?
3. Como consolidar uma parceria efetiva com a comunidade, que fosse além da preocupação em manter a escola aberta?
4. O que o grupo gestor de uma escola pode fazer para criar um ambiente de trabalho feliz para todos?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. A escola deveria ser mantida mesmo em um bairro violento?
2. O que a diretora poderia fazer para aumentar o número de alunos?
3. Que ações a diretora poderia realizar para resolver o problema da professora Daniela?
4. Como a direção deve utilizar as informações trazidas pelos pais e pelas crianças? Pode-se confiar em tudo que é dito?

Pautas identitárias

Quando professor e aluno têm visões de mundo conflitantes

CASO

O carro sacolejava, e, de repente, Hannah acordou de seu conduzir quase no automático. Os buracos no asfalto a fizeram sentir que estava chegando a seu local de trabalho.

Eram 6h40 de uma manhã nublada de outono e ela tinha que se apressar, pois entraria em regência às 7 h e ainda tinha de montar o equipamento de *data show*, o microfone e todos os apetrechos que usava para incrementar sua aula; além, claro, de buscar as cópias da apostila, que estavam na reprografia da escola. Mesmo tendo de cumprir inúmeras tarefas, a história com aquela menina não saía da cabeça da jovem professora.

Como ela, a escola tinha pouco tempo de existência. Apenas 16 anos antes, São Sebastião, cidade satélite de onde saíram os tijolos para a construção da capital do Brasil, recebera a primeira instituição de Ensino Médio para atender a população que aumentava. Havia muito mais jovens do que vagas na escola, o que fazia com que as salas de aula ficassem superlotadas. A Educação não era uma prioridade.

Assim como em outros centros de ensino de periferias urbanas brasileiras, os muros eram altos, havia grades nas janelas e um guarda armado vigiava a porta da escola. A instituição, um dos poucos aparatos do Estado presentes naquele ambiente, optara por isolar-se da comunidade para sobreviver naquela realidade tão hostil – conflitos entre traficantes e as forças de repressão eram uma constante.

Hannah tinha todo esse contexto em mente ao tentar entender por que não conseguira trabalhar a contento com uma aluna

tão brilhante quanto Júlia, estudante de 16 anos do 2º ano do Ensino Médio. Professora de língua portuguesa, realizava um projeto sobre narrativas históricas integrado a sua disciplina. Seu trabalho visava promover, entre outros aspectos, estratégias de iniciação científica na orientação de pesquisas de cerca de 350 alunos de sete turmas. Havia um positivismo inerente à distribuição disciplinar dos conhecimentos, mas, em razão de seus estudos acadêmicos, a professora buscava romper com os muros tanto da escola como das epistemologias que deveriam ser abordadas na formação básica dos jovens brasileiros. Ela queria possibilitar o desenvolvimento de instrumentos por seus aprendizes, para que se tornassem capazes de pensar com autonomia e, acima de tudo, de exercer a cidadania por meio do uso das linguagens.

Esse projeto significava muito para ela, pois precisara remar contra a maré de descrédito e tradicionalismo para propor um trabalho interdisciplinar que, ainda por cima, pedia que os jovens não fossem meros reprodutores de informações decoradas para testes. Em vez disso, deveriam efetivamente produzir conhecimento por meio de ferramentas científicas. A coordenação, bem como a direção, tinha dado espaço para a realização de diferentes trabalhos, mas não apoiava os professores quando emergia qualquer questão ou reclamação. O trabalho docente era sempre uma empreitada solitária e qualquer elemento que saísse do esperado seria posto na conta do professor.

Isso se agravava ainda mais por não existir uma consciência de classe entre a equipe docente. Os pares de Hannah eram, na maioria, bem mais velhos que ela e haviam se formado a partir de concepções de mundo muito diferentes. Por esse motivo, não a viam como uma igual.

Com a mudança para a escola pública básica, ela, que no começo da carreira dera aulas para turmas de graduação e especialização em Letras, fazia-se inúmeros questionamentos a cada decisão que tomava em suas aulas. Tinha dúvidas sobre disciplina, sobre o rigor de suas avaliações e sobre as condições de vida de seus alunos, entre outras. Por exemplo: “Deveria ou não chamar a atenção de alunos que não colaboravam?”; “Podia pedir aos jovens que comprassem folhas de papel almaço ou canetas coloridas para os trabalhos?”.

Apesar da autocobrança constante, até aquela altura, por maiores que fossem as dúvidas, Hannah tinha tranquilidade quanto às escolhas que havia feito e sentia-se com a consciência tranquila o suficiente para dormir à noite. Entretanto, uma aluna mudara isso. Ela havia escolhido um caminho que não poderia “descaminhar” e não sabia como resolver a questão.

CONSERVADORISMO E TOMADA DE CONSCIÊNCIA

Além de problemas relacionados à pobreza, à criminalidade, ao baixo letramento das famílias, ao pouco acesso aos bens simbólicos e materiais da sociedade, o que, fatalmente, resultava nas dificuldades enormes apresentadas pelos estudantes, a comunidade atendida era composta por pessoas conservadoras, que tinham muita resistência a qualquer proposta inovadora. Assim, questionar o estado de coisas se tornava uma tarefa ainda mais árdua, mesmo sendo aquela comunidade um polo fraco no contexto de exploração econômica e social que caracteriza a desigual realidade brasileira. Famílias, estudantes, bem como alguns de seus colegas de trabalho apresentavam posicionamentos profundamente preconceituosos, arraigados na tradição segregadora – racista, machista, colonial.

Estava sendo muito difícil para Hannah realizar o que planejava para o período letivo. Havia, entretanto, muito engajamento de sua parte para que o processo fosse bem-sucedido. Tratava-se de uma professora pesquisadora que queria “mudar o mundo por meio da Educação”, como costumava dizer quando alguém lhe perguntava por que escolhera seguir a carreira do magistério público. Assim, procurava utilizar métodos de ensino inovadores e abordar temas sociais relevantes em suas aulas. Levava textos variados, músicas, filmes, livros e jogos didáticos. Tinha até investido seu parco salário em um aparelho de som com microfone, um *data show* e um bom computador portátil para poder desenvolver estratégias necessárias ao aprendizado de jovens nascidos na era da informação. Apenas “cuspe e giz” (como se dizia) não promoveriam dinâmicas significativas para seus alunos.

Investia muita energia, dinheiro e força de vontade para que a escola fosse transformada de dentro para fora. Contudo, os li-

mites estruturais faziam-se sentir. Eram 30 horas de regência por semana, ou seja, horas em que tinha de estar em sala de aula com sete diferentes turmas de 1º e 2º anos do Ensino Médio. Cada uma contava com 45 a 50 alunos em salas pequenas, nas quais mal caberiam 30 jovens. A pouca ventilação, a iluminação precária, a lousa de baixa qualidade, as carteiras quebradas e a superlotação começavam a pesar.

Hannah era sempre pontual, mas não tinha tempo para nada. Cronometrava as tarefas para poder dar atenção ao marido e aos filhos pequenos – um deles, ainda bebê, mamava no meio da madrugada – e ainda chegar com ânimo para dar seis horas de aula seguidas. Naquele dia, parou o carro no estacionamento exclusivo para servidores, recolheu seu material e, ao fechar a porta, viu-se refletida na janela do automóvel. Além dos muros altos, aquele estacionamento restrito configurava mais um obstáculo à vivência da escola na comunidade. Era uma escola fechada, cujos servidores tinham medo do público atendido, e isso se fazia ver na arquitetura da instituição. Com textos de Michel Foucault e Paulo Freire ressoando em sua mente, Hannah se viu cansada – a noite mal-dormida estava evidente em sua fisionomia, mas não havia tempo para pensar nisso. O dia tinha que começar e não haveria aula se ela não aparecesse na sala do 2º ano B. Seu pesar ficaria para um momento em que a vida não lhe cobrasse tanto. Ainda haveria naquele dia reuniões de colegiado.

IDEIAS DIVERGENTES: PROVOCAÇÃO OU APENAS AÇÃO?

Em uma das tardes em que as tarefas, mais uma vez, ultrapassavam as horas de trabalho, Hannah recomeçava a jornada depois das aulas da manhã com uma pilha de textos de seus alunos, um café e um par de canetas coloridas sobre a mesa de jantar. Era o começo do ano, e ela ainda não decorara o nome de todos. Assim, corrigir aqueles trabalhos era um momento para conhecê-los melhor, por meio de suas ideias.

Com atenção, ela lia as pesquisas que fundamentariam todo o trabalho planejado para aquele semestre. Havia muito zelo na realização daquela tarefa. Para não violentar seus alunos sobrepon-

do-se à voz deles, procurava fazer o tipo de revisão mais solidária que pudesse. Ela anotava nas margens e espaços em branco das laudas cada elemento a aprimorar, sugerindo formas de reescrita.

Apesar das indicações que dera em sala de aula, havia muitos textos sem fontes, outros com trechos plagiados, vários não seguiam a forma solicitada e não apresentavam coesão e coerência, entre outros problemas, como a fuga do tema. Alguns desses escritos, mesmo com muitos problemas, foram fáceis de revisar e foi natural indicar caminhos para a reelaboração das pesquisas. Um, porém, trouxe enorme desconforto por seu teor.

Tratava-se da tarefa de uma menina chamada Júlia, cujo nome não associara a um dos rostos que vira há pouco em uma de suas turmas. O texto estava bem escrito para o nível de ensino e seguia o padrão solicitado para a elaboração do projeto de pesquisa, entretanto o escopo fugia à proposta feita em sala de aula. Será que havia ali uma provocação? Ou a aluna só não tinha atentado para os objetivos da atividade?

Com uma caneta verde (evitava o vermelho, com base nos seus estudos de Gestalt) e caprichando na caligrafia, traçou várias orientações para a reescrita do trabalho. Além de dicas de ortografia e sintaxe, escreveu algumas perguntas para orientar o trabalho: “De onde você tirou isso?”; “Qual a fonte?”. A forma do trabalho, todavia, não era o problema maior ali. Avolumavam-se ideias bastante taxativas, que reiteravam o senso comum, negando muito dos avanços científicos. Aos poucos, crescia o desconforto com o que lia, até que em determinado trecho encontrou a seguinte frase: “O fascismo, então, era a melhor opção”. Tamanho foi o espanto que aquelas palavras causaram que, ao lado daquela ideia, escreveu: “Como é?! SOS!!!”.

Ao final da leitura, bastante irritada e triste com o que uma menina de 16 anos havia escrito, sugeriu, no cabeçalho, junto à nota do trabalho, que ela refizesse a pesquisa atendo-se à delimitação temática definida quando da explicação da tarefa. Como aquela jovem receberia as observações? Por mais que pensemos antes de falar ou escrever, muito do que sentimos fatalmente transparece em nossos textos – como separar, então, quem somos da função que devemos desempenhar?

O CONFRONTO

Chegou o momento de devolver os textos revisados, e Hannah propôs uma oficina de reescrita. Cada estudante tomou seu posto e pôs-se rapidamente a trabalhar. Uma menina, então, pediu para sair da sala. A professora assentiu, pois parecia algo como uma ida ao banheiro. Ela, entretanto, não retornaria para assistir às aulas no restante do período. Na correria, a ação ficou em suspenso, não foi ressignificada, e Hannah não se deu conta do que havia começado ali. Tratava-se de Júlia, a aluna cujo trabalho havia sido tão difícil de corrigir.

No dia seguinte, Hannah estava pensando sobre o muito que ainda precisava fazer na jornada enquanto tomava um café na sala dos professores. As listas mentais do que deveria realizar foram, então, interrompidas pelo chamado de um colega, que informou que havia uma aluna esperando-a no corredor. As duas se cumprimentaram, mas, evidentemente, algo não estava bem. A menina tinha nas mãos o trabalho revisado e, muito inquieta, porém com uma fala respeitosa, disse à professora que, se não fosse aquele o tema, não daria sequência ao trabalho. Hannah tentou argumentar, mas Júlia não queria nada a não ser o aval para seguir na linha de pensamento que havia escolhido.

Seguiu-se um embate que a professora não tinha como prever:

– Você tem que se lembrar do que eu falei em sala de aula. Lembra que eu disse que vocês deveriam pesquisar algum acontecimento da história do século XIX e associar com uma obra de literatura romântica ou realista? – perguntou a professora.

– Eu sei, mas não quero falar sobre isso. Isso não tem importância. Quero pesquisar sobre o século XX –, a aluna explicou.

– Entendo, mas você precisa fazer como seus colegas.

– Eu não vou perder meu tempo pesquisando uma coisa pela qual não me interessa.

– Está bem, mas veja que você precisa se ater ao que foi proposto e ao que está no currículo para o 2º ano do Ensino Médio.

– Eu não vou fazer uma pesquisa sobre algo em que não acredito, isso não tem nada a ver. Você falou que a gente poderia escolher.

– Eu sei, mas há uma delimitação. Mesmo que vocês possam escolher, tem que ser coerente com o projeto maior do semestre,

e tem que ser levado em consideração que você não usou fontes científicas, há um tanto de preconceitos e de ideias do senso comum no seu texto. Por que você não pensa um pouco sobre isso?

– Não quero e não acho isso justo, porque você disse que a gente tinha que falar sobre algo que nos inquietasse.

– Ok. Mas você vai ficar sem as notas das próximas atividades então.

– Tudo bem! Sinto muito, mas não vou reescrever este trabalho.

A professora Hannah tentou manter a calma, mesmo com o coração na boca. Disse que não permitiria o tema escolhido pela aluna e se refugiou na questão da delimitação da proposta do trabalho. Entretanto, havia muito mais em jogo: eram visões de mundo conflitantes e, assim como a aluna, ela não queria fazer algo em que não acreditasse.

A conversa não encerrou a questão e, pior, não houve construção resultante daquela interação. Era como se tivessem falado, mas não tivessem se ouvido. Júlia ficaria sem nota nas etapas seguintes e isso macularia um boletim quase impecável, como, posteriormente, a professora tomaria conhecimento em um conselho de classe bimestral.

SEM ALUNOS, NÃO HÁ PROFESSORA: SEM PROFESSORA, NÃO HÁ ALUNOS

Depois disso, a aula com a turma de Júlia tornou-se um momento tenso, hostil. As propostas apresentadas a cada encontro pareciam não interessar à turma, com algumas exceções de alunos que demonstravam muito engajamento com sua formação e que, portanto, sempre participavam das aulas. Havia algo de muito errado pulsando sob a aparente apatia da turma, mas a professora não conseguia ler o que aqueles rostos fechados lhe diziam.

Mesmo sem entender o que estava ocorrendo com precisão, sabia que seu planejamento não estava sendo bem-sucedido. Buscou então alternativas, adaptou situações de ensino/aprendizagem, valeu-se de filmes, de análises de músicas e de debates sobre temas sugeridos pelos estudantes, mas nada parecia dar certo. Não era o que Hannah queria, nem o tipo de Educação em que acreditava.

Passadas algumas semanas, um dos alunos da turma, com quem ela tinha melhor relação, decidiu procurá-la após uma aula. Sentados sob uma árvore do pátio, ele lhe mostrou o celular com algo que julgava que ela deveria saber. Tratava-se do grupo de WhatsApp da classe e o tema do debate acirrado entre memes e risadas (*kkkkkk*, *rs*, *ahahahaha*), entre diferentes polos de fala, era Hannah. Uns a defendiam, outros a condenavam (“Nada a ver!”; “Véi, ela é a melhor *profa!*”; “Cala a boca! Ela é uma merda!”). Sentiu um frio na espinha e medo do que poderia sair dali – uma exoneração ou, pior, a dilapidação de sua imagem como profissional. Havia falas de Júlia que expunham sentimentos que ela nunca imaginaria: “Quero ver sangue!”; “Quero ver demissão por justa causa!”; “Ela não pode continuar dando aula!”.

Hannah ficou perplexa. Aquilo era muito sério. Outros docentes poderiam, na mesma situação, ter ficado com raiva, ou mesmo ignorar aquilo tudo. Para ela, porém, as palavras cortavam como navalhas. Seu maior sonho estava em risco. Como era possível que as coisas tivessem chegado tão longe sem que ela percebesse? Como a conjuntura poderia ter-lhe escapado de modo tão primário?

Hannah já enfrentara situações desafiadoras em sala de aula, mas, naquele momento, a surpresa a desarmou. Ficou sem saber o que fazer. Sempre houvera bons debates com aquele 2º ano. Ela estruturava sua sala sempre em roda ou em meia-lua, para poder ver todos os alunos, para que eles a vissem também e, principalmente, para que houvesse diálogo.

Desde o começo do ano, havia uma dinâmica organizada para favorecer o embate de ideias. Certo dia, ocorreram discordâncias na discussão sobre os limites entre a tradição e os avanços científicos, entre o poder de setores da sociedade e a liberdade de pensamento. Cada aluno pôde posicionar-se e, quando chegou a vez de Júlia, ao discorrer sobre “A vida de Galileu”, texto teatral a partir do qual o debate se realizava, a menina disse:

– Essa não é a verdade! A Igreja nunca fez isso, tanto que a Igreja deu condições de Galileu seguir desenvolvendo seus estudos.

Não era possível que Hannah não tivesse percebido o crescente desconforto que havia ali. Agindo como de costume, buscou argumentar a partir de fundamentos de estudos científicos, mas não

houve escuta: a aluna estava fechada em um polo e a professora, em outro, em razão de tudo o que havia estudado até então. Nenhuma das duas era capaz de conversar, mesmo uma falando com a outra. Além disso, havia ali uma plateia ávida por qualquer deslize.

Agora, depois de ter lido uma defesa explícita do fascismo, Hannah conseguia juntar os pontos e compreender a mensagem nas entrelinhas. Mas antes, mesmo sendo linguista, fora incapaz de interpretar o que o contexto e as múltiplas linguagens diziam. Algo inadmissível a seu ver.

Ela remoía todas essas lembranças, tentando encontrar uma saída para o impasse em que se encontrava. Ao voltar para casa, foram inevitáveis as lágrimas durante todo o trajeto, cerca de 40 quilômetros de muita reflexão, mas sem nenhuma perspectiva ou horizonte. Precisava resolver o problema, ou problemas, que agora se somavam e aumentavam a complicação daquela situação.

ENTRE SUSTENTAR UMA POSIÇÃO E FAZER UMA ESCOLHA

Novamente, na mesa de jantar de sua casa, lançando as notas no diário ao fim do segundo bimestre, seus pensamentos voltaram-se para o momento em que escreveu “SOS” no trabalho de Júlia e em sua insistência em manter sua posição, não permitindo que a aluna expressasse uma opinião positiva acerca do fascismo. Nada pôde acalmar seu pesar. Ela a havia silenciado e não era isso, definitivamente, que ela imaginava ser seu feitiço. Sua ética profissional e tudo mais em que acreditava foram postos em xeque por ter fechado o diálogo. “Por que não agi de outro modo? O que eu poderia ter feito? E se ela me processar por ter escrito ‘SOS’?”

Por outro lado, estava amparada pela ciência, pela historiografia, pelo arcabouço legal que regia sua profissão e que dizia ser obrigatório o tratamento de determinados assuntos pelo currículo de cada ano escolar, bem como assegurava sua liberdade de cátedra e sua autonomia metodológica. Até mesmo pelo Enem¹, que por meio de sua redação elimina participantes que defendem po-

1. Exame Nacional do Ensino Médio.

sicionamentos que ferem os direitos humanos. Mas ela não estava ali para eliminar candidatos a ingressar no Ensino Superior. Hannah não poderia refugiar-se atrás dessas frágeis garantias legais e procedimentais. Estava em conflito com sua consciência.

AS CONSEQUÊNCIAS

Infinitas dúvidas ressoavam em sua mente e ela se viu em um beco sem saída. Àquela altura, não seria possível fazer uma escolha diferente – a aluna seguiria em sua turma e a nota até poderia ser recuperada no segundo semestre, contudo o desconforto estaria presente em cada momento dessa relação de trabalho. Foi o que se deu: depois da recusa, de ambos os lados, em ceder, a aluna passou a confrontar sistematicamente a professora nos encontros semanais. Parecia impossível retomar o diálogo, e isso doía muito naquela jovem docente. Mais que isso, ela não sabia o que fazer e não havia ninguém que pudesse orientá-la na direção de alguma possível solução. Era também de solidão o seu dilema, e ela pensava alto diante do computador:

“Como poderia pedir ajuda à coordenação? Nem a diretora vai querer me ouvir. Tenho certeza de que vou ser sumariamente condenada. Como poderia abrir minha sala para a coordenadora ou a diretora, que não vão entender, que não vão ser solidárias? E se isso tomar proporções maiores...? Não posso perder esse emprego”.

Por suas experiências anteriores durante os três anos em que atuava naquela escola, ela achava que não haveria ajuda possível. Mas será que era só isso ou havia algo a mais? Ela sabia que sim; o medo estava ali presente: o que diriam dela? O que seria dito em sua ausência se demonstrasse fragilidade, dúvida? Todas as críticas a suas ideias “mirabolantes”, todas as vezes em que seus métodos tinham sido colocados em questão, tudo seria validado por aquela situação. Os outros teriam razão. Novamente, Hannah optou por manter a posição e nada resolver. Sentia que precisava defender-se, mesmo sabendo que havia errado, mesmo sabendo que também havia acertado quanto ao início de tudo.

Como poderia sair daquele lugar de dúvida e desconforto que a acompanharia a todos os lugares onde estivesse?

MAIS UMA XÍCARA DE CAFÉ E O FAZER DOCENTE

O café esfriava entre suas mãos e Hannah olhava pela janela de sua casa, perdida em muitas reflexões: teria sido autoritária ou aquele fora apenas o duro exercício da autoridade? De qualquer modo, seus objetivos não haviam sido alcançados e uma aluna tinha ficado para trás. Aquela turma, que parecia ser tão boa para o plano de trabalho desenhado no começo do ano, já não a ouvia mais.

Tinha de apressar-se, pois já eram 5h45 da manhã e logo o sinal soaria do outro lado da cidade, anunciando o início de mais um dia.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. O embate de ideias e a liberdade para realizá-lo são fundamentais para a construção de práticas de ensino-aprendizagem realmente libertadoras. Entretanto, como definir limites ao direito de expressão, em situações nas quais ele desrespeita os direitos humanos?
2. Tendo em vista que esse pensamento opressor é tradicionalmente ensinado, lastreando-se no individualismo sectário, como um professor pode construir, em sala de aula, um espaço para o exercício da liberdade de ser e de pensar e para o respeito às demais pessoas?
3. Hoje, as redes sociais virtuais se constroem como espaços sem lei; nelas, o anonimato permite a divulgação de diferentes discursos de ódio sem maiores consequências para os violadores. Como pode um professor, no pouco tempo de contato em sala de aula, realizar um contraponto e favorecer o exercício do posicionamento crítico, ético e moral?
4. Que ações poderiam ser pensadas para que a escola fosse um lugar de aprendizado em que os alunos pudessem construir ferramentas e instrumentos para, criativamente, transpor, por meio de sua prática cotidiana, essas barreiras sociais?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. A professora poderia agir de outra maneira?
2. Que atividades poderiam ser propostas como alternativa?
3. Outro profissional poderia intervir na situação?
4. Em uma relação tão delicada como a que existe entre alunos e professores, é possível recuperar um laço rompido?
5. Pode existir diálogo entre professor e aluno em situações que expõem formas de pensar totalmente antagônicas?
6. Como tratar com equidade e equilíbrio um aluno que pensa e tem valores diferentes dos do professor?

Entrosamento de estrangeiros na escola: como lidar?

CASO

Na região Norte da cidade de São Paulo há várias lojas de confecção de roupas, nas quais trabalham muitos bolivianos que abandonaram seu país de origem por questões econômicas. Eles chegaram ao Brasil para atuar nesse ramo e hoje moram nas fábricas onde trabalham.

Uma escola localizada nessa região passa a receber matrículas de alunos vindos da Bolívia com suas famílias. Antes da chegada dos estrangeiros, a escola já enfrentava problemas de indisciplina e baixo rendimento dos estudantes. Com o aumento dos casos de brigas nos intervalos, principalmente entre os do 6º ano, que passaram a fazer piadas e comentários maldosos sobre os colegas novos nas aulas, a diretora, Samara, convoca uma reunião com os docentes e os pais que fazem parte do conselho escolar. A diretora convoca também todos os professores do 6º ano, uma vez que as brigas ocorrem com mais frequência entre os desse grupo, pois o número de bolivianos nele é maior quando comparado com as demais salas: dentre os 40 estudantes, 15 são estrangeiros. Samara está, como sempre, preocupada com o andamento da escola.

O DIA D: REUNIÃO ESCOLAR

Na abertura da reunião, já foi possível observar que alguns participantes se mostravam insatisfeitos com os rumos da escola e com as ocorrências entre os alunos do 6º ano. Assim que Samara iniciou o encontro, pontuando a necessidade de pensar em uma solução para o aumento de casos de indisciplina em sala de aula

e de brigas no pátio, a professora Daniela, prestes a se aposentar, interrompeu-a dizendo:

– Eu sempre faço o melhor que posso, não tenho condições de fazer mais... Esses alunos ficam me olhando e não sei se eles estão entendendo o que digo, porque não entendo o que eles falam. Sinto como se estivesse em outro país nesta escola, com a diferença de que eu não estou viajando, mas trabalhando. É impossível ensinar matemática para eles. Preciso repetir dez vezes a mesma coisa para os brasileiros que não entendem matemática e 20 vezes para os estrangeiros que não entendem matemática nem português. Eu sempre achei que espanhol e português eram parecidos – ledão engano.

Outros professores do 6º ano concordaram com Daniela e culpam os imigrantes pela dificuldade em dar suas aulas. Já Giovana, mãe de uma aluna, afirmou que não estava muito contente com a escola:

– Nunca vi tanta baderna! Minha filha fica me contando como é a vida na Bolívia. O que isso interessa? Ela precisa saber coisas sobre o Brasil, aprender a ler e a escrever. – Nesse momento, lançou um olhar de crítica para a professora de geografia Letícia, recém-formada, e para a professora de português Juliana.

Letícia entendeu o olhar de crítica e respondeu:

– Os alunos precisam saber sobre o mundo, não só sobre o Brasil. Não vivemos isolados. Os países se relacionam, as pessoas migram e imigram, ninguém vive em um casulo. É importante entender sobre a imigração e a cultura dos diversos povos, até para evitar preconceitos.

Giovana retrucou:

– Então fale você sobre isso e não fique pedindo para um aluno, que mal fala português, contar sobre o país dele. Minha filha contou que ele fala muito devagar e mistura português com espanhol. O tempo da aula é perdido com histórias sobre o país dele. A escola não é para isso.

A professora de português Juliana interrompeu a mãe da aluna e disse que era importante o aluno estrangeiro falar e ter seu tempo para se expressar, pois assim poderia também desenvolver sua habilidade de comunicação em língua portuguesa.

Nesse momento, Janete, uma mãe muito prestativa na comunidade escolar, mas com um temperamento agressivo, falou mais alto, interrompendo a professora:

– Ele pode falar e praticar português no intervalo, mas na sala de aula deve ter aula. Minha filha está aqui para falar melhor, escrever melhor e não chegar em casa dizendo: “Mãe, você sabe que avó em espanhol é *abuela*?”. Agora minha outra filha de 3 anos, que ouviu essa palavra e deve ter achado bonita, só fala isso, tudo é *abuela*. O que é isso? Aí pergunto para minha filha, sua aluna, o que significa uma palavra do texto em português e ela não sabe responder. Mas sabe o que é *abuela*. Pode uma coisa dessa?

A diretora percebeu que os ânimos estavam acirrados e fez uma intervenção, pedindo a todos que refletissem sobre algo a ser feito. Foi quando um pai gritou:

– Feche as matrículas! Desde que aqueles bolivianos chegaram, meu filho só vai mal na escola... E está sofrendo *bullying*. – Apesar de ser um pai presente e de participar das reuniões na escola, Otávio tinha dificuldade de ver seu filho, Augusto, como é de fato, ou seja, uma pessoa com qualidades e defeitos.

– *Bullying*? – questionou a professora de português. – Você não sabe o que seu filho faz na minha aula!

Otávio gritou, chamando a professora de incompetente:

– Você é que não sabe o que acontece na aula! Você não sabe dar aula e fica culpando meu filho.

Augusto era um menino falante e gostava de fazer amigos. Carismático, usava sua liderança para influenciar os colegas na direção do mau comportamento. Como tinha muita dificuldade em português, acabava sempre perturbando essa aula. Tentou fazer amizade com Pablo e Juan, dois bolivianos da sala, para influenciá-los a entrar em seu “grupo da bagunça”. Como Juan e Pablo se recusaram, Augusto começou a fazer comentários maldosos sobre a forma como eles se vestiam e sobre o fato de os dois sempre andarem juntos, insinuando que Pablo e Juan eram “mais do que amigos”.

Além disso, os dois alunos bolivianos foram bem acolhidos pelas alunas brasileiras, o que deixou Augusto enciumado por não ser mais tão popular entre as garotas. Isso aumentou sua raiva a

ponto de um dia iniciar uma briga com Juan, na qual acabou se machucando. Os amigos do “grupo da bagunça”, revoltados, deram uma surra em Juan e em Pablo, que tentava protegê-lo. As meninas ficaram indignadas com a situação e passaram a ignorar Augusto e seu grupo, tornando o ambiente ainda mais hostil entre os estudantes. Quando Otávio recebeu o boletim com as notas e questionou o filho sobre seu baixo rendimento nas aulas, Augusto argumentou que estava se sentindo perseguido pelos bolivianos, que causavam brigas e intrigas na sala.

Diante da intensa discussão entre Otávio e a professora de português, a diretora precisou encerrar a reunião.

Giovana declarou que havia perdido seu tempo com uma reunião em que não se decidira nada. A diretora Samara respondeu:

– Eu entendo sua frustração e também me sinto assim, mas sugiro que cada um escreva seu ponto de vista sobre o assunto e sugestões sobre como lidar com a situação. Prometo ler todos os *e-mails* e depois comunicar minha decisão. A reunião está encerrada.

Os participantes partiram. Alguns estavam insatisfeitos com a decisão da diretora, outros consideraram ter sido aquela a melhor solução, pois a discussão não estava levando a nada. Com sentimento de tristeza e impotência, Samara voltou para sua sala ainda mais preocupada com a situação.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. Que razões levam ao baixo rendimento escolar? Como ele pode ser trabalhado em sala de aula?
2. O professor está preparado para identificar situações de *bullying*? Quais projetos podem ser feitos em sala de aula para lidar com esse tipo de situação?
3. Considerando a afirmação de Paulo Freire (1987, p. 79) segundo a qual “ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo”, de que forma os contextos multiculturais podem proporcionar novas formas de aprendizagem e de conhecimentos para alunos e professores? Qual o papel do professor para balizar a aprendizagem nesses contextos?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Quais são os problemas que você identifica no andamento da reunião? A atitude da gestora poderia ser diferente?
2. Como se pode trabalhar o acolhimento de alunos com origens e trajetórias tão distintas por parte de seus colegas de classe?
3. Como lidar com os problemas pedagógicos que os professores têm em relação à forma de avaliar e de ensinar os alunos com dificuldades de aprendizagem?
4. Como os elementos culturais e linguísticos de alunos estrangeiros podem ser trabalhados em sala de aula com o intuito de maximizar a aprendizagem deles?

Entre as fronteiras: situações de xenofobia em uma escola de Roraima

CASO

Em Roraima, na fronteira com a Venezuela, há uma escola pública de Ensino Médio frequentada por 967 alunos na faixa etária entre 15 e 17 anos. No térreo do edifício, ficam as salas da direção, da orientação e dos professores, bem como o refeitório; no primeiro andar, as 18 salas de aula. A maioria dos estudantes é de baixo nível socioeconômico; seus pais, de modo geral, são autônomos, exercendo atividades como as de diarista, camelô ou pedreiro. Ultimamente, a escola vinha recebendo uma quantidade cada vez maior de alunos oriundos do país vizinho. A crise política e social venezuelana fez com que pessoas com muita qualificação profissional imigrassem e se submetessem a baixos salários, aumentando a concorrência e, portanto, o desemprego. Isso levou os alunos a mudar os hábitos dentro da escola: se antes costumavam comprar o próprio lanche, passaram a aceitar a merenda oferecida pela Secretaria de Educação. Tantas transformações no cotidiano escolar vinham se mostrando um grande desafio para a comunidade, que precisava lidar com uma nova realidade.

O professor Paulo, 42 anos, era de São Paulo, mas chegara ao estado havia 15. Assim como outros colegas, decidira viver ali por ser um lugar tranquilo e oferecer melhores condições de trabalho. Apesar de seus mais de 20 anos de carreira, sempre tentava inovar em suas aulas e fazer com que os alunos se interessassem por geografia. Em geral, ele era muito tranquilo, mas encontrava-se muito

preocupado com a situação de Roraima, embora acreditasse que em breve, com o fim da crise na Venezuela, o resultado da migração em massa seria positivo e as relações com aquele país, antes apenas comerciais e turísticas, adentrariam o âmbito das trocas culturais.

UMA NOVA REALIDADE

Em um passado não muito distante, por causa da valorização da moeda brasileira em relação ao bolívar, eram os brasileiros de Roraima que se dirigiam ao país vizinho para abastecer o carro, fazer compras ou passar férias nas praias caribenhas. Agora, esse fluxo se invertera: os venezuelanos vinham para as cidades de Roraima, mas com o propósito de escapar da fome e da miséria em seu país.

No ano anterior, Paulo desenvolvera um projeto de intercâmbio com os alunos do 3º ano para que eles colocassem em prática os conteúdos relativos à globalização, os quais incluíam os acordos entre nações, como o Mercosul. Para proporcionar um ensino mais significativo, o projeto envolveu um passeio à Venezuela com o objetivo de pesquisar as características de clima e vegetação do país, além das diferenças e semelhanças culturais entre os dois lugares.

Diante da nova realidade, Paulo pensava em como realizar um projeto sobre combate à xenofobia que envolvesse os demais professores e atingisse um maior número de pessoas, talvez ultrapassando os muros da escola.

O PRIMEIRO DIA DE AULA

Após o intervalo, às 9h30 de quarta-feira, o sinal ecoava pela escola e Paulo aguardava a turma do 1º ano para dar sua primeira aula de geografia do ano. Empolgado, ele havia pensado em uma dinâmica de apresentação e preparado uma aula sobre geopolítica, mais precisamente sobre o processo de globalização. A ideia era que os estudantes já se familiarizassem com o conteúdo na primeira semana de aula.

Os alunos finalmente chegaram e acomodaram-se nas carteiras, organizadas em semicírculo. Paulo apresentou-se, deu-lhes

as boas-vindas e listou os objetivos da disciplina, dizendo estar empolgado para iniciar o trabalho. Em seguida, pediu que eles fizessem uma rápida apresentação.

O professor logo sentiu um clima pesado na sala. Notou que a menina que dizia, com sotaque espanhol, chamar-se Paloma estava muito nervosa e com os olhos marejados e inchados, como se tivesse chorado bastante. Por ser a primeira semana de aula, Paulo acreditou que os alunos ainda estavam se adaptando ao Ensino Médio e que logo se entrosariam. Na tentativa de animá-los, disse:

– Vocês vão adorar as aulas! Já vamos iniciar o conteúdo hoje, pois meu objetivo é fazer com que vocês conheçam o mundo por meio da geografia. – E abriu no *data show* a apresentação que preparara.

Quando, porém, começou a falar sobre globalização e processos migratórios no mundo, percebeu que os alunos continuavam dispersos. Então, quis trazer o assunto para a realidade local, na tentativa de fazer com que se interessassem mais pela aula.

– Vocês estão acompanhando o processo migratório dos venezuelanos para Roraima?

Mal ele terminou de fazer a pergunta, Ana gritou, com visível cólera no olhar:

– Sim! Eles estão vindo de caravana para cá! Só para roubar nossos empregos ou fazer coisas erradas! Até nossas vagas na escola estão tomando!

Carolina, que estava ao lado de Ana, complementou, gesticulando e com os lábios trêmulos:

– É verdade! Eles vêm para cá e têm de tudo! Quando íamos para lá, éramos maltratados! Agora é hora de dar o troco!

Perplexo com a situação, Paulo tentou apaziguar:

– Vamos com calma para não ofender as pessoas. Vocês estão se baseando em rumores. Tenho certeza de que vão ter outra visão sobre esse assunto no decorrer do ano. Aliás, quero iniciar um projeto na escola sobre xenofobia. Vocês sabem o que é xenofobia?

Antes que alguém respondesse à pergunta, Paloma, a aluna que parecia ter chorado antes de entrar na sala, começou a falar com a voz abalada, mesclando palavras em português e em espanhol:

– Nosotros no queremos estar aqui! Eu no gosto daqui, desta escola, destas personas! Elas riem de mim. Até o professor de história riu de mim e disse que estávamos aqui para matar a fome!

Paulo, espantado, ficou imóvel por alguns segundos. Naquele momento, esqueceu a conduta que sempre prezara, de não falar dos colegas nem deixar que nenhum aluno o fizesse em suas aulas. Tentou recompor-se e perguntou, franzindo a testa:

– Mas em que contexto ele falou isso?

Paloma, emocionada, não pôde conter as lágrimas e não conseguiu falar. Foi María, que também era venezuelana e abandonara a escola no ano anterior, mas estava de volta, quem contou:

– A situação é a seguinte, professor. Ontem estávamos na fila, esperando que a merenda fosse servida. Conversávamos em espanhol uma com a outra. Foi aí que o professor de história passou e resmungou: “Já não basta esse pessoal vir para nossa cidade pedir esmola nos semáforos e ainda temos de aguentá-los na escola comendo o alimento dos brasileiros?”. Além disso, Paloma foi agredida verbalmente por dois alunos, Carla e João. Dentre os vários xingamentos, disseram a ela que não queriam os venezuelanos na escola e...

Antes que María terminasse, Paulo, ainda atônito com o que ouvira sobre seu colega de trabalho, exclamou com voz grave:

– Vamos parar por aqui! Não quero que nenhum de vocês discrimine outras pessoas! Nenhum tipo de preconceito e xenofobia será permitido nesta sala e nesta escola! Em relação ao que acabaram de contar, acionarei a orientação pedagógica, que certamente tomará providências! Xenofobia é crime e os envolvidos serão punidos!

Na ponta esquerda do semicírculo, Felipe levantou a mão para pedir a palavra. Paulo, temendo que a situação se tornasse insustentável, advertiu que ele poderia falar, desde que não ofendesse os colegas.

Então, o garoto afirmou, quase sussurrando:

– Professor, se o senhor for levar alguém da sala para a direção, então terá de levar o professor de história também, pois ele está envolvido.

Tentando manter a calma, Paulo coçou a cabeça e disse:

– Vamos resolver isso também, mas... cada caso é um caso...

Finalmente o sinal tocou. Paulo sentiu certo alívio, pois precisava organizar as ideias para lidar com aquela situação.

Mentalmente cansado e com o corpo dolorido por causa da tensão, sentou-se atrás de sua mesa e ficou parado por alguns minutos. Tentava encontrar uma saída para aquela nova realidade, que ia muito além de seus desejos e aspirações de que os alunos se apaixonassem por sua disciplina e aprendessem sobre respeito ao próximo.

Por um momento, pensou que seu projeto poderia resolver o problema de convivência entre os alunos. Logo lembrou, no entanto, que naquele mesmo dia, na sala dos professores, alguns de seus colegas proferiram comentários xenófobos contra os venezuelanos depois de lerem uma matéria do jornal local sobre conflitos no abrigo para os refugiados que estavam na cidade. Ele recordou também que, cerca de um ano antes, essas mesmas pessoas haviam se mostrado indignadas com a imagem viral do garoto sírio que morrera às margens de uma praia da Turquia.

Paulo desligou o computador, retirou o *data show* da tomada, guardou seus materiais na mochila, apagou as luzes da sala e fechou a porta. Não havia mais ninguém na escola; o tempo passara sem que ele notasse. Seguiu caminhando pelo corredor, segurando firme a alça da mochila, como se quisesse apoio para não se desequilibrar. Sua cabeça latejava e já não sentia os pés. Enquanto caminhava, não conseguia parar de pensar em como poderia resolver aquela situação. O que deveria fazer? Como poderia solucionar aquele conflito?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. De que modo o professor pode desenvolver uma cultura de respeito ao outro e difundi-la para toda a comunidade escolar?
2. Conhecer o outro, sua história e suas motivações para deslocar-se a um país estrangeiro pode contribuir para a redução da xenofobia no espaço escolar?
3. Como você desenvolveria um projeto que englobasse toda a comunidade escolar para resolver ou atenuar o problema de xenofobia?
4. De que forma a comunidade escolar poderia ser sensibilizada a aceitar os novos alunos?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Qual a atitude mais adequada para Paulo conduzir a situação?
2. Depois do ocorrido, que providências Paulo deveria tomar?
3. Do ponto de vista da ética, ao discutir o tema em sala de aula e tentar entender o que estava ocorrendo com seus alunos, o professor agiu de maneira correta ou deveria ter encaminhado os envolvidos para a diretoria?
4. Como professor, seria prudente Paulo confrontar sozinho todos os implicados na situação ou deveria repassar o ocorrido ao gestor da escola, para que este tomasse as devidas providências?
5. Esse assunto deveria ser abordado por Paulo na reunião pedagógica? Se sim, de que modo ele deveria expor o problema sem ser antiético com o colega envolvido?
6. O professor de história e os demais implicados no problema poderiam mudar o seu olhar em relação aos novos alunos se esse tema fosse debatido com a comunidade escolar?

Gênero e preconceito na Educação Infantil

CASO

Em uma cidade de 15 mil habitantes do interior de São Paulo, havia escolas de Educação Básica urbanas, com turmas de manhã e à tarde, e apenas uma na zona rural, a única também de tempo integral. Alguns pais que moravam na zona urbana, em razão do baixo nível socioeconômico e da necessidade de trabalhar para suprir as necessidades familiares, matriculavam seus filhos na unidade da zona rural. Esses alunos deslocavam-se de ônibus escolar da prefeitura, saindo de casa por volta das 7 h e voltando em torno das 16 h, em um trajeto de 30 minutos. Elizabete, a diretora da escola, não concordava com tais matrículas, uma vez que as classes eram multisseriadas¹, com aproximadamente 25 estudantes cada uma. No entanto, tinha de acatar as ordens da Secretaria Municipal de Educação e, mesmo contrariada, abria as portas da escola rural para muitos alunos moradores da cidade.

Em uma manhã fria e nebulosa de abril, Elizabete, em sua sala, mexia com uma pequena colher o café de sua xícara, que já esfriara fazia um bom tempo. Os últimos dias haviam sido de grandes conflitos para ela.

UM NOVO ALUNO

Tudo começou com a chegada de um novo aluno à Educação Infantil. De família humilde, Horácio era morador da zona urbana e fora

1. Classes multisseriadas são uma forma de organização de ensino em que o professor trabalha na mesma sala de aula com várias séries simultaneamente, atendendo, portanto, alunos com idades e níveis de conhecimento diferentes.

matriculado na escola rural de período integral para que os pais pudessem trabalhar. Um dia, Elizabete, na sala da direção, foi surpreendida por Marta, professora da Educação Infantil, que lhe perguntou se podiam conversar. Sempre aberta ao diálogo, Elizabete, que assumira a direção havia apenas dois meses, acenou para que Marta ficasse à vontade. Assim que se sentou, a professora disse:

– Elizabete, você sabe que dou aulas aqui há muitos anos, mas moro na cidade. No fim de semana, enquanto fazia compras no mercado, fui abordada por Roberta, mãe de Horácio. Ela falou que quer conhecer nossos métodos e práticas de ensino, pois desde que Horácio começou a estudar nesta escola, há quase três semanas, ela percebeu algo inadequado no comportamento dele...

Elizabete, que não tinha experiência em gestão escolar e fora convidada a assumir a direção por seu excelente trabalho como docente, interrompeu-a:

– O que ela quis dizer com “algo inadequado”?

– Roberta deixou bem claro que a escola tem influenciado a sexualidade de seu filho. Contou que, depois de ser matriculado aqui, ele começou a ter atitudes diferentes e estranhas, como pegar escondido as maquiagens e sapatos dela e brincar com as bonecas das primas. Afirmou, em voz baixa, que não quer que Horácio participe de atividades rítmicas nem que fique com meninas durante a hora do brinquedo e nos intervalos. Dito isso, virou as costas e foi embora, sem ao menos me escutar.

A diretora, intrigada, questionou Marta sobre o comportamento do aluno em sala de aula, e a professora respondeu:

– Em cidade pequena, é assim mesmo. Sempre encontram um motivo para criticar a escola. Horácio nunca me deu problemas relacionados a comportamento e aprendizagem. É um aluno cheio de energia, participativo e bastante interessado. De início, não acatava muito bem as regras, mas agora as aceita. Desde os primeiros dias de aula, apresentou mais afinidade com algumas garotas da sala e sempre brinca de boneca com elas na hora do brinquedo.

– E você o deixa brincar de boneca? – indagou a diretora.

– Elizabete, muitos meninos gostam de brincar de boneca, em geral fazendo o papel de pai, tio, médico. Toda criança tem interesse em brincar de casinha, e as bonecas ajudam a imitar o ambiente

doméstico. Portanto, não existem brincadeiras específicas de meninos e de meninas na hora do brinquedo. Eu permito que os alunos utilizem o simbólico para se divertirem com o brinquedo que quiserem dentro da sala de aula. Nunca interfiro na escolha deles.

Elizabete, então, agradeceu as informações transmitidas pela professora, avisando que tomaria algumas providências se necessário.

Dois dias mais tarde, depois de ter observado Horácio durante os intervalos, a diretora decidiu conversar em particular com alguns profissionais da escola que já conheciam melhor o aluno. O primeiro foi o professor de educação física, que, ao ser questionado sobre as atitudes do menino em aula, respondeu:

– Horácio é uma criança incrivelmente habilidosa. Ele é participativo e adora minhas aulas. Não vejo problema algum em seu comportamento. Por que está me perguntando isso? Aconteceu alguma coisa?

Elizabete apenas respondeu que não e dirigiu-se para sua sala.

Batendo a ponta da caneta sem parar na folha que estava sobre sua mesa, ela ainda não compreendera a fala da mãe do aluno. Seria preconceito dela? Como agir em uma situação dessas? A escola estaria interferindo na sexualidade do menino? Horácio tinha apenas 5 anos e, segundo a professora, apresentava características de um brincar sem preconceitos e uma imensa capacidade de viajar no mundo da imaginação.

Ao conversar com a inspetora Zezé, que acompanhava os intervalos dos alunos, ouviu:

– Ah, o Horácio é uma gracinha. Ele está sempre com as meninas. Não me dá trabalho! Vez ou outra já o vi passando batom nas coleguinhas e brincando com maquiagem, mas não há problemas de mau comportamento ou agressividade. Horácio é um bom menino.

Elizabete então ficou surpresa e perguntou qual foi a atitude de Zezé ao deparar com tais cenas. A inspetora coçou a cabeça e, franzindo a testa, respondeu:

– Ué, ele não estava fazendo bagunça. Não fiz nada. Por quê? Devia tê-la avisado?

Embora a diretora acreditasse que isso fosse apenas uma intriga da mãe para com a escola, explicou o fato a todos os funcio-

nários e professores da instituição e os aconselhou a ficar atentos, pedindo que a informassem caso surgissem burburinhos relacionados ao assunto na comunidade escolar.

O TEMPO PASSA

Passaram-se três dias e não surgira nenhuma novidade sobre o assunto. Quatro dias depois, a diretora já não ouvia mais o eco aflito em seu coração. Na escola, apenas risos, sorrisos, felicidade.

Uma semana adiante, porém, logo depois do lanche da manhã, Marta, segurando a mãozinha de Júlia, entrou na sala da direção. Na outra mão trazia um pequeno caderno de capa vermelha com uma grande etiqueta na qual se lia “Caderno de recados”. Júlia era aluna da Educação Infantil e prima de Horácio, mas não morava na cidade. Crescera na zona rural, onde os pais, após muita luta e sacrifício, morando anos em barraca de lona e à mercê do tempo, haviam conseguido conquistar um lote agrícola no assentamento.

Elizabete, então, perguntou qual era o problema com Júlia, e Marta, soltando a mãozinha da menina, respondeu que o problema não era com ela. Abriu o caderninho vermelho em determinada folha e entregou-o à diretora. Não se sentou. Simplesmente pegou de novo a mão da menina e retornou para sua sala.

Intrigada com as poucas palavras de Marta, apoiou o caderninho vermelho em sua mesa e, concentrada, iniciou a leitura. Seu coração acelerou conforme deslizava o olhar a cada linha. Perplexa, não culpou Júlia, não questionou a professora. Apenas ficou ali olhando aquelas palavras desprovidas de argumentos lógicos e repletas de julgamento e preconceito:

Professora Marta, estou enviando este bilhete pois, de acordo com umas histórias que ouvi de Júlia, prima de Horácio, a conversa que tivemos alguns dias atrás provavelmente não lhe ficou óbvia. Perguntei para Júlia sobre Horácio e ela disse que ele continua brincando de boneca com as meninas. Deixo aqui o último recado: tire meu filho de todas essas aulas que estão mudando o comportamento dele. Não quero que ele participe de brincadeiras de meninas. Na outra escola não havia isso, e ele está aprendendo e gos-

tando de brincar de boneca e de outras coisas de meninas depois que foi estudar aí. Se insistirem em colocá-lo nessas aulas, falarei com meu advogado e processarei a escola. Só tenho isso a dizer. A partir de hoje, pode tirar meu filho dessas aulas, ou coisas piores acontecerão...

Roberta

Segura de que era essencial que a instituição mantivesse diálogo com as famílias sobre a importância da igualdade de gêneros e da abordagem não sexista, Elizabete tomou a iniciativa de telefonar para Roberta, pois sabia que ela não compareceria à escola por causa de seu horário de trabalho. Aguardou até o horário de almoço das crianças, às 11h30, e ligou para o celular dela, que não atendeu.

A diretora estava aflita. As mãos suavam frio. Ela trabalhara ali como docente por muitos anos e nunca vira, até então, pais com atitudes parecidas com essa. Quando pensava em desligar o telefone, ouviu do outro lado da linha o “alô” de Roberta. Elizabete foi simples e direta, defendeu a metodologia da escola, explicou os conteúdos, mas de nada adiantou. “Curta e grossa”, Roberta disse que estava em horário de trabalho e que o bilhete já deixava bem claro seu pensamento em relação ao assunto. Pediu licença, pois tinha de retomar suas atividades, e desligou o telefone.

UMA MENSAGEM DE MÃE

Elizabete ficou sem reação. A diretora tentava compreender a mãe e, imediatamente, lhe vieram à mente situações em que o silêncio dizia verdades terríveis. Ao desligar o telefone, Roberta evocou um silêncio que falava sobre desinteresse, sobre julgamento e sobre preconceito. Elizabete sabia que as brincadeiras e os jogos infantis, bem como as atividades rítmicas, são recursos fundamentais para o desenvolvimento e a aprendizagem das crianças e devem ser garantidos como direitos da infância. No entanto, tais recursos, segundo Roberta, influenciavam a sexualidade de Horácio. Nesse caso, qual seria o papel do educador? E o da direção? Como agir?

Entendendo a mensagem de Roberta ao simplesmente desligar o telefone, Elizabete mergulhou em seus pensamentos, que giravam em torno da seguinte frase: “Suas escolhas têm 50% de chance de darem certo, mas também 50% de chance de darem errado. A opção é sua”. A diretora sabia que a hesitação pode ser fatal e, após um longo tempo refletindo, tomou uma decisão, compreendendo que, muitas vezes, é melhor errar do que criar o hábito da indecisão.

Na manhã seguinte, embora Elizabete estivesse incerta e insegura acerca de sua atitude, ainda mais por estar na direção havia tão pouco tempo, pediu que Marta não permitisse que o aluno brincasse com meninas na hora do brinqueado. Também conversou com André, o professor de atividades rítmicas, explicando-lhe todos os fatos ocorridos até então e orientando-o a afastar o aluno de tais práticas. Elizabete não conhecia Roberta, mas preferiu não se arriscar a desafiá-la. Disse a ambos os profissionais:

– Que fique bem claro que não estamos excluindo Horácio das atividades. A mãe não quer a participação do filho. É bem diferente de exclusão, resultado da dificuldade de integração ou de inserção. Todos gostam de Horácio nesta escola e ele participa muito bem de todas as atividades, mas a mãe não quer. Fazer o quê?

Inicialmente, os professores acataram as ordens da diretora, porém, após uma longa semana de trabalho, algo inesperado aconteceu.

UMA NOVIDADE?

Marta, durante o intervalo, procurou André e lhe perguntou o que ele pensava a respeito da decisão da diretora. O professor disse que inicialmente concordara, mas que agora percebia que tal atitude não estava certa.

– Imagine a cena, Marta: fiz a roda de conversa na quadra e expliquei o conteúdo que seria trabalhado. Olhei à minha frente e lá estava Horácio. Os olhos dele brilhavam de tanta vontade, anseio e curiosidade pela atividade que fora explicada. Estou trabalhando um projeto chamado “Cantando e dançando”, e os alunos são fascinados pelas músicas e coreografias. Então falei para o menino

que ele não poderia participar. Horácio, sentado no banquinho da quadra, começou a chorar e espernear. Alguns alunos perguntaram o que ele tinha feito de errado; outros, por que ele estava de castigo. Enfim, foi um deus nos acuda! Estou sentindo que abandonei o menino. Agora, quem dita as regras de “como e o que ensinar” são os pais, não os professores?

Então, Marta também desabafou:

– Comigo está acontecendo quase a mesma coisa. Não estou privando Horácio de participar da hora do brinquedo, pois na sala há muitas opções que os alunos podem utilizar. Apenas falei que ele não podia mais brincar de boneca e que era para brincar com os meninos, mas o aluno simplesmente “surtou” e não parou de chorar. Regrediu em relação às atividades propostas, realizando-as de qualquer jeito. Parece que está me provocando. Ontem chamei Elizabete à sala e lhe mostrei o que estava acontecendo. Os demais alunos o veem chorar e questionam por que ele não pode brincar de boneca, as meninas ficam pedindo para deixá-lo brincar com elas, enquanto Horácio fica lá chorando e chorando. Já conversei com ele sobre a ordem da mãe, mas ele não entende.

Assim, após uma longa troca de ideias, os dois professores decidiram conversar com a diretora. Eles a encontraram muito concentrada em sua sala, digitando no teclado do notebook. O silêncio foi quebrado por André, que pediu licença, dizendo que precisavam muito falar com ela. O professor foi direto:

– Não concordamos mais em proibir Horácio de participar de nossas atividades. Ele é apenas um menino de 5 anos e precisa ser respeitado por seus educadores. Quer participar, quer brincar e quer muito aprender. Tem direito a uma Educação integral e a um ensino de qualidade, como todas as outras crianças daqui. Devemos assegurar o acesso e a permanência desse aluno na escola, repudiando qualquer tipo de exclusão.

Marta alegou:

– Se a mãe está insatisfeita, então que matricule Horácio na cidade, pois aqui temos um planejamento a ser seguido, com conteúdos de grande relevância para o desenvolvimento integral dos alunos. Trabalhamos com seriedade e não vamos aceitar isso. Quando Horácio é deixado de lado nessas atividades, ele desestru-

tura completamente a organização da aula e a disciplina da sala. A Educação Infantil permite e incentiva o brincar. A hora do brinquerio é para que as crianças brinquem livremente, façam descobertas, superem desafios, aprendam a fazer escolhas e a tomar decisões, desenvolvendo-se de maneira adequada.

André continuou:

– Nós fazemos o que está a nosso alcance: damos conselhos, conversamos, instruímos. Estamos ensaiando uma coreografia para apresentar na festa do Dia das Mães, em que cada aluno usará um chapéu. Horácio escolheu cor-de-rosa, e daí? Felipe preferiu verde; Mateus, amarelo. Agora a mãe vai questionar a cor também?

Marta acrescentou:

– Não sei se você conhece nosso regimento escolar o suficiente, mas um de seus artigos deixa bem claro que o aluno não poderá ser suspenso de nenhuma das atividades escolares ou excluído da escola por qualquer motivo, nem em casos de medidas disciplinares.

Elizabete, com os pensamentos em turbilhão, alegou, mais uma vez, que não era a escola que estava excluindo o menino, e sim a própria mãe, que insistia em ameaçar a direção caso ele continuasse participando das atividades rítmicas e brincando de boneca com as amiguinhas. Essas afirmativas, porém, não convenceram os professores.

CONVERSANDO COM O ALUNO

Elizabete sabia que a Educação Infantil deve criar múltiplas oportunidades para que cada criança possa expressar-se e aprender a respeitar sentimentos, ideias, costumes e preferências do outro. Compreendia também que o educador tem sempre de ouvir os alunos, valorizando o diálogo e respeitando suas opiniões. Decidiu, então, conversar com Horácio, questionando-o sobre seu interesse por tais aulas, sem citar o motivo pelo qual estava sendo impedido de participar.

Após um breve diálogo com o aluno, percebeu que ele era, de fato, muito participativo e demonstrava grande interesse pelas atividades. Diante disso, concluiu que privá-lo das aulas prejudicaria

seu desenvolvimento integral, inclusive emocionalmente; aliás, ele já estava revoltado com a situação, regredindo em relação ao aprendizado.

Em sua sala, a diretora ouvia, ao longe, as risadas e conversas das crianças brincando felizes no parquinho da escola. Pensava em possíveis medidas a tomar, mas algumas falas ditas durante todo o mês não paravam de circular em sua mente: “É direito do aluno participar”, “Processarei a escola”, “Não vou excluí-lo de minhas aulas”, “Por que Horácio não pode brincar de boneca?”, “A mãe deixa o aluno aqui o dia inteiro e ainda quer exigir o que ele vai aprender?”, “A escola incentiva meu filho a gostar de coisas de meninas”, “É nisso que dá abrir as portas da escola para crianças da cidade. As mães nunca vêm aqui e, quando vêm, é para reclamar”.

Elizabete refletiu: “Abrir a unidade educacional à presença e à participação ativa da família em seu cotidiano é necessário, mas difícil, pois, ao frequentarem a escola, os pais passam a observar o que acontece em seu interior e a questionar de maneira mais intensa, oferecendo sugestões e fazendo pedidos que nem sempre podem ser atendidos. É aí que aparecem as diferenças individuais, uma vez que cada pai ou mãe requer um tipo de atenção. Cada grupo familiar pode ter uma história, uma bagagem cheia de diferentes valores, crenças e formas de ver o mundo”.

A diretora, então, pressionada pela mãe, que ameaçava a escola; pelos professores, que não aceitavam excluir o aluno; pelos amiguinhos de Horácio, que insistiam em saber o motivo de o menino não estar participando das aulas; e pelo próprio aluno, que tumultuava e prejudicava o rendimento das aulas quando impedido de participar delas, decidiu agendar uma reunião com todos os envolvidos. Passou muitas horas ao telefone, até mesmo postergando algumas obrigações. A única coisa com que ela realmente se importava era resolver o dilema de Horácio. Colocou o telefone no gancho apenas quando encontrou uma data com a qual todos concordaram. Suspirou profundamente, aliviada, ao pensar que em uma semana o problema estaria resolvido.

O tempo transcorreu devagar. Foram seis dias de impaciência e preocupação para Elizabete, à medida que a data da reunião se aproximava.

O dia enfim chegou. Estavam todos presentes: Elizabete, Marta, André e Roberta. A reunião se iniciou às 6h30. Por uma hora e meia, discutiram opiniões, estabelecendo pontos de vista. Os professores insistiram que não podiam excluir o aluno das aulas; a mãe, que não queria vê-lo ser incentivado a fazer atividades de meninas; Elizabete continuava indecisa diante dessa encruzilhada. Roberta, já bastante alterada, levantou-se, deixando bem claro que só não transferia o filho de escola porque precisava trabalhar o dia todo.

– Horácio continuará matriculado aqui. É um bom aluno. Só não quero vê-lo participando dessas aulas. Ouvi e respeito a opinião de todos, e espero que aceitem a minha. Eu sou a mãe e sei o que é melhor para meu filho. Ficarei de olho. Se insistirem em continuar influenciando a sexualidade dele, incentivando-o a participar de tais atividades, levarei o caso à Justiça – finalizou, abrindo a porta e indo embora.

O silêncio prevalecia na sala. As únicas vozes que se ouviam eram as de crianças brincando, sem malícia nem preconceito, aguardando o sinal para voltar às salas depois do recreio – vozes bastante diferentes das que não saíam da cabeça de Elizabete fazia quase dois meses.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. É importante a educação escolar abordar questões de gênero, raça e sexualidade nas salas de aula? Por quê?
2. Qual a necessidade de o professor interferir na escolha dos brinquedos que serão utilizados por seus alunos em momentos lúdicos?
3. Atualmente fala-se muito que a escola, como organização, “tem de ser um sistema aberto, pensante e flexível. Sistema aberto sobre si mesmo, e aberto à comunidade em que se insere”. Até que ponto a escola deve abrir as portas para a gestão democrática?
4. A educação de gênero deve ser abordada somente no contexto familiar ou no escolar também? É correta a intervenção familiar em atividades escolares direcionadas ao tema?
5. Como desenvolver um projeto que aborde o tema “Gênero na educação infantil”, a fim de que todos compreendam que brinquedos e brincadeiras não têm gênero?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Você concorda com a fala da mãe? A escola rural deve continuar aceitando matrículas de alunos da área urbana? Como reagiria no lugar da diretora após ouvir a mãe?
2. Que sugestões você daria à diretora para tentar resolver o dilema?
3. Você concorda com os professores que se mantiveram firmes em sua postura de não excluir o aluno das aulas?

Um coletivo feminino e seus desdobramentos na escola

CASO

Em uma grande metrópole brasileira, uma escola particular atende aproximadamente mil alunos, desde o 1º ano do Ensino Fundamental até o 3º ano do Ensino Médio. Reconhecida na região pela qualidade e pelo diferencial de seu ensino, nela destacam-se a formação da equipe docente, a metodologia participativa dos estudantes e a valorização da diversidade, do respeito, da liberdade e da colaboração, bem como os princípios de cidadania e democracia. Esses elementos estão fortemente emaranhados em todas as propostas: as disciplinares, as construídas em situações de convívio e as externas.

A escola conta com diversos agentes ligados ao campo pedagógico ou educacional, como um orientador para cada série e um para cada nível de ensino, assessores e monitores de disciplinas, psicólogos e professores auxiliares de classe. Em suma, há uma estrutura potente mobilizada para um trabalho formativo de excelência, construído por meio do diálogo entre os vários sujeitos, diante das muitas demandas e problemas.

Assim, ao longo de seus quase 80 anos de comprometimento com o ensino e com seus princípios, enfrentou as mais diversas situações, mas uma foi particularmente desafiadora.

QUESTÕES DE GÊNERO

Inspiradas pelos princípios da escola ou familiares, pela presença do tema na mídia, por reflexões pessoais, por condicionantes sociais ou por uma mescla de todos esses elementos, algumas alunas criaram um coletivo na escola.

Composto exclusivamente por meninas, o grupo começou de modo tímido, angariando simpatizantes para discussões sobre o mundo da adolescência feminina – conversas sobre relacionamentos, leituras sobre adolescência e sexualidade, palestras sobre como evitar doenças sexualmente transmissíveis (DSTs) e gravidez, apresentação de dúvidas, pequenos relatos de caso... Enfim, um conjunto de trocas que os adultos costumam chamar de “papo de meninas”.

Aos poucos, porém, as rodas de conversa passaram a incluir a busca de novas referências e descobertas de formas de relacionamento mais amplas. É provável que tudo isso já se anunciasse desde o início, e o fortalecimento do coletivo deu abertura a temas sobre ser homem e ser mulher, o feminino e o masculino, desejos e comportamentos associados à sexualidade, diversidade sexual, identidade de gênero, homossexualidade, transexualidade, condição das mulheres etc. Compartilhar interesses comuns, dar nome às coisas, ampliar o conhecimento sobre si mesmas e perceber-se como indivíduos sexualizados foi, sem dúvida, algo importante para cada componente e para o grupo como um todo.

ENGAJAMENTO MAIS AMPLO

Com o tempo, as participantes do coletivo começaram a externar suas opiniões e posições para além do agrupamento, a fazer ecoar sua voz em outros cenários, em outros momentos. Promoviam reuniões abertas, palestras e rodas de conversa, convidando, inclusive, professores e funcionários. Cartazes, imagens, fotos, textos cobriam as paredes. Gênero, sexualidade, abuso contra a mulher, as mulheres no mundo, entre outros temas, ganharam espaço.

Tudo sinalizava o crescimento e a consolidação de um grupo, de seu significado e de suas potencialidades, de uma ideia, de uma luta. O coletivo ganhou reconhecimento, *status*. Paralelamente, no

entanto, também se intensificaram as forças resistentes, os olhares de estranhamento, os sussurros maledicentes, as falas carregadas de verdades distorcidas, os preconceitos escancarados. Havia, então, os que se viam reconhecidos diante do coletivo, desse espaço, dessa força de grupo, mas também os que se sentiam desconfortáveis e até ameaçados.

– Ah, o Jorge bateu na Wilma? Não me surpreendo... Ela fica defendendo a igualdade entre homens e mulheres, recebeu na medida!

– Precisa vir à escola com todo esse decote? É lugar disso?

– Cada um na sua. Só não quero mais fazer trabalho com elas; a gente precisa ficar se policiando sobre o que dizer porque elas caem matando.

– Não tenho nada contra a Carla e a Selma não se desgrudarem, acho legal como elas são discretas. Às vezes fico até em dúvida se é verdade isso que dizem...

A LINHA TÊNUE

Entre a participação e a resistência, as coisas foram caminhando. Mais meninas passaram a frequentar o coletivo, enquanto outras mantinham a posição de distanciamento (não queriam se envolver ou se manifestar) ou se opunham claramente ao grupo, a sua abordagem temática. Tudo isso, porém, gerava certo equilíbrio e uma linha imaginária parecia ter sido traçada entre participantes e não participantes do coletivo.

Carla e Selma eram amigas de longa data, mas o fato de estarem sempre juntas, aos cochichos e de mãos dadas, isoladas dos grupos e colegas, ampliou a desconfiança de que havia mais do que amizade entre elas. Claro que alguns faziam comentários maliciosos ou ingênuos, enquanto outros diziam “deixa para lá”, não querendo muito nomear o que percebiam, para manter a “linha” no lugar. Até que um dia uma mudança ocorreu: as meninas entraram na escola de mãos dadas e aos cochichos como sempre, mas agora permeados por beijos.

A linha sacudiu com tanta violência que ultrapassou os limites do que antes estava em equilíbrio. Ficou explícito que esse fato

perturbou o cenário. Entre falar sobre sexualidade, sobre gênero, sobre possibilidades de relacionamentos e estar diante de uma situação que se afastava do mundo das ideias parecia haver uma distância tão grande quanto um abismo.

Internamente, tudo aconteceu com muita rapidez. O assunto, por alguns romantizado, por outros demonizado, ocupou a escola, invadiu as salas de aula, chegou à equipe gestora. Reuniões entre educadores, entre gestores e com os alunos foram realizadas. Preocupações quanto às alunas, ao cuidado com a exposição delas, às questões de privacidade e de respeito não faltaram. De certa maneira, foi uma inquestionável fonte de aprendizagem para todos, construída sem grande planejamento ou organização, mas possível, porque se baseava nos valores defendidos pela escola, possibilitando reflexões, reduzindo a face dos julgamentos, das falas lascivas, sustentando o posicionamento com argumentos amparados em uma linha democrática. Nesse sentido, apesar da imprevisibilidade da questão, foi reconhecida a força potente, necessária e desejável de discutir abertamente todas as vertentes. E tudo isso parecia apontar não para o encerramento da questão, e sim para a necessidade educacional de traçar os próximos passos.

Contudo, outras forças surgiram. Os pais também foram atingidos e compareceram à escola buscando posicionamentos, exigindo culpados e ditando penalidades. Professores, funcionários e direção viram crescer diante de si aquele pequeno fragmento de gelo, que, agora em movimento, tornou-se uma grande bola de neve, rolando sem controle pela encosta.

O cenário ficou ainda mais complexo. Era necessário lidar com um conjunto de sujeitos: os pais de Carla e Selma, colocados, tal como as meninas, no olho do furacão; pais que queriam afastar definitivamente seus filhos do contato com essa situação, julgando e exigindo algo entre a execração pública e a expulsão; pais que se colocavam no lugar dos pais das meninas e lidavam com a situação no campo da alteridade.

E você? Como você vê essa situação? O que faria? Isso poderia ocorrer em sua escola?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. De que modo a sexualidade e as questões de gênero devem ser trabalhadas na escola?
2. Qual o lugar da discussão sobre a construção da identidade de gênero na sala de aula?
3. A noção do que é ser masculino e ser feminino e a orientação sexual das pessoas têm alguma relação com discriminação e exclusão?
4. Gênero, sexualidade e identidade de gênero são criações ideológicas?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Considerando o caso apresentado, qual seu posicionamento? Haveria limites a impor? Culpados a execrar? Como você equacionaria todas as variáveis?
2. Quais sinais de preconceito e intolerância você identifica nessa narrativa?
3. Se você estivesse no lugar do diretor, como teria solucionado a questão?
4. Para você, a iniciativa dos pais de Carla e Selma, de tirá-las da escola após o redemoinho provocado pelo relacionamento das jovens, é um bom desfecho?
5. Algo poderia ser pensado para que um cenário dessa magnitude não evoluísse para a situação descrita?

Equidade

O significado do zero no boletim: quem falhou?

CASO

Era uma sexta-feira, dia de fechamento do primeiro trimestre. A coordenadora Sofia deveria assinar os boletins dos alunos do 1º ano do Ensino Fundamental, que seriam enviados aos pais naquele mesmo dia. Enquanto folheava os documentos de cada aluno para assinar, analisava as notas dadas pelas professoras titulares e pelos vários professores especialistas daquele ano. Foi quando uma avaliação chamou sua atenção: o aluno Nicolas recebera nota zero na disciplina “Corpo em Movimento”.

Na escola onde Sofia trabalhava, os princípios pedagógicos eram bastante consistentes, construídos ao longo de mais de 40 anos de história da instituição – a proposta em relação à avaliação não era rígida, mas valorizava-se muito o acompanhamento do progresso dos alunos. A atribuição de notas seguia os seguintes parâmetros: nota três sinalizava que a criança ultrapassara os objetivos; nota dois era atribuída a quem alcançava os objetivos pretendidos; nota um indicava que era necessária ajuda dos professores para alcançá-los; e nota zero significava que o aluno não alcançara os objetivos nem com a ajuda dos professores. Portanto, a nota zero de Nicolas indicava uma avaliação surpreendente...

Ao chegar à escola na segunda-feira de manhã, Sofia encontrou um bilhete sobre sua mesa. Tratava-se da cópia de uma mensagem escrita pelo pai de Nicolas no próprio boletim, expondo – de maneira bastante taxativa e em tom quase agressivo – sua indignação em relação à avaliação recebida pelo filho. Nem bem terminara de ler o bilhete quando a secretária da escola bateu à sua porta, informando que a mãe do menino havia telefonado so-

licitando um retorno da coordenadora com um “posicionamento a respeito daquela nota”.

Sofia procurou, então, o diretor da escola. Ela considerava Antônio Carlos uma referência, pois estava sempre disponível para apoiar os coordenadores e refletir sobre as questões que os afligiam. Ao escutar o relato de Sofia, ele mostrou-se surpreso com a avaliação feita pelo professor de “Corpo em Movimento” e sugeriu que a coordenadora o procurasse para entender o que havia ocorrido.

A CONVERSA COM O PROFESSOR

Marcos atuava na escola havia 16 anos. Era um professor experiente (já havia participado da edição de um livro sobre didática na área da expressão corporal), seguro e extremamente dedicado, que deixava transparecer o quanto gostava do que fazia e acreditava em seu trabalho. Na terça-feira, a coordenadora Sofia procurou Marcos para conversar sobre a situação.

– Olha, Sofia, não deu para avaliar o Nicolas de outra forma, porque ele não fazia nada nas minhas aulas. Além de se recusar a participar das propostas, sua postura era muito inadequada. Ficava num canto, debochando dos colegas da turma. Eu falei várias vezes que daquele jeito ele não estava aproveitando a aula e que assim ele não poderia continuar... Até que, na semana passada, pedi à professora do Nicolas que não o liberasse para a aula de “Corpo em Movimento”. Todos foram, menos ele. Ele ficou sozinho na sala por dez minutos, e então perguntamos a ele se queria ir, se aproveitaria a aula. Ele foi. A partir daí, sua postura mudou!

– Mas, Marcos, por que você não tomou essa atitude antes?

– Eu fui tentando envolvê-lo nas atividades de várias formas, pois não queria usar esse recurso... Fui ameaçando várias vezes, mas não queria que fosse assim. Você sabe que as crianças adoram a aula de “Corpo em Movimento”! Eu nunca precisei agir assim... Nesses 16 anos em que estou aqui, acho que dei nota zero apenas duas vezes. As crianças amam as aulas, porque as propostas são sempre de brincadeiras e elas aderem voluntariamente às atividades. Mas ele está bem melhor, ainda mais depois do boletim! E,

afinal, a função do boletim não é justamente sinalizar para as famílias como tem sido o trabalho dos alunos na escola?!

Sofia agradeceu o professor pelos esclarecimentos e dirigiu-se pensativa à sua sala. O argumento de Marcos parecia coerente. Afinal, a avaliação não deveria ser, também, uma ferramenta de aprendizagem? De fato, Nicolas era muito desinteressado pelas propostas da escola, quase sempre alheio ao próprio desenvolvimento escolar. Para a coordenadora, era evidente que essa atitude estava relacionada ao fato de que seus pais também pareciam não dar muita importância à vida escolar do menino; ele vivia faltando para participar de programas familiares. “Não é à toa que ele seja tão desmotivado!”, pensou ela.

Mais tarde, naquele mesmo dia, Sofia encontrou Marta, a professora titular da sala de Nicolas. A postura dele já tinha sido motivo de diversas conversas entre elas, nas quais haviam planejado várias maneiras de envolvê-lo mais nas propostas. Segundo a professora, no dia da entrega do boletim, ela perguntou a Nicolas se ele sabia o que aquela nota zero significava e relatou:

– Ele falou o seguinte: “Eu baguncei muito, né? Eu sei...”. Viu? Acho que a nota zero foi eficiente! Vamos ver se agora ele percebe seu comportamento.

A caminho de casa, Sofia lembrou as falas dos dois professores e refletiu: “Mas será que a nota deveria incluir questões atitudinais? Ou deveria focar apenas nos conteúdos específicos da área de expressão corporal? Se as propostas são de brincadeiras, as crianças não deveriam ter o direito de não querer participar? Se elas devem se envolver voluntariamente, faz sentido serem avaliadas?”.

A CONVERSA COM O DIRETOR

Na quarta-feira, Sofia deveria dar um retorno aos pais de Nicolas, então procurou mais uma vez o diretor Antônio Carlos. Relatou a ele sua conversa com o professor Marcos e expôs suas reflexões pessoais sobre o assunto. O diretor sugeriu que ela justificasse a nota aos pais pela impossibilidade de avaliar o aluno, uma vez que ele não participava das aulas, conforme argumento do próprio

professor. Antônio Carlos ainda sugeriu retirar a nota e deixar o boletim em branco na disciplina “Corpo em Movimento”, mas isso a incomodou... Afinal, ou a avaliação era pertinente ou não era; ou o professor havia se equivocado e, portanto, deveria reavaliar o aluno ou ele estava correto e a nota deveria ser mantida.

A CONVERSA COM OS PAIS

Ainda sem saber que posição tomar, Sofia resolveu telefonar para dar o retorno aos pais. Diante do aparelho, titubeou, sem saber para quem deveria ligar: para o pai, que escrevera o bilhete, ou para a mãe, que ligara na escola? Decidiu-se pelo número da mãe, que era quem solicitara retorno.

– Oi, Sabrina! Aqui é Sofia, coordenadora da escola do Nicolas. Estou telefonando para retornar a sua ligação.

– Então, Sofia, você viu o bilhete do meu marido?

– Sim.

– Olha, achamos um absurdo a avaliação desse professor! É ele que deveria tirar nota zero. Será que ele não percebe o impacto disso para um menino que está recebendo seu primeiro boletim? Pode ser um trauma! O Nicolas ficou supermal! Passou o fim de semana chateado. Qual é o sentido disso?

– Acho que seria bom marcarmos um horário para conversar melhor sobre tudo isso, sobre a postura do Nicolas aqui na escola. Eu falei com o professor de “Corpo em Movimento”. Ele me explicou que as aulas têm um caráter muito lúdico e que tentou diversas vezes envolver o Nicolas nas atividades, mas ele se recusou. Por isso, não foi possível avaliá-lo.

Uma segunda voz entrou na conversa.

– Oi, Sofia, aqui é o Mauro, pai do Nicolas. Estou escutando no viva voz e queria pontuar duas coisas: por que nós não fomos avisados de que a situação estava assim? Em nenhum momento, desde o início do ano, fomos chamados à escola para falar sobre o comportamento dele, para podermos atuar em casa... A outra coisa é a seguinte: como o professor não consegue cativar um menino de 6 anos? Para mim, é evidente que essa nota é uma punição. Isso é inadmissível.

Mãe e pai seguiram expondo suas perspectivas, sempre afirmando não aceitarem a avaliação do professor. Depois de escutá-los, Sofia pontuou:

– Bom, acho que de fato essa conversa deve acontecer pessoalmente, pois trata-se de um assunto complexo para ser discutido por telefone. Vamos marcar um horário para falar sobre isso? Acho importante conversarmos sobre o Nicolas, além da questão da nota.

– Sim, pode ser. Tudo bem. Marque com a minha esposa e eu tento ir também, pois meus horários são bem complicados. De qualquer forma, nós estamos muito satisfeitos com a escola, o Nicolas adora ir. Só queria mesmo pontuar essa questão da avaliação. Se você puder resolver isso com o professor, está tudo certo.

A conversa se encerrou com uma data de reunião marcada para a semana seguinte.

Quinta-feira foi um dia normal de trabalho. Sofia refletiu sobre os aspectos pontuados pelos pais no telefonema do dia anterior. Apesar do tom de indignação de suas falas, havia um aspecto bastante pertinente que ecoava em sua lembrança: se o professor não conseguiu conquistar o aluno, nem encontrar estratégias para fazer com que ele atingisse os objetivos de sua aula, quem teve um desempenho insatisfatório, o professor ou o aluno? Ela retomou suas reflexões de quando era professora e seu incômodo em atribuir notas baixas aos alunos, pois sempre se questionava se a falha não teria sido dela em sua tarefa de ensinar. Seus pensamentos foram interrompidos pela secretária:

– Sofia, a mãe do Nicolas ligou para desmarcar a reunião.

– Como assim? Ela pediu para remarcar? Sugeriu outro horário?

– Não, ela disse que não precisava mais.... Se posteriormente surgisse outra questão, vocês marcariam.

A sós em sua sala, a coordenadora ponderou: deveria insistir na necessidade da reunião? Quanto da falta de envolvimento dos pais tinha relação com a postura do menino? Durante uma semana, ela se (pre)ocupara com esse caso. Mas, afinal, de quem era esse problema?

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. A avaliação deve incluir a participação ou o envolvimento do aluno ou cabe ao professor motivá-lo e despertar seu interesse?
2. A nota é uma boa forma de se avaliar o processo de aprendizagem ou representa um instrumento punitivo?
3. O professor é responsável (ou não) pela aprendizagem do aluno? Em outras palavras, trata-se de um problema de aprendizagem ou de ensino?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. Para que serve, de fato, a avaliação?
2. Para que serve a nota atribuída?
3. Há outras formas de avaliar o desenvolvimento dos alunos?

Acesso não é sinônimo de aprendizagem

CASO

Morganna tem 50 anos e é coordenadora pedagógica da Escola Antenor Vasconcelos, no Ceará, desde sua inauguração, há nove anos. Tratava-se de uma instituição de tempo integral, localizada em uma área do sertão nordestino severamente afetada pela seca, e que fazia parte de um projeto-piloto do governo estadual.

De acordo com o Ministério da Educação (MEC), a instituição tinha um perfil socioeconômico baixo, inserida em uma cidade com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Atendia 364 alunos do Ensino Médio (do 1º ao 3º ano), dos quais 70% eram socialmente desfavorecidos e, em sua maioria, filhos de trabalhadores na agricultura de sequeiro¹. Grande parte desses pais não concluía o Ensino Fundamental e apenas 3% possuíam o Ensino Médio. Além da crise hídrica, o município sofria com a falta de emprego, o crescimento do uso de drogas e o aumento dos índices de violência urbana. Diante dessas adversidades, alguns alunos atendidos pela escola não demonstravam um sentimento de identificação com o ato de estudar.

Como de costume depois de uma semana exaustiva, no sábado à noite Morganna entrou em seu carro e dirigiu-se ao teatro da cidade para acompanhar a apresentação da orquestra sinfônica. As ruas estavam desertas, o que permitiu que ela chegasse dez minutos antes do horário previsto. Ao sentar-se, em silêncio, na pol-

1. Agricultura de sequeiro é o cultivo sem irrigação em regiões semiáridas onde a precipitação anual é inferior a 500 milímetros.

trona do auditório, não pôde deixar de lembrar-se do ocorrido na tarde da véspera, durante a reunião de correção de rotas do circuito de gestão promovido bimestralmente pela escola. Havia participado 22 professores, e Morganna apresentara ao corpo docente um relatório que continha o quantitativo de estudantes abaixo da média na avaliação interna.

Ao longo dos últimos anos, a instituição escolar tinha aumentado seu nível de proficiência no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), maior avaliação externa do país, além de ter reestruturado seu sistema de avaliação interna visando garantir qualidade e equidade no processo de aprendizagem. Esse sucesso estava associado ao comprometimento do grupo de professores. Contudo, o nível de aprovação no 1º bimestre despencara na escola no último ano – apenas 49%, com um grande número de disciplinas classificadas como críticas.

REUNIÃO DE PROFESSORES

Todos os professores tinham ciência do questionamento que lhes seria feito, pois, após a reunião de conselho do final de cada bimestre, acontecia um encontro para estabelecer as metas bimestrais. Como previsto, Morganna abriu a reunião com o seguinte questionamento:

– O que vocês acham que explica a alta taxa de reprovação no 1º bimestre?

Jean, professor de espanhol que recentemente havia concluído o mestrado, lecionava na escola havia oito anos e era conhecido por suas opiniões fortes, às vezes até radicais, sobre os processos pedagógicos. Via de regra, tinha excelente domínio de conteúdo, mas sabia que precisava aprimorar seu repertório metodológico para que todos os seus alunos evoluíssem. Por vezes, não conseguia cumprir suas metas de aprendizagem, embora parte de suas turmas apresentasse progresso nos níveis de proficiência. Ele opinou:

– Esses resultados são bons, pois 49% de aprovação em uma turma com 45 alunos pode ser considerado um milagre. Nós não conseguimos ensinar a quem não quer aprender, a quem não tem perspectiva.

Sua ponderação provocou um desagradável silêncio na sala, uma atmosfera tensa. O grupo de professores sabia que a coordenadora perseguia a meta de garantir um aprendizado de alta qualidade a todos e cada um dos alunos matriculados, fossem quais fossem o perfil socioeconômico de suas famílias, a localização da escola e outros fatores usualmente utilizados para justificar um ensino ruim. A missão da escola era ofertar uma Educação de excelência e qualidade, fala que era recorrente no discurso de Morganna:

– Um professor bom ancora a transformação social. Quando isso acontece, a Educação cumpre sua função de intervir no futuro de jovens e oferecer condições para obterem competências, sendo capaz de desenvolver seu potencial de ascender socialmente.

Os participantes da reunião de correção de rotas acreditavam no discurso de Morganna, embora algumas adversidades impedissem um processo de aprendizagem com qualidade e equidade.

Naquele momento, o professor Edson, que lecionava língua portuguesa ao 1º ano havia nove anos, solicitou a palavra. Ele obtivera em suas turmas a maior aprovação da escola: 58%. Dirigindo-se ao grupo, pontuou:

– Penso que os jovens do 1º ano apresentaram um bom resultado. Esses alunos chegam à escola com déficit de aprendizagem do Ensino Fundamental, reforçado pela falta de conhecimentos prévios. Dez desses estudantes não têm perfil para o Ensino Médio, mas nenhuma ação disciplinar foi tomada em relação a eles. Se não querem estudar, se atrapalham o grupo, devem ser transferidos, pois não é justo comprometerem o resultado geral de uma turma inteira. Do jeito que eles agem, não deveriam nem ter direito à recuperação.

A opinião do professor evidenciava que a missão da escola de oferecer Educação com qualidade e equidade não estava internalizada pela equipe, o que deixou Morganna inquieta. O trabalho pedagógico desenvolvido pela instituição devia ser, sempre, um instrumento promotor da transformação social.

Roberta, professora há 15 anos e concursada em 2014, retornara havia pouco à escola após concluir seu doutorado. Inspirou profundamente e solicitou a palavra:

– Estamos aqui porque acreditamos no poder de transformação da Educação. Nosso lema é equidade e sucesso escolar. O binômio equidade e qualidade é uma das premissas da escola. Conhecemos como ninguém o contexto social de nossos jovens e sabemos que o ensino oferecido é um poderoso instrumento de transformação. Nossa escola está localizada no semiárido nordestino, onde a maioria dos jovens convive diariamente com a fome e a miséria. Certamente precisamos melhorar nosso indicador de aprovação, qualificar o processo de recuperação e fazer uma análise das metodologias utilizadas, bem como dos processos de aprendizagem, de modo a reconstruir a prática pedagógica, tornando-a mais eficaz. O baixo indicador de aprovação deve ser para nós um divisor de águas. É urgente criarmos uma cultura de discussão dialógica sobre os processos de aprendizagem na sala de aula. Se os alunos não estão aprendendo, nossos métodos precisam ser ressignificados.

Os primeiros acordes ecoaram no auditório, dando início à apresentação da orquestra sinfônica. Mais uma vez, o pensamento da coordenadora voltou à reunião e às palavras do jovem professor de matemática, conhecido como Neto:

– Nosso grupo está consciente do grande problema que os alunos estão enfrentando; uma situação séria, que precisa ser corrigida. É muito desafiador para o corpo docente ofertar uma aprendizagem de qualidade para estudantes que não estão preparados emocionalmente e cuja falta de interesse e motivação com certeza provém da falta de incentivo familiar no processo educacional. É muito desgastante para o professor, o que reforça a necessidade de a escola discutir conosco as habilidades socioemocionais envolvidas. Vale ressaltar que fazemos parte do núcleo pedagógico e precisamos de suporte. A preocupação com os alunos e com a matriz curricular não deve se sobrepor à atenção dada aos professores.

Morganna então respondeu:

– Concordo com você. As competências socioemocionais têm impactos positivos na aprendizagem, no desenvolvimento integral, na promoção da equidade e na mudança cultural. Todavia, nossos estudantes com baixo perfil socioeconômico não podem ser deixados para trás e nosso desafio é enfrentar essa realidade.

Se nosso modelo não está funcionando, vamos criar uma solução coletiva eficaz.

De fato, Morganna nunca tinha pensado nos efeitos da política focada em resultados no aspecto pessoal dos professores. Ela não analisara que o núcleo pedagógico é composto de professor e aluno na presença de conteúdo e que, portanto, é necessário existir uma relação harmônica.

OUTRA PERSPECTIVA

Ouviu-se então uma voz rouca e tímida na sala. Era Aline, líder do 2º ano A, uma das turmas que tinham apresentado um dos maiores índices de reprovação.

– Estamos reunidos neste momento de correção de rotas para avaliar a eficiência da prática pedagógica. Reconheço o esforço dos professores, mas não estamos aprendendo como deveríamos. As aulas são dadas como se a turma fosse igual às outras, e é perceptível que não estamos no mesmo nível de conhecimento. O processo de recuperação que a escola adota não recupera notas e também pouco aprendizagem.

A equipe de professores estava atônita, incomodada com o depoimento de Aline, cujas palavras remetiam à prática pedagógica e ao planejamento. Era um sinal de que os estudantes precisavam ser ouvidos, que desejavam ser protagonistas do processo de ensino. Os olhares se cruzavam e o silêncio era total.

Vinda do fundo da sala, uma voz trêmula e de tom agudo pediu licença para dar seu depoimento. Era Lúcia, a professora de filosofia e ex-aluna da escola.

– Hoje temos um grande problema a ser resolvido em nossa reunião. Concordo com Aline que não é normal o que vem acontecendo – associarmos o baixo rendimento ao perfil socioeconômico do aluno e usarmos a falta de apoio da família ou a desmotivação para justificar o insucesso de nossas práticas. Ensinaamos de forma massificada, como se todos os estudantes pertencessem ao mesmo nível de proficiência, mas é preciso migrar para modelos que valorizem a personalização do ensino. Acredito que nosso modelo de recuperação de aprendizagem não funciona porque

não temos um espaço para recuperação contínua dentro da carga horária da disciplina. Tudo isso precisa ser reconstruído com uma mudança em nossos métodos. Caso contrário, o desejo por uma escola de qualidade com equidade será utópico.

Nesse momento, Marta, uma senhora de 60 anos representante de pais do 3º ano, solicitou permissão para falar:

– Reconheço o grande trabalho da escola, formada por ótimos professores e excelentes gestores. Por isso acredito que hoje encontraremos uma solução para o processo de recuperação desta instituição escolar, que não tem apresentado resultados satisfatórios. Entendo que deveríamos apoiá-los mais, acreditando no potencial de transformação da Educação, que também é função da família. Percebo pelo alto percentual de alunos em recuperação que a maioria de nossos filhos não está aprendendo. Precisamos dialogar e encontrar uma solução que garanta, ao mesmo tempo, qualidade e equidade.

Diante disso, Morganna respondeu:

– Os depoimentos de Aline, de Lúcia e de Marta reportam às mesmas causas. Nossos métodos são iguais para todos os estudantes, nosso modelo de recuperação não está funcionando e, conseqüentemente, a aprendizagem não é adequada. Contra fatos não há argumentos.

A apresentação da orquestra sinfônica terminou e Morganna voltou para casa, tomada por um sentimento de fracasso. Continuava recordando a reunião de correção de rotas. A fala da experiente diretora Camila revelava preocupação com a gestão pedagógica da escola:

– Nesses seis anos como diretora, nunca vivenciei uma situação similar. Seguramente, é uma das maiores taxas de reprovação que já tivemos. Nossa juventude precisa ser compreendida e sentir-se responsável para exercer seu potencial de transformação. As preocupações de Aline demonstram que os jovens querem participar mais da gestão e envolver-se nas discussões sobre os problemas da escola. Isso representa também uma oportunidade para exercerem seu protagonismo e contribuírem para a busca de soluções. Devemos entender que o processo pedagógico é como um circuito conectado – se uma das estruturas deixa de funcionar

compromete também as outras. Se ele não está funcionando, não é o momento de procurarmos culpados; é tempo de buscar soluções. A correção de rotas é uma oportunidade para avaliarmos o que não tem funcionado bem dentro da escola e para descobrirmos a causa principal da ineficiência do processo de recuperação de aprendizagem. Nosso circuito de gestão será fortalecido e é essencial a participação de cada um de vocês – pais, alunos, professores e gestores – no processo de gestão focada em resultados. Precisamos estabelecer metas claras de aprendizagem que atendam às necessidades dos estudantes, o que exigirá de nós ressignificação de metodologias, discussão dialógica e, sobretudo, compromisso. Se não está havendo aprendizagem, significa que nosso repertório metodológico falhou em algum momento. Precisamos aperfeiçoar nossas concepções sobre avaliação, pois é visível que o processo de recuperação é um ponto fraco, e isso me inquieta.

ACESSO X EQUIDADE

Morganna estava muito preocupada porque o processo de aprendizagem era prioridade em sua escola. Naquela tarde de reunião, a coordenadora percebeu que, embora garantisse acesso aos jovens, a instituição não estava oferecendo oportunidades de aprendizagem para todos. Essas questões exigiam atenção e enfrentamento do desafio de melhorar a qualidade da Educação e de acelerar a aprendizagem. A formação de professores precisava ser repensada. A intensificação da discussão dialógica em âmbito escolar deveria ser constante. Aquele momento de autoavaliação levou Morganna a analisar sua prática e a sensibilizar-se para lutar cada vez mais por seus ideais.

VOZ DE ALUNO

O pensamento da coordenadora seguia tomado pelo problema e ela não conseguia dormir. Lembrou-se de uma conversa que tivera com Mateus em sua sala, antes da reunião. Ele era um estudante de baixo nível socioeconômico que tinha ficado de recuperação em nove das 13 disciplinas do bimestre. O estudante argumentou:

– Dona Morganna, não há condições para eu recuperar minha aprendizagem. É pouco tempo de recuperação para muito conteúdo, além de serem muitas provas em um único dia. Confesso que meu desejo nesta escola não é ficar reprovado, mas os conteúdos são muito difíceis de memorizar. Essa recuperação não poderia ser dividida durante o bimestre, em vez de o processo ser feito apenas no final? Não entendo muito sobre os processos da escola, mas acho que tem algo errado. Como coordenadora, também não pensa dessa forma?

Durante a rotina da escola, a coordenadora não havia analisado a reivindicação de Mateus. Agora, ela tinha certeza de que “muitos Mateus” tinham ficado para trás em decorrência da maneira como a escola estava gerenciando a recuperação, que provocava a iniquidade e não contribuía para a personalização do ensino.

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

1. As condições econômicas impactam o processo de aprendizagem? Como a escola deve agir para garantir as condições de aprendizagem aos alunos de baixo nível socioeconômico?
2. Como assegurar, na escola, excelência com qualidade e equidade?
3. No caso dos alunos que têm graves problemas de defasagem na aprendizagem e que não demonstram interesse pelos estudos, o que deve ser priorizado: a equidade ou a qualidade?
4. Com base no princípio de equidade, que mecanismos a escola pode adotar para garantir uma recuperação de aprendizagem eficaz?

QUESTÕES PARA DISCUSSÃO

1. A posição do Jean, professor de espanhol, é adequada?
2. Como as questões de defasagem devem ser tratadas, considerando que a meta da escola é garantir aprendizagem de qualidade a todos?
3. Como a coordenadora pode qualificar o processo de formação de seus professores, de modo a reduzir os índices de reprovação?
4. É possível ofertar uma recuperação de aprendizagem em uma escola com as características descritas no caso?
5. Que medidas devem ser adotadas para que a condição econômica e a baixa escolaridade dos pais não influenciem o índice de reprovação dos filhos?

Agradecimentos

Este livro é resultado do esforço de muitos indivíduos, tanto na América do Norte como na do Sul. Inspirado em um programa liderado pelo David Rockefeller Center for Latin American Studies (DRCLAS), da Universidade de Harvard, para desenvolver e publicar casos escritos por diretores de escolas no Chile, o projeto tem como objetivo ampliar o conhecimento da metodologia de desenvolvimento de casos para um novo público: os professores do Brasil.

Ana Maria Diniz, presidente do conselho do Instituto Península, organização sem fins lucrativos fundada em 2010, dedicada a transformar e capacitar pessoas por meio da Educação e do Esporte para criar uma sociedade civil forte, interessou-se pelo uso de casos como método para vincular a teoria e a prática no desenvolvimento de professores, e seu entusiasmo foi o ponto de partida desta iniciativa.

Miguel Thompson, que dirige o Singularidades, faculdade de formação de professores vinculada ao Instituto Península, convidou a professora Katherine K. Merseth, da Universidade de Harvard, para oferecer um *workshop* sobre o método de casos para seus professores. Após esse evento, o Singularidades organizou uma oficina de três dias com professores e gestores escolares de todo o Brasil para que aprendessem a desenvolver suas experiências pessoais em casos, e o grupo, muito heterogêneo e animado, contribuiu com os dilemas reunidos neste livro.

O envolvimento da professora Merseth com a formação de professores no país começou por meio de discussões com o escritório do DRCLAS, que ajudou a desenvolver a parceria e o plano de trabalho. O sr. Timothy Linden coordenou as visitas da professora e atividades de campo com o apoio dos colegas da DRCLAS Brasil Helena Monteiro, Tiago Genoveze e Jasmine Fernandez.

Esta obra só se concretizou com o trabalho de Daniela Kimi, gerente de projetos do Instituto Península. Ela e seus colegas gerenciaram o planejamento, a tradução e a edição dos casos, bem

como a publicação e a distribuição do livro. Também foi fundamental a parceria da Fundação Santillana, que acreditou na empreitada e se uniu a esse grupo de instituições. O impecável trabalho de edição, estruturação gráfica e publicação se materializou graças a essa junção de esforços, reflexo do compromisso da Fundação Santillana com a Educação brasileira.

Finalmente, as ricas histórias aqui apresentadas são resultado da dedicação e árduo trabalho das professoras e professores que escreveram suas experiências. Nada teria sido possível sem seu total envolvimento no projeto.

Parceiros

FUNDAÇÃO SANTILLANA

A Fundação Santillana dedica-se à produção, organização e difusão de informações que contribuam para que a Educação alcance os desejados padrões de qualidade e equidade. Constituída em 1979, atua na Ibero-América e no Brasil, aonde chegou em 2008. A Fundação realiza atividades que beneficiam estudantes, educadores e gestores de instituições públicas e privadas. Elabora e divulga obras de referência nas áreas de avaliação e políticas educacionais, promove e apoia cursos de formação, seminários e oficinas para professores e gestores, colabora e participa de prêmios em reconhecimento à dedicação de profissionais da Educação. Por meio de parcerias com organizações nacionais e internacionais, desenvolve projetos de incentivo à leitura, cultura e cidadania. Busca compartilhar experiências inovadoras e difundir informações relevantes para a promoção do direito à Educação de qualidade com equidade, componente indispensável para o fortalecimento de sociedades democráticas, justas e sustentáveis.

EDITORA MODERNA

A Editora Moderna é líder no mercado editorial brasileiro. Atua no segmento de Educação Básica, com soluções educacionais completas e foco no desenvolvimento integral dos alunos. Faz parte do Grupo Santillana, presente em 22 países. Visando contribuir para o desenvolvimento educacional e cultural do Brasil, a Moderna investe constantemente em pesquisa e tecnologia. Está na vanguarda da oferta de conteúdos e plataformas inovadoras e de alta qualidade para instituições de ensino públicas e privadas. Também apoia a formação de professores e gestores com a realização de cursos, oficinas e seminários gratuitos e disponibiliza obras de referência para fomentar reflexões e políticas públicas a favor de perspectivas de ensino inovadoras. Ainda contribui com projetos

sociais de fomento à Educação e à cultura, em parceria com a Fundação Santillana e outras entidades do setor.

INSTITUTO PENÍNSULA

O Instituto Península é uma organização social que tem como foco a melhoria da qualidade da Educação brasileira. Fundado pela família Abílio Diniz em 2010, pauta-se pela crença de que os principais agentes de transformação da Educação são os professores. Por esse motivo, acredita que o desenvolvimento desses profissionais é fundamental e que, para o êxito de qualquer ação com esse público, múltiplas dimensões devem ser consideradas, como a cognitiva, a social, a emocional e a relacional, além dos diferentes contextos nos quais eles se inserem. Para concretizar suas ações, o Instituto Península busca unir o melhor das teorias existentes sobre o professor com a prática do dia a dia.

www.institutopeninsula.org.br

CENTRO DAVID ROCKEFELLER PARA ESTUDOS LATINO-AMERICANOS (DRCLAS) – UNIVERSIDADE DE HARVARD

O Centro David Rockefeller para Estudos Latino-Americanos (DRCLAS) da Universidade de Harvard trabalha para aumentar o conhecimento das culturas, economias, histórias, meio ambiente e assuntos contemporâneos da América Latina; promover a cooperação e o entendimento entre os povos das Américas; e contribuir para a democracia, o progresso social e o desenvolvimento sustentável em todo o hemisfério. O Escritório do Brasil foi estabelecido em São Paulo em 2006 para apoiar o corpo docente e os estudantes de Harvard em suas pesquisas, ensino e aprendizagem em todo o país. O trabalho conjunto do Escritório do Brasil e do Programa de Estudos do Brasil em Harvard cria novas oportunidades e resulta em um rico portfólio de pesquisas, atividades estudantis e programáticas na Universidade e no Brasil.

Este livro foi composto nas fontes Milo e Milo Serif
e impresso em abril de 2018.

Das poucas certezas na área da Educação, duas giram em torno do professor e são inquestionáveis: nenhum fator isolado impacta mais o sucesso de um aluno na escola do que um bom professor; um professor não nasce bom, torna-se bom.

Por isso, quanto mais ele tiver referências de episódios reais e repertórios acerca dos conteúdos a ensinar, quanto mais estiver preparado emocionalmente, em termos de autoconhecimento e de relações interpessoais, mais poderosa será sua atuação.

Escrito por professores e gestores de escolas de todo o Brasil, este livro traz situações da realidade apresentadas no formato de estudo de casos. Espero que sirva de exemplo e inspiração, criando um círculo virtuoso em torno de uma Educação de qualidade e da troca de experiências ricas, que permitam aos professores conduzir cada aluno a seu máximo potencial.

ANA MARIA DINIZ

Presidente do Conselho do Instituto Península